

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
MESTRADO EM HISTÓRIA DO BRASIL

RAIMUNDO NONATO LIMA DOS SANTOS

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE  
NA CIDADE DE TIMON NA DÉCADA DE 1980**

TERESINA

2007

RAIMUNDO NONATO LIMA DOS SANTOS

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE  
NA CIDADE DE TIMON NA DÉCADA DE 1980**

Dissertação de Mestrado apresentada como  
requisito obrigatório para obtenção do grau de  
Mestre, no Programa de Mestrado em História  
do Brasil da Universidade Federal do Piauí.

Orientadora:

Prof.<sup>a</sup> Dra. Claudete Maria Miranda Dias.

TERESINA

2007

RAIMUNDO NONATO LIMA DOS SANTOS

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE  
NA CIDADE DE TIMON NA DÉCADA DE 1980**

Dissertação de Mestrado apresentada como  
requisito obrigatório para obtenção do grau de  
Mestre, no Programa de Mestrado em História  
do Brasil da Universidade Federal do Piauí.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Claudete Maria Miranda Dias (Orientadora)  
Universidade Federal do Piauí

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. Edwar de Alencar Castelo Branco  
Universidade Federal do Piauí

---

Prof. Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende  
Universidade Federal de Pernambuco  
(Examinador Externo)

Aprovada em 01 / 06 / 2007

Ao Ser Supremo que rege o Universo, pelas  
vibrações inteligentes que alimentaram o meu  
Ser com os fluídos etéreos da perspicácia.  
Aos meus consangüíneos, pela estrutura  
psicológica.

O homem sem iniciativa, que tudo espera do acaso, é como o mendigo, que vive de esmolas.

Coelho Neto

## AGRADECIMENTOS

Um dos vários ensinamentos do professor Edwar Castelo Branco, em suas aulas no Mestrado em História do Brasil da UFPI, é de que o pesquisador (ou qualquer outro ser humano) é atravessado pela História e constituído de muitos “eus”. Ou seja, a leitura de teorias explicativas sobre a realidade-mundo, bem como a interação com outras pessoas, influenciam nossa existência, nos tornando múltiplos.

Este trabalho foi escrito sob inspiração desta multiplicidade de seres e idéias. Assim, agradeço à todas as pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, para tornar meu discurso polifônico, repleto de muitos “eus”. Dentre estas figuras ilustres, gostaria de destacar:

Os meus colegas da segunda turma do Mestrado em História do Brasil da UFPI: Audrey, Francinaldo, Jordania, Olívia, Nilsângela, Sória, Idelmar, Raul, Diná, Soraia, Jaison, Frederico, Sérgio e Marconis, pelas discussões teóricas em sala de aula e pelas conversas informais nos *bares da vida*.

Os professores do Mestrado Alcides Nascimento, Pedro Vilarinho, Áurea Paz, Helder Buenos Aires e Edwar Castelo Branco pelas significativas orientações teóricas e pelo elevado nível intelectual de suas aulas.

Os depoentes Raimunda de Carvalho Sousa, Jerry César de Sousa Rocha, José de Ribamar de Pinho Barros, Manoel Adriano dos Santos, João José Galiza, Luís de Sousa Pires e Napoleão Guimarães, pelas informações empíricas sobre a história de Timon.

As minhas ex-alunas, hoje colegas de profissão, Aline Leite e Cleyce Raquel, juntamente com Eliane Rodrigues de Moraes pela colaboração na coleta de dados no Arquivo Público do Piauí.

Os professores Jackson Silva, Maria Luisa, Shirley e Mazé Barros pelas revisões gramaticais da Dissertação e pelo resumo em língua estrangeira.

A professora Claudete Maria Miranda Dias, orientadora deste trabalho, que, além de disponibilizar os seus conhecimentos e experiências corrigindo esta Dissertação, soube conviver com respeito às nossas diferenças intelectuais.

## RESUMO

Este trabalho analisa a relação entre Timon, uma cidade do interior maranhense e Teresina, a capital do Piauí, a partir do enfoque de História, Memória e Identidades tendo como base a pesquisa em fontes hemerográficas, orais e documentais. O foco central da pesquisa consiste no estudo da construção das identidades tendo como referência as representações formuladas e veiculadas na imprensa de Teresina, que marcaram Timon, devido sobretudo, à manipulação da realidade operada pela mídia, como uma cidade atrasada, violenta, durante a década de 1980. As representações sobre Timon, entre o *olhar de si* e o *olhar do outro* apresentaram uma cidade típica do interior nordestino brasileiro e desconstruíram o estigma de cidade-sem-lei a ela atribuído.

**Palavras-chave:** História. Memória. Identidades. Timon. Cidade-sem-lei. Cidade-dormitório.

## RESUMEN

Este trabajo analiza la relación entre Timón, una ciudad del interior marañense y Teresina, la capital de Piauí, a partir del enfoque de Historia, Memoria e Identidades teniendo como fundamento la investigación en fuentes periodísticas, orales y documentales. El foco central de la investigación consiste en el estudio de la construcción de las identidades teniendo como referencia las representaciones formuladas y vehiculadas en la prensa de Teresina, que marcaron a Timón, debido sobre todo, a la manipulación de la realidad operada por los medios de comunicación, como una ciudad poco desarrollada, violenta, en la década de 1980. Las representaciones sobre Timón, entre el *mirar de si* y el *mirar del otro* presentaron una ciudad característica del interior del nordeste brasileño y desconstruyeron el estigma de ciudad-sin-ley a ella atribuido.

**Palabras-clave:** Historia. Memoria. Identidades. Timón. Ciudad-Sin-Ley. Ciudad-dormitorio.

## **LISTA DE FIGURAS**

|                  |                                               |    |
|------------------|-----------------------------------------------|----|
| <b>FIGURA 1:</b> | Grotão ameaça uma rua na zona sul de Teresina | 30 |
| <b>FIGURA 2:</b> | Casa com uma porta de esteira                 | 38 |
| <b>FIGURA 3:</b> | 500 famílias vão ser desabrigadas             | 68 |
| <b>FIGURA 4:</b> | O rio como depósito de lixo                   | 71 |
| <b>FIGURA 5:</b> | Violência em Teresina I                       | 93 |
| <b>FIGURA 6:</b> | Violência em Teresina II                      | 93 |
| <b>FIGURA 7:</b> | Teresina é um paraíso                         | 94 |
| <b>FIGURA 8:</b> | Teresina: uma cidade pacata                   | 94 |

## LISTA DE QUADROS

|                  |                                                                                    |    |
|------------------|------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>QUADRO 1:</b> | Brasil – Evolução da população rural e urbana 1950 – 1980                          | 31 |
| <b>QUADRO 2:</b> | Evolução da população rural e urbana regiões – 1950 – 1980 (em %)                  | 32 |
| <b>QUADRO 3:</b> | Taxas de população rural e urbana – 1980                                           | 33 |
| <b>QUADRO 4:</b> | Timon - Evolução da população urbana e rural 1980 –1991                            | 60 |
| <b>QUADRO 5:</b> | Matérias sobre Timon veiculadas nos jornais O Dia e O Estado 1980 – 1989           | 74 |
| <b>QUADRO 6:</b> | Manchetes sobre violência em Timon veiculadas nos jornais teresinenses 1980 – 1989 | 81 |
| <b>QUADRO 7:</b> | Perfil das ocorrências policiais de Timon na década de 1980                        | 88 |

## SUMÁRIO

|                                                                 |     |
|-----------------------------------------------------------------|-----|
| <b>APRESENTAÇÃO</b>                                             | 11  |
| <b>INTRODUÇÃO</b>                                               | 14  |
| <b>CAPÍTULO I – TIMON: UMA CIDADE SOB O REFLEXO DO ESPELHO</b>  | 24  |
| 1.1 O irromper de uma flor no leste maranhense                  | 24  |
| 1.2 O despertar urbano de uma urbe interiorana                  | 26  |
| 1.3 Os passos acanhados da educação                             | 50  |
| 1.4 O raio X da saúde pública                                   | 53  |
| 1.5 As práticas de sociabilidade                                | 54  |
| 1.6 O andar cambaleante da economia                             | 57  |
| <b>CAPÍTULO II – TIMON: UMA CIDADE SOB O OLHAR DO OUTRO</b>     | 61  |
| 2.1 As cidades se unem: a representação do outro                | 61  |
| 2.2 O olhar da mídia                                            | 67  |
| 2.2.1 A estrutura urbana mediatizada                            | 67  |
| 2.2.2 A violência enunciada                                     | 72  |
| <b>CAPÍTULO III – A CIDADE VIOLENTA: ESTIGMA OU REALIDADE ?</b> | 83  |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                     | 90  |
| <b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b>                                    | 96  |
| <b>APÊNDICE</b>                                                 | 104 |
| <b>APÊNDICE – A</b>                                             | 105 |
| <b>APÊNDICE – B</b>                                             | 106 |
| <b>APÊNDICE – C</b>                                             | 107 |

S237h Santos, Raimundo Nonato Lima dos  
História, Memória e Identidade na cidade de Timon na  
década de 1980. / Raimundo Nonato Lima dos Santos. – Teresina :  
UFPI, 2007.

111 p. : il.

Dissertação (Mestrado em História do Brasil), UFPI,  
2007.

1. História e Memória. 2. Identidade. 3. Timon(MA) –  
História I. Título.

CDD

## APRESENTAÇÃO

Uma jovem pesquisadora<sup>1</sup> escreveu que as mulheres são *múltiplas e singulares*. Amplio esse olhar, dizendo que o gênero humano, masculino e feminino, possui uma vida intermitente, *guiada* pela razão e também pela emoção. São esses *guias* que nos fazem múltiplos e singulares. Seguindo essa linha de raciocínio, é que agora escrevo essa *Apresentação*, na primeira pessoa do singular. Não pretendo ser incoerente, uma vez que o texto da Dissertação está escrito na primeira pessoa do plural, quero apenas tentar singularizar as emoções que me levaram a escolher o meu objeto de estudo. *Alguém*<sup>2</sup> pode dizer que eu não tive escolha, que *as forças dominantes de pensamento* guiaram a minha existência, tornando-me um brinquedo do destino. Porém, uma outra *massa encefálica*<sup>3</sup> poderia afirmar que a “ordem vigente” pode ser subvertida pelo consumo singular dos “sujeitos ordinários”.

Em 1993, quando eu tinha 13 anos de idade, a oferta de vagas nas escolas públicas de Timon (MA) não acompanhava a demanda populacional. Tive que cursar a 5ª série do atual Ensino Fundamental na Unidade Escolar João Clímaco d’ Almeida, localizada no centro de Teresina (PI). Por ser de família de baixa renda, me deslocava para a escola a pé. Demorava uns quarenta minutos para sair do estado do Maranhão e chegar ao Piauí. Quando utilizava um *transporte ciclístico* (bicicleta) de carona com um amigo, esse tempo reduzia para quinze minutos. Apesar dessa dificuldade, eu não reclamava. Vivia deslumbrado com a capital piauiense. Tão próxima! Apenas o rio Parnaíba separa e une as duas cidades. Os prédios, o asfalto, os carros, o vai-e-vem de pessoas, tudo isso deixava-me inebriado de prazer. Eu, uma criança, um “pré-adolescente”, andando sozinho naquelas *linhas retas*<sup>4</sup> da *cidade verde*<sup>5</sup>. Tudo era alegria, até aquele momento em que as flores mostraram seus espinhos.

No primeiro dia de aula, como é de costume, os professores se apresentam e pedem que os alunos também o façam. Os estudantes diziam seus nomes e o bairro onde moravam. Quando chegou minha vez, falei meu nome e disse que morava em Timon. A turma parou. O silêncio se fez presente. Até aqueles alunos *bagunceiros* pararam de falar para prestar atenção em mim. Fiquei imóvel diante de todos aqueles olhares. “Será que disse algo errado? Falei

<sup>1</sup> CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Múltiplas e singulares**: história e memória de estudantes universitárias em Teresina 1930-1970. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

<sup>2</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

<sup>3</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano I**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

<sup>4</sup> Teresina foi uma das primeiras cidades planejadas do Brasil. Foi projetada para ser uma cidade capital. O núcleo urbano inicial apresenta um formato em xadrez.

<sup>5</sup> Apelido dado à cidade de Teresina pelo poeta piauiense Da Costa e Silva.

alguma blasfêmia?” O silêncio foi quebrado quando a professora perguntou: “Em Timon? Lá não é muito perigoso não?” Antes de processar a pergunta, uma “voz do fundo” retrucou de imediato: “Em Timon, mata-se uma pessoa hoje e deixa-se duas amarradas para matar amanhã”. As risadas, em uníssono, se propagaram pela sala. Fiquei constrangido. A professora tentou acalmar os ânimos, mas já era tarde demais. Depois desse dia passei a ser chamado de “o timonense”. Quase todos os dias eles faziam piadas sobre minha pessoa, pelo simples fato d’eu morar em Timon. Aquele ano parecia não ter fim, mas passou.

Em 1994, voltei a estudar em Timon, à noite. Durante o dia trabalhava em uma fábrica, na cidade de Teresina. No trabalho, também era submetido a constrangimentos porque morava em Timon. Alguns teresinenses falavam que Timon era violenta, suja, feia, um dormitório de Teresina. Aprendi a conviver com aqueles comentários. Em muitas situações, em Teresina, evitava falar do local onde residia. Às vezes até mentia dizendo que morava em Teresina<sup>6</sup>.

O tempo passou.

Durante a adolescência e juventude percebi que eu não era o único estigmatizado, que outros timonenses também sofriam constrangimentos em Teresina.

Em 1999, ingressei no mundo acadêmico. O doce enlevo da Clio inebriou-me de uma forma que passei a ver embaçadamente a possibilidade de transformar um *estigma* em um problema (histórico). Mas eu ainda estava *verde*. As correntes historiográficas ainda não conseguiam me prender ao chão, decantar minhas idéias. As teorias atravessaram meu Ser, mas ficavam suspensas no ar. Minha temperatura intelectual estava no *terceiro grau*, mas foi apenas no Programa de Mestrado em História do Brasil que a estigmatização de Timon como uma *cidade-sem-lei* e uma *cidade-dormitório* se dissipou, ou pelo menos virou problema... histórico.

A *gosma antropofágica* de um *Mestre*<sup>7</sup> me abriu novos horizontes, vi que poderia buscar no passado respostas que pudessem explicar o porquê daqueles constrangimentos, daquela estigmatização. Um passeio de carro e a leitura de uma “Identidade e diferença”<sup>8</sup> fizeram-me reformular meu *Cartão de Visitas* (projeto de pesquisa do Mestrado) no mundo da *Pós-Graduação*.

<sup>6</sup> O sociólogo Erving Goffman (1988) explica que o sujeito estigmatizado pode encobrir (ocultar) o seu “defeito” para melhor se socializar entre os “normais”.

<sup>7</sup> Dr. Edwar de Alencar Castelo Branco, professor do Departamento de Geografia e História e do Programa de Mestrado em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí.

<sup>8</sup> A referência teórica sobre Identidade, nesta Dissertação, pode ser conferida em. SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

A tarefa não foi fácil. Sofri bastante. Mas não estava só. A *historiadora dos Balaíos e Bem-te-vis*<sup>9</sup> esteve sempre comigo, me orientando.

Consegui realizar a pesquisa. Ou melhor, conseguimos. Durante esses vinte e quatro meses meu corpo foi atravessado por muitas teorias, manchetes, falas, apresentações. O estudo não foi encerrado. Como se diz nos corredores da Universidade Federal do Piauí e nas defesas de Monografia e de Dissertação: “acabam-se os prazos, mas não as pesquisas”.

A realização desta obra acadêmica foi uma tarefa árdua: foram 1.294 matérias pesquisadas nos jornais O Dia e O Estado, da cidade de Teresina, no período da década de 1980, encontrados no Arquivo Público do Piauí; 3.312 ocorrências policiais, na cidade de Timon na década de 1980, pesquisadas em livros cheios de ácaros e traças, quase 100 livros lidos e interpretados. Quantidade. Apenas quantidade? Não. Sei que existem outros trabalhos com números mais expressivos. Qualidade? Sim. Reconheço minhas deficiências, mas sei que o trabalho tem valor (acadêmico). Militância? Exagero ao vitimizar Timon e transformar Teresina em um grande monstro opressor? Não. Não foi essa a minha intensão. Existem boas relações entre os moradores de Timon e de Teresina. O problema são os *detalhes* dessas relações: o momento em que a estigmatização de Timon<sup>10</sup> se faz presente.

---

<sup>9</sup> A professora Claudete Maria Miranda Dias, orientadora desta Dissertação, é Doutora em História, com estágio pós-doutoral em História Cultural. É professora permanente do Programa de Mestrado em História do Brasil e do Departamento de Geografia e História, ambos na UFPI. Desenvolve pesquisas com múltiplos enfoques na área de história sócio-cultural. É autora dos livros *Balaíos e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja*. 2ª ed. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002; e *Que história é essa?* Teresina: EDUFPI, 2005.

<sup>10</sup> A representação de Timon, nos jornais teresinenses O Dia e O Estado, como uma cidade violenta, cidade-sem-lei; um município sem urbanização, atrasado economicamente, uma cidade-dormitório.

## INTRODUÇÃO

Esse trabalho analisa a relação entre Timon, uma cidade do interior maranhense e Teresina, a capital do Piauí, a partir do enfoque de História, Memória e Identidade. O foco central da pesquisa consiste no estudo da construção das identidades a partir de representações formuladas e veiculadas em meios de comunicação impressa, as quais marcaram Timon, devido sobretudo à manipulação da realidade operada pela mídia, como uma cidade atrasada, violenta, enfim, como o “outro” relativamente a Teresina. O período em estudo é a década de 1980, com alguns mergulhos retroativos até a década de 1950. Esse recorte temporal é justificado pelo fato de que na década de 1980 houve um considerável crescimento populacional e um aumento de práticas violentas em Timon, bem como um acentuado grau de preconceito e marginalização desta cidade, por parte dos teresinenses, uma vez que os jornais da época apresentavam notícias, em sua maioria, que depreciavam aquele município. A capital piauiense tornou-se – consciente ou inconscientemente – um poderoso instrumento de produção e circulação de falas que reduzem Timon a uma *cidade-sem-lei* ou a uma simples *cidade-dormitório*, na constante dependência de sua vizinha, Teresina.

A cidade de Timon ocupa, pois, no imaginário social de sua população e dos teresinenses, um lugar depreciativo, articulado, entre outros a marcas identitárias como *cidade-dormitório* e *cidade-sem-lei*.

O conceito de *cidade-dormitório* faz referência a uma cidade que, durante o dia, vive “abandonada” pelo fato de a maioria da população desenvolver atividades econômico-sociais (trabalho, educação, tratamento médico, lazer) em outra cidade, sendo habitada à noite, quando seus moradores voltam para dormir.

A expressão popular *cidade-sem-lei* refere-se a uma cidade onde se constata a existência excessiva de atos violentos os quais o aparato policial não consegue controlar, resultando numa situação em que toda a sociedade do município, torna-se refém do medo. Neste trabalho, a expressão *cidade-sem-lei* (e todos os fenômenos, direta ou indiretamente a ela relacionados) será analisada a partir da articulação com o conceito de ***práticas de sociabilidade violenta***, do sociólogo Arnaldo Eugênio Neto da Silva (2005). Destacamos que esse conceito foi por nós ampliado a partir do contato que tivemos com o pensamento do filósofo Nilo Odalia (2004) e do sociólogo Luís Antonio Machado da Silva (1993) sobre a temática da violência. Nesse sentido, entendemos *práticas de sociabilidade violenta* como sendo as ações ou atos de agressividade humana de um indivíduo, grupo ou instituição contra

outrem. Essas ações se manifestam na multiplicidade de dimensões da vida social, sendo perceptíveis e classificadas como atos violentos a partir do momento que transgridem a moralidade vigente, do grupo social no qual agressor e vítima estão inseridos historicamente (num determinado tempo e lugar). Ressaltamos que a constatação da existência de um *ato transgressor da moralidade vigente* opera-se de forma subjetiva e não objetiva, ou seja, as particularidades das situações sociais podem contribuir para a ressignificação da idéia que se tem de violência. Por exemplo, matar em defesa da honra, qualquer que seja essa honra, em muitas sociedades e grupos sociais, deixa de ser um ato violento para se converter em ato normal, quando não moral, de preservação de valores que são julgados acima do respeito à vida humana. As formas mais visíveis desse fenômeno social estão presentes no uso deliberado de uma ação física ou moral com força desproporcional e destruidora de um indivíduo, grupo de indivíduos ou instituição contra outrem (saques à propriedade privada e ameaças à integridade física, em situações relacionadas à vida cotidiana), provocando a ruptura de possíveis limites de sociabilidade estabelecidos e o aparecimento de estímulos de negação da alteridade e das redes de solidariedade e de reciprocidade produzidos nas relações interpessoais ou intergrupais.

A cidade de Timon, no Maranhão, um médio aglomerado urbano, possui uma área territorial de 1.741 quilômetros quadrados, onde vive, segundo os dados de 2005 do IBGE, uma população estimada de 143.634 habitantes; ocupa o quarto lugar no aspecto populacional e o terceiro com maior eleitorado (aproximadamente 87 mil eleitores), das cidades maranhenses (IBGE, 2000); localiza-se numa posição privilegiada, em frente à Teresina, a capital do Piauí – o que viabiliza o acesso rápido à boa educação, tratamento médico, maior probabilidade de emprego e geração de renda – e à margem esquerda do rio Parnaíba, que tem um papel fundamental no desenvolvimento das povoações ribeirinhas, como ocorreu com as primeiras “civilizações” conhecidas que se desenvolveram próximas a rios, como o Nilo (Egito), o Amarelo (China) e o Ganges (Índia), onde o solo era mais fértil e existia facilidade de transporte e comunicação fluvial. Timon, apesar de ser uma cidade maranhense, está inserida na Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (Projeto de Lei Complementar nº 242 de 1998), que tem como objetivo articular e harmonizar as ações administrativas da União e dos Estados do Piauí e do Maranhão. Nesse projeto, Timon ocupa o lugar de segundo maior município, tornando-se assim um ponto estratégico para o desenvolvimento dessa região. Os indicadores sociais da cidade não diferem muito de outras cidades de mesmo porte em diferentes regiões do Brasil, bem como não guarda significativas diferenças em relação às suas congêneres do chamado Meio-Norte do Brasil.

O objetivo geral desse trabalho é analisar a construção da(s) identidade(s) da cidade de Timon, a partir do olhar da cidade de Teresina, no período da década de 1980, bem como:

- 1) Saber como, historicamente, constituiu-se, no imaginário social timonense e teresinense a percepção da cidade de Timon como um lugar estigmatizado, articulado, entre outros, a marcas identitárias como *cidade-dormitório* e *cidade-sem-lei*; 2) Identificar os dados estatísticos (oficiais) que confirmam ou negam a idéia de que Timon é uma *cidade-dormitório* e/ou uma *cidade-sem-lei*; 3) Conhecer as marcas identitárias que os timonenses efetivamente partilhavam e que os faziam se reconhecer como membros de uma comunidade; 4) Confrontar as marcas identitárias partilhadas pelos timonenses com as marcas advindas do olhar teresinense, no sentido de confirmar ou negar os estereótipos de *cidade-dormitório* e *cidade-sem-lei*, atribuídos a Timon.

Para alcançar tais objetivos, inicialmente, foi realizado um amplo estudo bibliográfico sobre as temáticas de cidade e identidade, a fim de se tomar conhecimento sobre as abordagens teóricas e metodológicas dessas temáticas pela historiografia contemporânea ocidental; bem como sobre a história de Timon. Foram estudadas as obras ***Vila de Flores***, de Venâncio Lula (1991), que mostra a evolução histórica de Timon, destacando os seus aspectos políticos, econômicos, culturais e geográficos desde meados do século XIX até a década de 1980; e ***Timon: sua história, sua gente***, de Raimunda de Carvalho Sousa (2005), que também mostra o processo evolutivo da história de Timon, dando uma maior ênfase às “origens” históricas do município, com uma abordagem sócio-política. O livro ***Timon, uma flor de cajazeira: do povoamento à Vila*** (2007), de nossa autoria, também foi estudado porque mostra o processo de povoamento da localidade até a sua elevação à categoria de vila. Estudos sobre o contexto histórico nacional do Brasil na década de 1980 também foram contemplados nessa fase da pesquisa, como ***A década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças***, de Marly Rodrigues, e ***Cidadania no Brasil: o longo caminho***, de José Murilo de Carvalho (2004).

Em seguida, foi realizada a pesquisa documental no Arquivo Público do Piauí, nos jornais “O Dia” e “O Estado”, na década de 1980, em matérias que faziam referência (ou não) à violência e/ou ao atraso econômico-social de Timon; nas agências do IBGE de Timon e de Teresina, buscando-se os indicadores sociais dessas cidades; no Anuário Estatístico de 1989, a fim de se compararem os dados oficiais com o discurso depreciativo de que Timon é a cidade do atraso em relação à Teresina; no 1º DP de Timon, realizamos a contagem e classificação das ocorrências policiais, para se comparar o nível da violência urbana de Timon com a de Teresina (levando-se em consideração as especificidades de cada cidade).

Outro momento da pesquisa consistiu na realização de entrevistas com moradores de Timon que viveram ali na década de 1980. Foram colhidos sete depoimentos – dos professores Raimunda de Carvalho Sousa e Jerry César de Sousa Rocha, do poeta José de Ribamar de Pinho Barros, do comerciante Manoel Adriano dos Santos, do agricultor João José Galiza e dos ex-prefeitos Luís de Sousa Pires e Napoleão Guimarães. Esses depoimentos foram valiosos para esta pesquisa devido também à precariedade de fontes documentais, quer sejam oficiais ou privadas, relacionadas ao tema e ao período em estudo. Seguindo a orientação metodológica de Antônio de Almeida Santos (s/d), utilizamos o termo entrevista para designar o momento em que entrevistado e investigador são postos frente a frente, e o termo depoimento para se referir ao resultado daquela relação comunicativa.

As entrevistas foram realizadas durante os anos de 2003, 2005 e 2006. As conseqüências desse espaço-tempo, foram diferentes roteiros de entrevista e um amadurecimento na coleta e análise destas fontes orais.

Para a professora Lucília de Almeida Neves (2004), o roteiro de entrevista constitui o instrumento fundamental das atividades de pesquisa, uma vez que sistematiza informações articulando-as com os problemas que motivaram o trabalho. Essa concepção também é compartilhada pela professora Sônia Maria de Freitas (2002, p. 91): “[...] uma entrevista sem roteiro e direção tende a ser subjetiva e sem dados realmente fundamentais para a pesquisa.” A elaboração de nossos dois roteiros (vide apêndice deste trabalho) foi influenciada pelas idéias dessas duas pesquisadoras, tendo ambos caráter temático, portanto, não se restringem à trajetória de vida de nossos entrevistados. Exploramos, especialmente, aquela parte da vida do depoente ligada ao tema de estudo.

Inicialmente elaboramos um roteiro amplo e abrangente, para garantir uma certa unidade dos documentos produzidos, porém, após entrevistarmos o professor Jerry de Sousa Rocha<sup>11</sup> e o poeta José de Ribamar de Pinho Barros<sup>12</sup> – o Barripi –, percebemos que seria

---

<sup>11</sup> Jerry de Sousa Rocha, professor de História, funcionário público municipal, nasceu em Timon, em 1968. Sua escolaridade básica foi toda realizada em Timon. Kursou o antigo Primário e Ginásio (atualmente, Ensino Fundamental I e II) em escola pública e o Segundo Grau (Ensino Médio), na rede privada, no Colégio São José. No final da década de 1970 até meados dos anos 80, tornou-se escoteiro, realizando diversas expedições pela cidade de Timon. Em 1998, forma-se em História pela Universidade Federal do Piauí, em Teresina. Desde então, vem realizando pesquisas sobre a história de Timon, em especial, sobre as famílias que constituíram toda a vida social e política dessa cidade.

<sup>12</sup> José de Ribamar de Pinho Barros, mais conhecido como Barripi, poeta popular (cordelista), autodidata, nasceu em 1940, no município de Coroatá, no Maranhão. Aos doze anos de idade, muda-se para São Mateus do Maranhão e começa a escrever os seus primeiros versos. Trabalha vários anos como tipógrafo, em São Luís. Em 1962, passa a viver na região da Baixada maranhense e, em 1965, dá seguimento à sua vida andarilha, destinando-se a Teresina. Mas, antes de chegar à capital do Piauí, esse poeta errante pousou no povoado Nazaré do Bruno, no município de Timon. Lá, conheceu o fanatismo religioso em torno dos ritos afrobrasileiros e conheceu também a sua futura esposa. O namoro sedentarizou esse jovem e errante poeta que acabou ficando

necessário elaborar questões específicas com o intuito de responder diretamente à problemática do nosso trabalho. Assim sendo, produzimos um segundo roteiro com interpelações que aprofundavam mais as questões urbanas e sociais – com destaque para a violência.

Ressaltamos que, em 2003, entrevistamos a Professora Raimunda de Carvalho Sousa<sup>13</sup>, ansiando responder às questões-problema da nossa monografia de conclusão de curso (História) sobre o povoamento e o processo de emancipação política de Timon. O teor de suas falas foi significativo ao ponto de parte desse depoimento também ser utilizado nessa dissertação de Mestrado.

A seleção dos entrevistados seguiu a orientação metodológica de Lucilia de Almeida Neves (2004, p. 286), quando afirma que “[...] pessoas chaves são nucleares e servem como referência para seleção dos demais entrevistados”. Para esse trabalho colhemos sete depoimentos. A quantidade de entrevistados pode parecer reduzida para uma população de 143.634 habitantes (IBGE, 2005), entretanto, “há que se preocupar com a qualidade e não com a quantidade de entrevistas a serem realizadas” (FREITAS, 2002, p. 88). Consideramos também que “o número de entrevistados, por sua vez, deve ser tal que acumule uma quantidade de material que permita comparações, a fim de se destacarem convergências e divergências” (NEVES, In: PINHEIRO, 2004, p. 286).

Os critérios de seleção dos entrevistados foram: **morar em uma das quatro regiões da cidade** – centro, norte, oeste e sul, com a justificativa de que assim teríamos diferentes ângulos de visão espaço-social, uma vez que as pessoas que moram no centro são economicamente diferentes das pessoas que moram nas periferias. Outro critério foi **ter vivido em Timon entre o final da década de 1970 e durante toda a década de 1980**, para atender o recorte temporal deste trabalho. Porém, apenas o segundo critério prevaleceu, pois, dos sete depoentes, cinco moram no centro e dois na região norte da cidade.

---

sua morada na cidade de Timon, onde vive até hoje. Desde criança, produz poesias, sendo que, a partir de 1995, passou a coordenar e publicar o *Caderno do Cordel – O farol da Cultura Popular*, trabalho que vem realizando ininterruptamente até a atualidade.

<sup>13</sup> Raimunda de Carvalho Sousa, mais conhecida como Dona Mundoca, professora normalista aposentada, nasceu em 1926, no povoado Santa Inês, no município de Timon, Maranhão. Desde criança, participou da migração campo-cidade (morou na zona rural até 1938 e, nesse período, estudava as primeiras letras na sede do município), que logo se tornaria uma migração pendular, Timon-Teresina. Estudou o curso Normal no Instituto Antonino Freire, em Teresina. Trabalhou como professora em Timon e foi Diretora de algumas escolas, dentre elas, o primeiro estabelecimento de ensino de Segundo Grau (Ensino Médio), o colégio Jacira de Oliveira e Silva. Durante a sua prática docente, a partir da década de 1960, desenvolveu projetos de pesquisa, juntamente com seus alunos, sobre a história de Timon. Foi pioneira nesses estudos. O resultado desse trabalho de pesquisa histórica foi a publicação, em 2005, de seu livro *Timon: sua história, sua gente*. Hoje, tanto a professora Mundoca quanto o seu livro são referências sobre a história de Timon.

O fato de os dois critérios de seleção dos entrevistados previamente estabelecidos não terem sido plenamente efetivados demonstra que não existem projetos prontos e acabados que devam ser seguidos cegamente. Eles devem ser flexíveis, permitindo fazer recuos e/ou desvios, sempre que for necessário, isto é, algumas vezes conduzimos o nosso objeto de estudo, outras vezes somos conduzidos por ele.

Paralelo a estas subjetividades dos estudos históricos, o que se pode ter certeza é que todos os entrevistados moram em Timon desde o início da década de 1970 até hoje e, com exceção do professor Jerry – na época da entrevista tinha 37 anos -, todos os outros depoentes possuíam mais de 15 anos no início da década de 1980. Isto porque acreditamos que, a partir dos 15 anos de idade, as pessoas têm uma probabilidade de memorizar com mais eficiência e entender a realidade que as cerca. Essa idéia não é fechada, ou seja, sabemos que existem muitas singularidades que diferenciam as percepções de um e de outro entrevistado e que a idade nem sempre revela a maturidade de uma pessoa, já que um indivíduo com pouca idade pode, às vezes, possuir muito mais maturidade do que outro com mais idade. Entretanto defendemos a idade mínima de 15 anos porque acreditamos que, em tese, essa pessoa circulava mais pela cidade, portanto, teria mais informações sobre urbanização, trabalho, práticas de sociabilidade violenta e lazer, diferente de uma criança que teria o seu campo de vivência restrito ao bairro onde morava, com poucas saídas para outros pontos da cidade.

As entrevistas foram temáticas<sup>14</sup>, isto é, versaram sobre cidade e identidade, além de caracterizar Timon nos aspectos urbanísticos, da educação, da saúde, do comércio, do trabalho e do lazer – aspectos avaliados como importantes na formação de identidades culturais.

A utilização de fontes orais, neste trabalho, ocorre porque a História Oral é um procedimento integrado a uma metodologia que privilegia a realização de entrevistas e depoimentos com pessoas que participaram de processos históricos ou testemunharam acontecimentos no âmbito da vida privada ou coletiva (NEVES, In: PINHEIRO, 2004, p. 277).

O uso das fontes orais foi bastante criticado desde o surgimento da História Oral, nos anos 1950, em países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos. No Brasil não foi diferente. A criação, em 25 de junho de 1973, do Centro de Pesquisa e Documentação de História

---

<sup>14</sup> De acordo com as orientações metodológicas de Neves (2004) e Freitas (2002), entrevistas temáticas são aquelas que se referem a um assunto específico, vivido ou testemunhado pelo informante em um período da sua existência. Elas são realizadas com um grupo de pessoas que participaram – direta ou indiretamente – de um determinado período histórico cujas informações permitem uma comparação entre elas, apontando divergências, convergências e evidências de uma memória coletiva.

Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC) foi recebida com indiferença pelo mundo acadêmico<sup>15</sup>. Na área de história, podia-se notar uma resistência forte, enquanto antropólogos e sociólogos demonstravam uma certa indiferença, já que a pesquisa com depoimentos orais era uma experiência antiga em seus respectivos campos disciplinares (FERREIRA, 1998, p. 20).

As indiferenças e críticas quanto à qualidade do produto da História Oral foram rebatidas pelo sociólogo francês Michael Pollak (1992), que apresentou as conseqüências positivas do uso desse método, tais como: o rigor na crítica das fontes; a perda da ingenuidade positivista no trato com os documentos, a perda da ambição de ver a História como síntese de todas as outras ciências.

Um reforço para o uso da História Oral nesta pesquisa baseou-se na defesa realizada pelo historiador inglês Peter Burke (1992), que apresentou dois motivos básicos para os historiadores se interessarem pela memória. Em primeiro lugar, precisam estudar a memória como uma fonte histórica, para averiguar a coerência dos documentos históricos. Em segundo lugar, os historiadores interessam-se, ou deveriam interessar-se, pela memória enquanto fenômeno histórico, com aquilo a que se poderia chamar a história social da recordação, isto é, as recordações, tanto individuais quanto coletivas, são maleáveis, seletivas, portanto, é necessário compreender a forma como são moldadas e por quem.

O trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro – ***Timon: uma cidade sob o reflexo do espelho*** – discute o crescimento urbano da cidade de Timon inserindo-a no contexto histórico nacional, destacando os aspectos da educação, da saúde pública, do lazer e das atividades econômicas. Nesse capítulo, os moradores de Timon *falam de si*, promovendo uma apresentação da cidade ao público leitor.

Na análise sobre cidades, utilizamos os estudos de Sérgio Paulo Rouanet (1997) sobre os três contextos diferentes em que aparece o verbete cidade na Encyclopédie Française e as reflexões de Raquel Rolnik (1985), que concebe a cidade como um ímã que atrai as pessoas para o seu entorno. No estudo da Memória, utilizamos a linha de raciocínio de Maurice Halbwachs (1990) e Michael Pollak (1992), que pregam a seletividade de toda a memória e também insinuam um processo de *negociação* para conciliar memória coletiva e memórias individuais. Essas memórias estão intimamente ligadas, ou seja, apesar das

---

<sup>15</sup> Para maiores informações sobre a introdução da história oral no Brasil e os seus desafios e dilemas nos anos 90, confira. ARAÚJO, Maria Celina. Como a história oral chegou ao Brasil: entrevista com Aspásia Camargo. **História Oral**: revista da associação brasileira de história oral. São Paulo, n. 2, p. 167-179, jun. 1999. FERREIRA, Marieta de Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. **História Oral**: revista brasileira da associação brasileira de história oral. São Paulo, n. 1, p. 19-29, jun. 1998.

inúmeras versões sobre um mesmo fato nas memórias individuais, são os seus pontos comuns que formam a memória coletiva. Às vezes, essa memória coletiva se cristaliza de uma forma que as futuras gerações apenas se enquadram na memória coletiva vigente. Poderíamos afirmar que os indivíduos podem se identificar com acontecimentos “vividos por tabela”. “É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (POLLAK, 1992, p. 2).

O segundo capítulo – ***Timon: uma cidade sob o olhar do outro*** – faz um paralelo entre as cidades de Timon e Teresina, apresentando as suas diferenças de desenvolvimento e como ocorreu o processo de construção de suas identidades. Analisamos também a construção dos estigmas de *cidade-dormitório* e *cidade-sem-lei*, atribuídos a Timon, a partir do olhar da mídia impressa teresinense, nos jornais O Dia e O Estado, com matérias publicadas sobre esta cidade maranhense na década de 1980, quando a pesquisa identificou o aumento no número de matérias que tratavam de cenas de violência ocorridas na cidade, contribuindo dessa maneira para a propagação dos estigmas já mencionados.

Utilizamos as reflexões de Stuart Hall (2001) sobre o conceito de identidade. O autor informa que uma mudança estrutural está fragmentando e deslocando as identidades culturais de classe, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. Se antes essas identidades eram sólidas localizações, nas quais os indivíduos se encaixavam socialmente, hoje eles se encontram em crise de identidade. Crise esta, segundo Hall, constituída por um duplo deslocamento: descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos. Essas idéias de Hall permitiram que se procurasse investigar não uma identidade fixa dos timonenses, mas as suas múltiplas identidades. Com Tomaz Tadeu da Silva (2000) pôde-se perceber que a identidade é construída a partir da diferença, isto é, a definição daquilo que “eu sou” depende daquilo que “eu não sou”. Isto porque, se todos os seres humanos fossem iguais, não seria necessário definir identidades. Portanto, identidade e diferença são inseparáveis, pois uma depende da outra. A identidade constrói a diferença, e a diferença constrói a identidade. Nesse sentido, o presente trabalho procurou estudar a formação da identidade da cidade de Timon a partir do olhar do “outro”: a cidade de Teresina.

O “eu” e o “outro” estão estreitamente associados à idéia de representação, concebida pelo historiador francês Roger Chartier (1990), como algo que, ora permite “ver uma coisa ausente”, ora como “exibição de uma presença”. Para este pesquisador, a identidade do ser é percebida pela aparência da representação. Assim, a identidade de Timon,

de cidade-sem-lei e cidade-dormitório, foi construída pela representação deste município nos jornais teresineses.

Para analisar a produção de discursos nas fontes hemerográficas – aqui eleitas como o principal instrumento que contribuiu para a construção das identidades de Timon – utilizamos os estudos dos jornalistas Clóvis Rossi (1986) e Alfredo Vizeu (2002). O primeiro é contra o ponto de vista que concebe a notícia como um “espelho da realidade”. Para ele, entre o fato e a sua publicação no jornal, existe um processo de filtragem – o enfoque dado às matérias, tamanho do texto, tamanho do título – que sempre resulta em uma versão e nunca no “espelho da realidade”. O segundo entende que a linguagem no jornalismo não é apenas um campo de ação, mas a sua dimensão constitutiva. É a condição pela qual o sujeito constrói um real, um real mediatizado. Nesse sentido, a enunciação jornalística é bastante singular em função de esse campo deslocar-se sempre como um lugar que retrata e cria o lugar do outro, a partir de leis e regras determinadas (VIZEU, 2002, p. 6). As reflexões de um outro jornalista, Perseu Abramo (2003), também serviram de base para essa pesquisa, uma vez que ele considera que os órgãos de comunicação, recriando a realidade à sua maneira e de acordo com os seus interesses políticos-partidários, aprisionam os seus leitores num círculo de ferro da *realidade irreal* e, sobre ele, exercem todo o seu poder.

O terceiro capítulo – ***A cidade violenta: estigma ou realidade?*** – analisa as representações de Timon pelo olhar de seus moradores, *olhar de si*, comparando-as com as representações que os jornais O Dia e O Estado de Teresina faziam, *olhar do outro*, em suas matérias, sobre aquela cidade do leste maranhense, no sentido de confirmar ou negar os esterótipos de *cidade-dormitório* e *cidade-sem-lei* a ela atribuídos.

Analizamos o processo de estigmatização de Timon seguindo as orientações teóricas do sociólogo norte-americano Erving Goffman (1988) quando ele explica que as sociedades classificam as pessoas e formam os grupos de acordo com suas características comuns. Todavia, um indivíduo, de um determinado grupo social, pode apresentar uma característica física, mental e/ou moral que o destaque em relação ao grupo o qual supostamente pertence. Essa característica, que Goffman chama de *atributo*, não é em si estigmatizadora, mas o sentido negativo que é dado, historicamente, a esse atributo.

A estigmatização de Timon como uma *cidade-sem-lei* contribuiu para o surgimento de uma certa rivalidade entre timonenses e teresineses. Para analisar essa questão, utilizamos mais uma vez o pensamento dos pesquisadores Stuart Hall (2001) e de Kathy Woodward (2000). O primeiro considera que a união dos indivíduos desenvolve a lealdade e a identificação dos membros de um grupo social. Essa lealdade promove a defesa da “pátria

local” todas as vezes que o *equilíbrio da ordem vigente* é quebrado por um “estrangeiro”. Woodward acredita que a ordem social é mantida pela oposição entre *habitantes do local* e *forasteiros*. O *forasteiro* é aquele que transgride a lei, e sua identidade tem como referência a identidade do *habitante do local*.

Acreditamos que essa pesquisa será relevante para a construção do conhecimento sobre as temáticas de cidade e identidade, relacionados a Timon, pois se constitui em um trabalho pioneiro sobre esse município; além de que contribuirá para a ampliação do debate acadêmico, sobre a questão da crise de identidade(s), estudada por teóricos como Stuart Hall (2000), Kathry Woodward (2000) e Manuel Castells (2002), dentre outros e sobretudo contribui para se conhecer melhor a cidade de Timon.

Essa pesquisa é importante tanto para Timon quanto para Teresina, uma vez que faz uma reflexão sobre as relações entre essas cidades, podendo ajudar na compreensão de como Timon chegou a ser o que é hoje, isto é, como esta cidade se constituiu historicamente e, como é possível se construir estigmas e marcas identitárias sob a influência da imprensa, ou seja, como este meio de comunicação é capaz de formar opinião pública.

## CAPÍTULO I

### TIMON : UMA CIDADE SOB O REFLEXO DO ESPELHO

#### 1.1 O irromper de uma flor no leste maranhense

A formação da cidade de Timon começa no século XVIII, com a instalação de algumas fazendas, como a Gramileira, diante da confluência dos rios Poti e Parnaíba. Os moradores das fazendas e dos engenhos – Flores, pertencente à família de Raimundo Anes, alocado no atual balneário Roncador; Boa Vista, propriedade dos Pedreiras – formaram o então povoado São José do Parnaíba<sup>16</sup>.

Segundo os estudos da professora Raimunda de Carvalho Sousa (2005), o início do processo de povoamento da atual cidade de Timon teria sido obra do acaso. Após a morte de Frei Caneca, um dos líderes da Confederação do Equador – movimento ocorrido em 1824 que visava à criação de um novo país, independente do Brasil e republicano, formado pelas províncias nordestinas de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba -, participantes desse levante, amedrontados, teriam fugido para diversas regiões do Brasil. Alguns desses revolucionários, que Sousa identifica como sendo Raimundo Anes e seus filhos João e Adão, teriam se refugiado na Vila do Poti (atualmente esse lugar corresponde ao bairro Poti Velho, na cidade de Teresina) e, com medo de serem denunciados ao governo imperial, novamente teriam fugido para a outra margem do rio Parnaíba (onde atualmente se localiza a cidade de Timon), estabelecendo-se próximo a uma cachoeira. Ali teriam construído o Engenho Flores. Essa idéia de casualidade nos parece ser bastante simplista, pois os fenômenos históricos são resultantes de um conjunto de fatores que propiciam a sua existência. Esses fatores nem sempre estão articulados, cabendo ao historiador, a partir de seu lugar social (CERTEAU, In: LE GOFF, 1995, p. 17-48), juntar as *peças* e construir o *seu* passado. Além de questionarmos essa casualidade, questionamos também a atribuição implícita de Sousa de que a família Anes teria sido pioneira no desbravamento e ocupação da atual cidade de Timon. Isso porque a Confederação do Equador ocorreu em 1824 e, antes desse fato, já havia a presença de pessoas habitando aquelas planuras do leste maranhense, em fazendas como a Gramileira, desde 1760, e Boa Vista, desde o início do século XIX (SANTOS, 2007, p. 61-67).

<sup>16</sup> A denominação “São José” advém dos santos padroeiros das freguesias de São José dos Matões (Matões) e Nossa Senhora da Conceição e São José (Caxias), ambas criadas pela Lei Provincial nº 13 de 8 de maio de 1835. Já o termo “Parnaíba” refere-se ao rio Parnaíba, limite natural que divide e abastece as Províncias do Maranhão e do Piauí (Cf. SANTOS, 2007, p. 72).

O povoado São José do Parnaíba, que deu *origem* à cidade de Timon, não nasceu às margens de nenhum caminho, como comumente ocorria no período colonial, mas às margens do rio Parnaíba. O caminho mais próximo da atual sede do município estava a doze léguas de distância, a Passagem de Santo Antônio, um ponto de travessia sobre o rio Parnaíba que ligava a então Capitania do Maranhão a do Piauí, através da principal estrada real, que saía da Vila de Caxias até a primeira capital do Piauí – Oeiras.

Parte dos moradores do povoado São José do Parnaíba vivia de pequenas lavouras utilizando bastante as águas do rio Parnaíba para pescar, irrigar as plantações, lavar roupas e utensílios domésticos. Outros trabalhavam nas fazendas (levando o gado para pastar, retirando-lhe o leite e abatendo-o para o consumo interno) e nos engenhos (plantando a cana-de-açúcar, colhendo-a e preparando-a para a produção de rapadura e de aguardente). Com a transferência da capital da Província do Piauí, em 1852, de Oeiras para Teresina, na Chapada do Corisco, foi criado um porto – na margem esquerda do rio Parnaíba – diante da sede da nova capital. Esse porto, denominado Cajazeiras, assim batizado por haver inúmeras cajazeiras orlando o rio, impulsionou o transporte fluvial deste povoado, tornando-se um ponto de parada, de embarque e desembarque de mercadorias, carnes secas, couramas, solas, algodões, dentre outras (SANTOS, 2007, p. 62) e de gentes entre Pastos Bons e Caxias, que antes ocorria na Passagem de Santo Antônio.

A instalação da nova capital do Piauí contribuiu para o desenvolvimento econômico, político-administrativo e urbano do povoado São José do Parnaíba. A elite político-econômica local percebeu a necessidade de melhorar urbanisticamente o povoado e elevá-lo à categoria de vila, para tirar proveito da proximidade com a capital piauiense, que poderia render muitos dividendos, através das relações comerciais entre os proprietários dos engenhos de açúcar e as gentes daquela nova urbe. Esse desenvolvimento foi observado por César Marques.

São José da Parnaíba – povoação da margem esquerda do rio Parnaíba. Consta de duas ruas, bastante casas de telha, algumas de palha, e promete rápido crescimento não só pela sua posição fronteira à Teresina, capital da Província do Piauí, como também por ser cercada de muitos engenhos de açúcar, e tornar-se assim um ponto comercial (MARQUES, 1870, p. 582).

Apesar desse desenvolvimento, o povoado São José do Parnaíba não possuía os edifícios necessários – prédios para a instalação da Câmara Municipal, Cadeia Pública e um templo religioso – para que fosse elevado à categoria de vila. Então, a partir de 1855, iniciou-se uma “novela política” em torno do processo de criação da vila, cujos capítulos contêm

várias contendas políticas envolvendo as elites agrárias de São José do Parnaíba (favoráveis à elevação político-administrativa daquele povoado maranhense) e de São José dos Matões (contrários à ascensão política daquele povoado vizinho), além de alguns ludovicenses que se posicionavam medianamente nesses conflitos.<sup>17</sup>

O povoado foi elevado à categoria de vila, definitivamente, em 1890, sob a denominação de Flores. Em 1924, a Vila de Flores eleva-se à condição de cidade e, em 1943, mudou de nome para atender às exigências do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cuja finalidade era agilizar os processos administrativos e evitar confusões, mudando o nome de diversas cidades homônimas do Brasil. Segundo a professora Raimunda de Carvalho Sousa (Dona Mundoca)<sup>18</sup>, havia uma cidade mais antiga com o nome de Flores no sul do país. A então cidade de Flores passou a se chamar Timon, através do Decreto-Lei, nº 820/1943, na época da Interventoria do Dr. Paulo Ramos no Maranhão.

A nova denominação da cidade não foi fundamentada/legitimada por consulta popular, algo que acabou gerando muitos protestos e até passeatas na época (LULA, 1991, p. 21). O nome Timon homenageava o historiador-jornalista João Francisco Lisboa, por muitos conhecido como o “*Timon maranhense*”. Esse pseudônimo Lisboa adotou quando escreveu sua mais famosa obra, o ***Jornal de Tímon***, conjunto de doze textos produzidos e publicados sob a forma de folhetim em São Luis, no período de 1852, 1853 e 1858. O Timon original era grego, contemporâneo de Sócrates e também filósofo, cognominado o Misanthropo, pois devotava ódio incomum ao próximo e à humanidade. Todavia, esse “ódio à humanidade” era, na verdade, um inconformismo com a corrupção e outros males que degradam as pessoas e as sociedades (SANTOS NETO, 2002 a, p. 81).

## 1.2 O despertar urbano de uma urbe interiorana

As discussões sobre o novo nome da cidade maranhense, localizada em frente à capital do Piauí, tornavam-se “questões menores”, se compararmos com os problemas de falta de infra-estrutura urbana daquele município, como os sistemas públicos de canalização e abastecimento de água e energia elétrica. Um de seus moradores mais antigos, a professora Raimunda de Carvalho Sousa (2003), chegou a afirmar em depoimento que “a cidade [Timon] só tomou desenvoltura e figura de cidade na década de 1960”. Para essa professora antes da

<sup>17</sup> Um estudo detalhado sobre o processo de criação da Vila que deu origem ao município de Timon encontra-se em SANTOS, R. N. L. **Timon, uma flor de Cajazeira: do povoamento à vila**. Timon, [s.n], 2007. p. 77-102.

<sup>18</sup> Ver SOUSA, Raimunda de Carvalho. **Timon - sua história, sua gente**. Timon, [s.n], 2005. p. 29-30.

década de 1960, Timon ainda não se constituía uma cidade. Analisando esse conhecimento empírico da referida professora, podemos questionar o conceito de cidade e o porquê de a década de 1960 ser considerada como um marco diferencial no desenvolvimento de Timon.

Existem múltiplas concepções sobre o que seja cidade. Uma das primeiras explicações se encontra na *Encyclopédie Française* utilizada nos estudos de Sérgio Paulo Rouanet (1997). O verbete “cidade” é descrito como um conjunto de várias casas dispostas ao longo de ruas e fechadas por uma clausura comum, que consta em geral de muros e fossos. Para defini-la mais exatamente: é um recinto fechado por muralhas, que encerra vários quarteirões de ruas, praças públicas e outros edifícios, sendo que seus espaços devem ser muito bem determinados.

Ressaltamos que esse “recinto fechado por muralhas”, das cidades antigas, deve ser entendido como a área urbana de um determinado território ocupado por um povo, sendo que seus limites, isto é, as zonas urbana e rural constituem o que atualmente se chama de município.

Além do aspecto urbanístico e arquitetônico, a cidade também é concebida como um ímã (ROLNIK, 1995, p. 13-15) que atrai, reúne grupos e idéias. Essa união de pessoas e pensamentos tornou possível – desde os primeiros embriões de cidade (os zigurates), na antiga Mesopotâmia, até hoje – o desejo humano de modelar a natureza com vistas ao seu bem-estar social. Nesse sentido,

A cidade seria um ímã, de luzes que piscando, atrairiam as pessoas para a vida urbana com todo o seu fascínio: educação, trabalho, lazer, saúde, habitação, ou seja, para o que se costuma chamar de “ideologia da vida urbana”, no sentido de coisa ideal, desejável. (ABREU, 2002, p. 77).

Em Timon, esse fascínio pela vida urbana, devido à proximidade com a capital piauiense, alcançou uma grande proporção a partir da década de 1960, quando aquela urbe do leste maranhense passou a acompanhar a onda nacional do deslocamento da população do campo para as cidades. Em 1960,

[...] a população urbana [do Brasil] era 47,7% do total, o país ainda era majoritariamente rural. Em 1980, em apenas 20 anos ela havia saltado para 67,6%. Em números absolutos, a população urbana aumentara em cerca de 50 milhões de pessoas. (CARVALHO, 2004, p. 169).

O desenvolvimento urbano das cidades brasileiras, com destaque para as capitais, não conseguiu acompanhar esse rápido crescimento populacional, gerando a favelização nas grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, com numerosas famílias habitando uma região sem nenhum tipo de saneamento básico. Em Timon, até os anos 1980, as ruas calçadas eram apenas as do centro da cidade, compreendendo desde a chamada “Rua do trânsito” (José Firmino Pedreira) e parte do Parque Piauí até o bairro Guarita. Daí em diante as ruas eram de piçarra (ROCHA, 2005).

Atualmente ainda existem muitas ruas em Timon sem pavimentação, porém, todas as principais ruas da cidade já receberam calçamento. Aquela cidade com pavimentação restrita ao centro já não existe mais; está apenas na memória.

Segundo o historiador piauiense Francisco Alcides do Nascimento (2004), a *cidade da memória* – que não existe, mas já existiu – se materializa no exercício de lembrar. Para Bosi (2003, p. 70), “cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que são pontos de amarração de sua história”. A autora chama atenção para o fato de que o meio urbano dispersa os companheiros que sustentavam as lembranças. Daí a importância da coletividade no suporte da memória.

Para Halbwachs (1990), a evocação individual do passado se fortifica quando é legitimada pelas lembranças dos outros. Isto porque, segundo ele, nunca estamos sós, pois, mesmo sozinhos, carregamos conosco as experiências vivenciadas com os outros. Esse “outro” pode ser uma pessoa, um livro, uma música.

Este pesquisador defende a participação em grupos para que as lembranças não evanesçam. Para ele, é necessário que não perdamos os códigos de comunicação do grupo do qual participávamos, para que nossas lembranças possam ser rememoradas de forma “completa”. Nesse sentido, a memória coletiva constitui-se de um conjunto de lembranças comuns às pessoas, sobre um determinado assunto, as quais recordam individualmente – de forma singular, enquanto membros de um grupo.

No caso de Timon, as lembranças comuns dos entrevistados dessa pesquisa referem-se ao pequeno número de casas e à paisagem que predominava na época (até a década de 1980), ou seja, matagal, como pode ser observado no relato abaixo do senhor João José Galiza<sup>19</sup>:

---

<sup>19</sup> João José Galiza nasceu em 1924 na zona rural de Timon. Antes de se aposentar, trabalhou em diversas atividades – foi agricultor, pedreiro, motorista e operário na construção de estradas de ferro, no Maranhão e no Piauí. Da infância à juventude, trabalhou em roças, no povoado São Miguel, município de Timon, onde morava. Interagia com a zona urbana, conhecendo seus espaços e suas gentes, através da venda de seus hortifrutigrangeiros. Foi recrutado, assim como outros timonenses, para participar da Segunda Guerra mundial;

A cidade de Timon, ela era uma cidade pequena. Ela só tinha casa dali da Avenida Jaime Rios. Na avenida. Quando eu conheci o Timon, quando eu era garoto, mais ou menos com treze, catorze [no final da década de 1930]. Só tinha casa de lá da travessa da Rua do Fio [...] Da Rua do Fio pra lá até o [colégio Padre] Delfino. Só tinha casa até lá. De lá, subia até lá na Formosa, da Formosa pra diante não tinha mais. Dali da onde fica aquela praça que chamam de Formosa [...] Pra lá não tinha mais casa. Não tinha mais casa, era só o caminho, só o caminho. (GALIZA, 2006).

O depoimento do senhor Galiza refere-se à década de 1930 – período de sua infância e adolescência. Passados 30 anos, a memória de outro entrevistado, o senhor José de Ribamar de Pinho Barros, apresentou uma cidade que, para ele, parecia ter parado no tempo. A nostalgia do ato de recordar recheou-se de indignação quando esse poeta popular lembrou que

[...] aqui era mato. Aqui se andava era por vareda, veredas. Não tinha rua. Timon mesmo propriamente dito era só o centro ali. Só o centro. Saiu ali daquela Rua 8 que tem aquela conexão, que sai lá na avenida [Presidente] Médice, ali era chapada, chapadão. As casas mesmo era só aglomerado. Era a casa do Napoleão, do Domingos Rêgo, o hospital do Jurandir Galego, que é meu amigo, tem o consultório do Zé Firmino de Sousa [...] E o [Bairro] Guarita era um lamaçal, uma lama fedida que dava nojo, cheio de botecos de vender cachaça. (BARROS, 2005).

O centro da cidade, possuía algumas ruas calçadas e casas de alvenaria, ao contrário da periferia onde havia apenas um grande descampado, principalmente na região que compreende o atual bairro Parque Alvorada, o qual aos poucos foi sendo povoado devido à abertura da estrada federal BR 226. A memória dos tempos de criança, quando o Professor Jerry César de Sousa Rocha passeava pelo município de Timon, revela, de forma bucólica, a paisagem campestre que predominava nos arredores do centro daquela cidade:

Na década de 80 estava nascendo o Parque Alvorada, em função da instalação do Batalhão do BEC, que fez surgir à famosa Vila do BEC pra construir o trecho da rodovia 226. Aquela região era um descampado. A maioria eram casas de palha, algumas de alvenaria. O Bairro Formosa também era um descampado. No [local do] atual colégio Jacira funcionava um matadouro. (ROCHA, 2005).

Lembramos que, na nossa infância, no final da década de 1980, o Bairro Parque União estava repleto de quintas, ou seja, grandes propriedades rústicas com casa de habitação que ocupavam até dois quarteirões. As ruas possuíam certo alinhamento, mas havia poucas casas edificadas com paredes de taipa e cobertura de palha. Eram raras as casas cobertas com telhas. As ruas não tinham calçamento (muitas até hoje não têm) e havia muitas grotas<sup>20</sup> por todo o bairro. Quando chovia, muitos terrenos ficavam alagados, e as crianças brincavam nas

---

não chegou a lutar nas frentes de batalha das tropas aliadas, porém, trabalhou em Fortaleza em prol desse conflito mundial entre as potências imperialistas.

<sup>20</sup> Abertura no solo produzida pelas enchentes.

grotas. Esse problema das grotas também era comum nas ruas de Teresina, como se observa na manchete do jornal O Estado, *“Grotão ameaça uma rua na zona sul de Teresina.”*<sup>21</sup> Percebemos, pois, que a urbanização da capital vizinha ainda precisava ser ampliada.



**FIGURA 1:** Grotão ameaça uma rua na zona sul de Teresina<sup>22</sup>

No Bairro Parque União, em Timon, não havia nem mesmo iluminação pública. Alguns moradores colocavam postes de madeira nas ruas por conta própria e faziam ligações clandestinas (gambiarras). Por conta disso, à noite, as ruas ficavam quase às escuras, iluminadas apenas pelas luzes das casas e/ou pelas lamparinas das residências que ainda não tinham feito a ligação elétrica, o que denota o descompromisso da administração pública vigente na época.

A cidade era um aglomerado humano sem saneamento básico. Como disse a Professora Raimunda de Carvalho Sousa, a cidade de Timon só começou a se urbanizar em meados da década de 1960. O ex-prefeito Napoleão Guimarães<sup>23</sup>, em depoimento, atribui ao

<sup>21</sup> Grotão ameaça uma rua. **O Estado**. Teresina, p. 1, 31 mar. 1983, ano XIV, n. 3015.

<sup>22</sup> Ibid., p.1.

<sup>23</sup> Napoleão Guimarães, comerciante aposentado, nasceu em 1930 na atual cidade de Sucupira, no Maranhão, quando esta pertencia, na condição de povoado, ao município de São João dos Patos. Coursou três anos do Primário com professor particular, concluindo essa etapa do ensino na cidade de Floriano, no Piauí. Em 1946, transferiu-se para Teresina e passou a estudar no Ginásio Leão XIII. Com apenas 19 anos, passou a gerenciar uma loja instalada por seu pai na cidade de São João dos Patos. Em 1951 estuda o primeiro semestre em Fortaleza, o segundo em Teresina e, em 1952, estabeleceu residência e uma loja de tecidos na cidade de Timon. A partir de 1959, diversifica o seu negócio, comprando e vendendo gêneros alimentícios a grosso (exportava para diversos estados brasileiros do Nordeste e até para São Paulo). Em 1965, inicia sua vida política, elegendo-se Prefeito Municipal (1966-1969). Torna-se uma liderança política e consegue reeleger-se para mais dois mandatos no cargo de chefe do Executivo Municipal (1974-1977 e 1983-1988). Ao longo desses três mandatos, estruturou urbanisticamente a cidade, diminuindo a feição rural que lhe era característica. No ano de 1985, juntamente com o então Secretário de Fazenda do Maranhão, Francisco Teixeira, e o Deputado José de Ribamar

seu primeiro mandato (1966-1969) à frente do poder executivo municipal o início do desenvolvimento urbanístico de Timon, quando então se deu a pavimentação de algumas ruas. Para ele,

Nada tinha aqui nesta cidade, Ginásio. Tudo, nós dependíamos de tudo, de Teresina, nessa época. [...] Pra você ter idéia, quando eu cheguei aqui em [19]52, o município só possuía um jipe, era do padre Delfino para fazer desobriga. O único veículo que tinha na cidade. Pra ver o atraso que tinha na cidade. Calçamento, nenhuma pedra. (GUIMARÃES, 2006).

A cidade não possuía pavimentação e nem suficientes serviços públicos essenciais: atendimento ambulatorial em postos de saúde, coleta de lixo, sistema de iluminação elétrica pública e rede de tratamento e abastecimento de água. A deficiência na estrutura urbana de Timon não se constituía em fato isolado, visto que, até a década de 1960, a população brasileira ainda se apresentava predominantemente rural. Esse panorama demográfico só se inverte a partir da década de 1970 (MENDES, 2004, p. 11), como pode ser observado no quadro a seguir:

**QUADRO 1:** Brasil – Evolução da população rural e urbana 1950 – 1980

| ANO<br>POPULAÇÃO | 1950                  | 1960                  | 1970                  | 1980                  |
|------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| RURAL            | 33.161.506<br>(63,8%) | 38.767.423<br>(55,3%) | 41.054.053<br>(44,1%) | 38.566.297<br>(32,4%) |
| URBANA           | 18.782.891<br>(36,2%) | 31.303.034<br>(44,7%) | 52.084.984<br>(55,9%) | 80.436.409<br>(67,6%) |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos

O crescimento urbano constituía-se como um fenômeno generalizado em todo o país, principalmente na segunda metade da década de 1950, no período do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), devido à expansão industrial promovida por esse presidente, a qual passou a se refletir na estrutura populacional brasileira. O governo de Juscelino Kubitschek (JK) foi marcado por intenso e acelerado crescimento econômico: “*Cinqüenta anos de progresso em cinco de governo*” era seu lema. Sua política econômica, delineada no Plano de Metas, privilegiou o setor industrial (COSTA, 1999, p. 338-347).

A idéia econômica básica de JK era chamada de nacional-desenvolvimentista ou simplesmente desenvolvimentista. Essa ideologia econômica, muito popular entre economistas e sociólogos dos Estados Unidos, Europa Ocidental e América Latina nos anos 50, considerava que a característica principal dos países subdesenvolvidos era a economia agroexportadora enquanto a dos países desenvolvidos era a economia industrializada. Nesse sentido, o governo JK acreditava que, para transformar o Brasil, de economia agroexportadora, num país desenvolvido, seria necessário industrializar sua economia. Assim foi feito: depois do governo JK, o setor mais destacado da economia brasileira passou a ser a indústria. Entretanto, o Brasil continuou um país subdesenvolvido, com muitas desigualdades sociais (SCHMIDT, 1999, p. 226-230).

Durante o governo JK houve uma euforia popular promovida pelo fenômeno da industrialização. A possibilidade de melhores condições de vida atraía para as cidades as populações rurais – em especial as do Nordeste, fustigados pelas secas de 1956 e 1958. Em 1950, 36,2% dos brasileiros viviam nas cidades. Dez anos depois, o índice saltou para 44,7%, correspondendo a aproximadamente 38,5 milhões de pessoas (RODRIGUES, 2003, p. 31).

Este crescimento, entretanto, ocorreu de forma muito desigual, evidenciando as disparidades econômicas, regionais e a própria inserção de cada região no conjunto da economia nacional, fato esse claramente demonstrado no quadro abaixo sobre a evolução da população rural e urbana das regiões brasileiras, com destaque para o Sudeste, que possui as maiores taxas de urbanização (72,7%) desde a década de 1970, havendo dessa forma a inversão do quadro demográfico, de rural para urbano, fenômeno este que, nas demais regiões, só ocorreu na década de 1980:

**QUADRO 2:** Evolução da população rural e urbana Regiões – 1950 - 1980 (em %)

| ANO<br>REGIÃO | 1950  |        | 1960  |        | 1970  |        | 1980  |        |
|---------------|-------|--------|-------|--------|-------|--------|-------|--------|
|               | Rural | Urbana | Rural | Urbana | Rural | Urbana | Rural | Urbana |
| Sudeste       | 52,5  | 47,5   | 43,0  | 57,0   | 27,3  | 72,7   | 17,2  | 82,8   |
| Sul           | 70,5  | 29,5   | 62,9  | 37,1   | 55,7  | 44,3   | 37,6  | 62,7   |
| Nordeste      | 73,6  | 26,4   | 66,1  | 33,9   | 58,2  | 41,8   | 49,5  | 50,5   |
| Centro-Oeste  | 75,6  | 24,4   | 65,8  | 34,2   | 52,0  | 48,0   | 32,2  | 67,8   |
| Norte         | 68,5  | 31,5   | 62,6  | 37,4   | 54,9  | 45,1   | 48,3  | 51,7   |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos

As enormes disparidades na repartição da população rural e urbana entre as várias regiões expressavam-se ainda mais claramente em termos de Estados como o Rio de Janeiro e São Paulo, os quais apresentavam as taxas mais elevadas de população urbana, semelhantes aos países de antiga industrialização, enquanto o Piauí e o Maranhão apresentavam taxas muito baixas, aproximando-se daquelas dos países pré-industriais (GARCIA, 1991, p. 76-77), como se observa no quadro a seguir:

**QUADRO 3:** Taxas de população rural e urbana – 1980

| <b>ESTADO</b><br><b>POPULAÇÃO</b> | <b>RIO DE JANEIRO</b> | <b>SÃO PAULO</b> | <b>PIAÚÍ</b> | <b>MARANHÃO</b> |
|-----------------------------------|-----------------------|------------------|--------------|-----------------|
| <b>RURAL</b>                      | 8,18%                 | 11,36%           | 58,02%       | 68,59%          |
| <b>URBANA</b>                     | 91,82%                | 88,64%           | 41,58%       | 31,41%          |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980.

No que se refere às cidades, nos anos 1950, os centros urbanos começaram a *inchar* e a transformar sua feição. As favelas e os bairros de periferia, nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, brotaram na mesma intensidade que novos bairros de classe média, refletindo no espaço urbano a distinção entre os grupos sociais e desafiando as metas dos técnicos em planejamento urbano que, através de planos diretores, tentavam disciplinar a ocupação do solo (RODRIGUES, 2003, p. 31-33). Em Teresina, também se fez presente essa reestruturação urbana, com o surgimento de novos bairros com atributos que distinguem o status sócio-econômico de seus moradores. Segundo o geógrafo Antônio Cardoso Façanha,

[...] pode-se perceber que a década de 1950 [em Teresina] pode ser considerada um “divisor de águas” quanto às mudanças na sua organização interna. [...] Um aspecto importante desse momento foi a construção da ponte dos Noivos, sobre o rio Poti, estimulando o surgimento de novos bairros como o de Fátima, Jóquei e São Cristóvão. (FAÇANHA, 2004, p. 182).

A expansão da malha urbana também se verifica em Timon na década de 1950, promovida pelo sistema de loteamentos. O senhor Galiza (2006) nos informa que “[...] foi em [19]53, que eles [Prefeitura] fizeram o loteamento. Aí foi que começou a espalhar [as casas para além do centro da cidade]”.

Sobre o crescimento urbano de Timon, verifica-se um aspecto particular de especulação do solo por parte de alguns proprietários de terra, como é o caso de um padre que

administrava os terrenos da Igreja e da Prefeitura, loteando-os e fornecendo títulos de aforamento mediante o pagamento de uma taxa junto ao poder Executivo Municipal. Essa particularidade no agenciamento do solo timonense foi comentada no depoimento do ex-Prefeito Napoleão Guimarães, num trecho onde ele informa que

[...] houve aqui um cidadão, Orguimar Monteiro, ele fez um sistema de loteamento, que ele doava o terreno da Prefeitura. O padre Delfino aqui, ele doava o terreno da Prefeitura e mandava fazer o loteamento, doava aquela área, como é o caso do bairro Santo Antonio, bairro Mangueira. Que era dele, do padre, aí ele vendia a você, por exemplo, quando você acabasse de pagar; ele lhe dava um documento da Prefeitura. E a Prefeitura lhe expedia um título de aforamento, lhe cobrando 10%, do valor da Prefeitura. (GUIMARÃES, 2006).

Como se pode perceber, havia mediadores entre a população e a Prefeitura no que se refere à aquisição de terrenos em áreas próximas ao centro da cidade. Esse sistema de loteamentos, ocorrido no período do governo municipal de Joaquim Martins Ferreira (1956-1960), tinha como objetivo principal, segundo o ex-prefeito Napoleão Guimarães, não o de democratizar o acesso à terra e à moradia, mas o de colher os dividendos políticos advindos dessa medida administrativa, isto é,

[...] isso serviu – foi justamente na minha época – mais pra política. Você chegava, “meu amigo político”, pedindo título de aforamento, ele não lhe cobrava nada. A lei não dava, a lei, quando se fazia a doação do terreno era certo pra Prefeitura arrecadar 10%. Na realidade, foi bom para se fazer política, pra dá [terreno]. (GUIMARÃES, 2006).

O depoimento de Guimarães denuncia possíveis atos de corrupção no governo municipal do prefeito Joaquim Martins Ferreira. A nossa pesquisa não encontrou outras fontes que pudessem comprovar ou negar a veracidade dessas informações, porém, podemos considerar o fato de que Napoleão Guimarães era adversário político daquele Prefeito e, por esse motivo, talvez estivesse tentando de alguma forma manchar a imagem política de seus opositores. Diante dessas dúvidas, que poderão ser respondidas por outros historiadores, redimensionamos o foco da discussão para questionar o cuidado técnico empregado no gerenciamento daquele sistema de loteamentos. No que se refere especialmente às ruas, ao seu alinhamento, a pesquisa indicou que havia um planejamento precário nesse setor. O Professor Jerry César nos informou, em depoimento que, na década de 1980, as ruas já eram “traçadas”. Ao falar de suas andanças pela cidade, em sua infância, ele disse que

[...] uma vez, um amigo meu, olhando. Era mais velho do que eu um ano, era mais detalhista [...] Ele disse assim: ‘rapaz, Jerry, essa rua é tão larga!’ Só daí eu me toquei que não era uma rua, era uma avenida. Já tava traçada, já tava toda aberta. As ruas perpendiculares já tavam também abertas. Só que, devido o mau trato, devido toda a falta de delineamento, de infra-estrutura, você caminhava por ruas planejadas, mas não tinha essa noção. (ROCHA, 2005).

Parece que a cidade foi se expandindo “naturalmente” devido à forma da urbanização em que primeiro há um crescimento populacional e uma conseqüente ocupação desordenada do solo; depois realizam-se obras de saneamento básico, como a pavimentação de ruas. O relato acima não apenas descreve uma experiência vivenciada na infância do depoente, mas procura analisá-la, justificando as suas percepções pueris. Quando criança, ele andava por ruas delineadas, mas não percebia tal fato porque elas não estariam recebendo a devida manutenção dos órgãos públicos responsáveis pela infra-estrutura da cidade. O referido professor, em sua evocação, não reviveu o seu *passado puro, completo e estático* de brincadeiras infantis pelas ruas da cidade com seus amigos, porque

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. [...] A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. (BOSI, 1994, p. 55).

As lembranças, além de apresentarem uma descrição de experiências vivenciadas, são constituídas também de uma análise desses acontecimentos dada a distância temporal em que o evocador se encontra deles e sua disposição – com todos os seus conhecimentos acumulados ao longo de sua existência - em avaliar as transformações que vivenciou (SANTOS, [s.n]; Halbwachs, 1990).

Quanto à questão dos *maus tratos* das ruas referida por Rocha, o então Prefeito do período de 1977 a 1982, Luiz de Sousa Pires<sup>24</sup>, se defende, em depoimento, dizendo que a

<sup>24</sup> Luiz de Sousa Pires nasceu em 1935 no povoado Arrodiador, no município de Timon. Ainda criança, em 1944, foi para a cidade morar com o tio, Coronel Luiz Firmino de Souza, ingressando no trabalho do comércio e nos estudos. Na década de 1950, estudou três anos em Fortaleza, formando-se em Contabilidade pela *Escola Técnica de Comércio Carlos de Carvalho*. Em 1960, ingressa na política, elegendo-se vereador. Em 1965, foi eleito vice- prefeito (no governo de Napoleão Guimarães) e em 1976, se elegeu Prefeito Municipal para um mandato de seis anos (1977-1982). Em 1988, torna-se Prefeito novamente, dessa vez para um mandato de quatro anos (1989-1992). A partir do fim desse último mandato, Luiz Pires afastou-se da política e diminuiu as suas

Prefeitura não tinha recursos para manter a cidade limpa e bem organizada. Para este ex-prefeito,

Timon é uma cidade que cresceu muito, mas cresceu desordenada. Ela nunca teve um plano urbanístico, Plano Diretor, como uma cidade bonita. Logo, é uma cidade velha, que nunca teve recurso pra se construir uma condição bonita, vamos dizer assim, urbanizar ela, com bons alinhamentos, as ruas limpas, bem novas. Timon nunca teve recurso pra isso. (PIRES, 2006).

A falta de recursos financeiros alegada por esse ex-prefeito ocorreu de fato não só em Timon, mas em todos os municípios brasileiros a partir da implantação da Ditadura Militar no Brasil, em 1964. Uma das principais características dos governos militares (1964-1985) foi a centralização política e econômica. Os estados e municípios foram paulatinamente perdendo a sua já precária autonomia, aniquilando dessa forma o princípio do Federalismo, instituído em 1891, com a promulgação da primeira Constituição Republicana brasileira. Com o Federalismo, os estados passariam a ter ampla autonomia econômica e administrativa, poderiam elaborar sua própria Constituição, eleger seus governadores, realizar empréstimos no exterior, decretar impostos e organizar suas forças militares (COSTA, 1999, p. 244).

A restrição da autonomia político-administrativa completou-se no governo do presidente Costa e Silva (1967-1969), com o ministro da Fazenda Delfim Neto controlando a transferência de impostos da União para os estados e municípios. Esse controle promoveu um quadro desalentador nos municípios, com recursos financeiros escassos, encargos da dívida pública municipal elevados e intensas reivindicações populares por novas obras e serviços locais (PAES, 2004, p. 57-58).

Em 27 de setembro de 1983, a Frente Municipalista Nacional reuniu três mil prefeitos e vereadores para realizar uma marcha a Brasília, conquistando dessa forma a aprovação, pelo Congresso Nacional, de uma emenda à Constituição que redistribuiu recursos para os municípios, diminuindo o controle da União sobre os governos locais (COSTA, 1999, p. 384-386).

Esse cenário caótico em que se encontravam os municípios brasileiros, apenas abrandado em 1983, corrobora o comentário de Luiz Pires referente à fragilidade de recursos da Prefeitura Municipal de Timon para realizar obras de urbanização na cidade. Entretanto, constitui-se um equívoco afirmar que Timon nunca teve um planejamento urbanístico, pois, desde 1868 – quando este município ainda era vila e se chamava São José das Cajazeiras –,

---

atividades comerciais. Ainda trabalhou como funcionário público estadual no Instituto de Pevidência do Estado. Atualmente vive uma vida “tranqüila” de aposentado.

já possuía um Código de Posturas que regulamentava todas as questões urbanas. Como pode ser observado nos artigos abaixo do ***TÍTULO I – sobre edificações, asseio e aperfeiçoamento das ruas, e outras disposições relativas*** – da lei nº 862 de 5 de agosto de 1868:

Art. 1º Ninguém poderá edificar casas, muros ou cercas nas ruas desta villa e seus subúrbios, sem previa licença da câmara municipal, devendo para isso requerer o numero de braças precisas que serão concedidas por alinhamento feito pelo procurador esecretario da câmara, mediante a gratificação de 200 reis por cada braça, que reverterá em favor das rendas municipais. Aos contraventores a multa de dez mil reis.

Art. 2º A câmara municipal corre o dever de mandar proceder a um alinhamento em todas as ruas desta villa por pessoa habitada; estabelecendo balisas nas esquinas de cada quarteirão.[...]

Art. 8º Quem possuir nesta villa chãos devolutos fa-los-há cercar ou trazer limpos, planos ou livres de buracos. Aos contraventores multa de dois mil reis, e o duplo na reincidência.[...]

O planejamento urbanístico de Timon, referendado no seu Código de Posturas, não era obedecido, porque a Prefeitura não dispunha de recursos financeiros e/ou porque talvez o prefeito não soubesse (ou não tivesse interesse político) da existência de um documento de regulamentação urbana desta cidade.

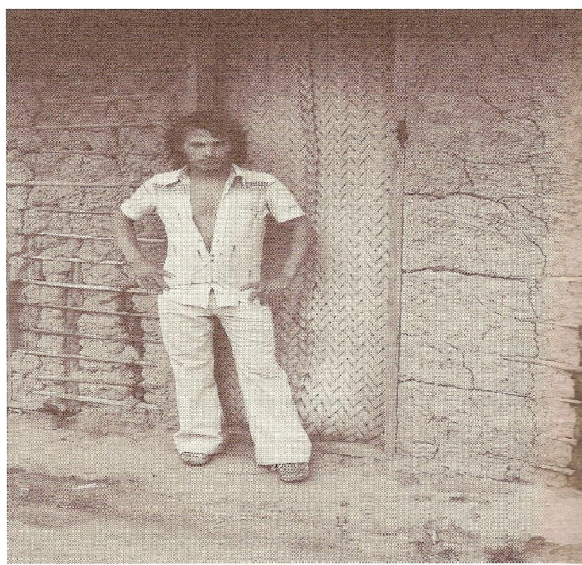
Em relação à arquitetura das casas, percebemos uma certa herança do período colonial brasileiro,<sup>25</sup> no centro da cidade, com casas ligadas umas às outras, separadas apenas por uma parede; casas muito próximas das ruas, podendo um pedestre ver facilmente o seu interior; parte exterior das casas com eiras e beiras e grandes portas e janelas. Já na periferia da cidade, predominavam as casas de oitão, com paredes de taipa e cobertura de palha. O poeta José de Ribamar de Pinho Barros, o Barripi, nos conta que, quando chegou em Timon, em 1965

[...] era muito devagar, porque era casa de telha já, mas de taipa. É que o camarada colocava mais uma segurança pro morador dele. E muitas vezes era de palha mesmo. E as portas - primeiro que naquele tempo não existia o banditismo que tem hoje -, as portas eram de esteira. Esteira mesmo, de palha. E aí, depois que eu cheguei aqui, mandei fazer umas portas de tábua

<sup>25</sup> No período colonial brasileiro, havia uma predominância de casas de tamanho reduzido, de apenas um andar térreo, produzidas com o material disponível como barro, madeira ou pedras. Os sobrados e as vivendas eram restritas às classes mais abastadas, daí porque o seu número era pequeno em relação ao Brasil. A morada colonial não se restringia às casas. Geralmente estas eram acompanhadas por quintais, jardins, pomares e hortas, além de anexos cobertos com telha ou palha, todas circundadas por muros baixos ou cercas que delimitavam o espaço doméstico. Nessas habitações coloniais, não havia privacidade porque a sociedade estava '[...] continuamente devassada pelo olhar dos vizinhos, dada a proximidade das casas e das meias-paredes que as separavam, a estreiteza das ruas no mundo urbano, ou a presença constante dos escravos, que entravam e saíam dos recintos nas grandes casas rurais.' (ALGRANTI, 1997, p. 96).

de caixão. Mas quando nada, já era madeira, era mais seguro. Que aqui eu conhecia até um tempo desse a casa que foi de um ex-prefeito daqui, do Zé Nilton. Ali na rua do Fio – não tem uma casa que é cheia de coqueira baia ? –, até um tempo desse era coberta de palha e era a casa do ex-prefeito. (BARROS, 2005).

A simplicidade das construções residenciais de Timon, apontadas pelo poeta Barripi, também podiam ser observadas em outras cidades maranhenses, como São Pedro da Água Branca, representada na figura abaixo:



**FIGURA 2:** Casa com porta de esteira.

**Fonte:** MARTINS, In: SCHWARCZ, 1998, p. 694.

Em muitos lugares, a casa se concebia como uma espécie de continuidade da rua, ou seja, um espaço público onde os amigos (geralmente, nas cidades pequenas, a maioria das pessoas se conhecem e convivem pacificamente) tinham livre acesso, bastando gritar o costumeiro “ô de casa!”. Entretanto, essas construções de taipa, com cobertura de palha, no centro de Timon, há muito desagradavam os timonenses com “espírito modernista”. De acordo com o depoimento dos entrevistados, surgiu, na década de 1950, um comentário de que algumas pessoas públicas de Timon, estariam forçando o desenvolvimento urbano da cidade através da prática de incêndios criminosos, assim como ocorreu em Teresina na década de 1940, quando houve a urbanização do centro da cidade<sup>26</sup>.

<sup>26</sup> Assunto enfocado na tese de doutorado do professor Francisco Alcides do Nascimento. Para maiores informações sobre o processo de modernização de Teresina, as práticas de incêndios criminosos e a política do Estado Novo de Getúlio Vargas, consulte NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo:** modernização e violência policial (1937-1945). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

Essa prática de incêndios criminosos como instrumento de pressão política para expressar os interesses de um grupo social também pôde ser observado em São Luís, em 1951. Diferente de Timon e Teresina, onde os incêndios visavam pressionar a população para substituir a cobertura das casas de palha por telha, com vistas ao desenvolvimento urbano da cidade e ao seu embelezamento; em São Luís, os incêndios – juntamente com a greve de fevereiro e outubro e o levante popular no interior do Estado, nas cidades de Barão de Grajaú (e a sua vila da Manga), São João dos Patos e Passagem Franca – representavam o clímax de uma disputa eleitoral para governador do Estado do Maranhão, envolvendo o candidato apoiado pelo governo, Eugênio Barros, e o candidato da oposição, Saturnino Belo. A população de São Luís, influenciada pelos líderes das “oposições coligadas” (PSD, PR, PL, UDN, PTB), se mobilizou em protesto contra as supostas fraudes eleitorais ocorridas no pleito de 3 de outubro de 1950, que deu vitória ao candidato governista. Uma das formas de manifestação desses protestos foi a realização de vários incêndios pelos bairros pobres de São Luís (RIBEIRO, In: PINHEIRO, 2004, p. 371-390). Segundo o professor Paulo Roberto Rios Ribeiro,

Os incêndios foram freqüentes na cidade na segunda fase da greve, que começou no dia 18/09/1951, data em que Eugênio Barros assumiu o governo. E o primeiro lugar a ser incendiado foi justamente o TRE, no mesmo dia. Além do TRE, centenas de casas foram atingidas pelo fogo, numa ação sucessiva e ininterrupta dos incendiários. Para minorar a situação dos flagelados pelos incêndios, os coligados organizaram levantamento de fundos e alimentos a serem distribuídos ao povo, a através da ‘comissão do Fundo Econômico Pró-Libertação do Maranhão.’ (RIBEIRO, In: PINHEIRO, 2004, p. 374).

Em Timon, segundo o ex-prefeito Luiz Pires, os incêndios não representaram um instrumento para forçar a substituição da cobertura das casas, de palha por telha, mas, sim, a perversidade humana, através da ação isolada de alguns indivíduos. Contrariando o relato desse ex-administrador municipal, o senhor Manoel Adriano dos Santos<sup>27</sup>, em depoimento, afirma que os incêndios tinham o objetivo de obrigar as pessoas a cobrirem suas casas com telha. Os responsáveis pelos crimes nunca foram descobertos, apesar de que havia boatos na época ligando o Padre Delfino aos incêndios.

<sup>27</sup> Manoel Adriano dos Santos, conhecido como Manoel Engraca, comerciante aposentado, nasceu em 1917, no município de Matões, no Maranhão. Conheceu Timon a partir dos seis anos de idade, quando ia visitar sua irmã que morava nesse município. Em 1943, mudou para Timon, contraiu matrimônio pela segunda vez e, passou a trabalhar no comércio de gêneros alimentícios, têxteis e de miudezas em geral. Depois de alguns anos trabalhando como comerciário, no final da década de 1970, tornou-se comerciante autônomo, instalando sua loja no Mercado Central da cidade.

O Padre Delfino da Silva Júnior foi uma das principais personagens empreendedoras da cidade de Timon. Oriundo de Pedreiras, no Maranhão, chegou em Timon em 1935, com o intuito de administrar, temporal e espiritualmente, a paróquia da cidade, que, na época, também abrangia os municípios de Matões e Parnarama. A habilidade de orador sacro rendeu ao referido pároco, em pouco tempo, uma legião de admiradores do ponto de vista religioso e político. A admiração da sociedade timonense ampliou-se a partir das ações temporais de Delfino. Ele concluiu a igreja matriz de São José, obra iniciada pelo padre Bogéa; construiu a igreja de Santo Antonio, no bairro de mesmo nome; construiu a capela de Bom Jesus de Praga, no Parque Alvorada e uma igreja matriz em Parnarama. Foi diretor e redator chefe de dois meios de comunicação: a rádio *Voz de São José*, que funcionava com um sistema de alto falantes, e um jornal, *Correio de Timon*, que publicava diariamente notícias sagradas e profanas. Além disso, fundou um projeto assistencialista, *Caixa do Pobre*, que amparava as famílias carentes da cidade. Padre Delfino – elevado na hierarquia da Igreja Católica com a comenda de Cônego – tornou-se, durante três décadas (1935-1965), o líder político de Timon. Dentre os seus correligionários, destacamos Juscelino Rodrigues de Castro, Coronel Pedro Patrício, Chiquinho Quirú, Manoel Viana e José Egito Coelho. O interesse pela vida profana rendeu a Delfino vários inimigos, muitos dos quais se reuniram em partidos de oposição. No entanto, somente no pleito de 1965 é que se consegue formar uma coligação – UDN, PR, PTB – forte o bastante para vencer o PSD do padre Delfino. Essa coligação foi liderada por Domingos Rego, o qual se elegeu como deputado estadual, e por Napoleão Guimarães, que se tornou prefeito municipal e o novo líder político de Timon, exercendo o seu poder até o início dos anos 1990. Apesar de ter perdido a hegemonia política sobre Timon, o padre Delfino continuou sendo respeitado e admirado por grande parte da sociedade timonense. Em 1982, em pleno ano eleitoral, ao final de 47 anos como pároco local, ele veio a falecer, vitimado por problemas respiratórios (fumava muito). Seu enterro ocorreu em 15 de novembro de 1982, no dia da eleição (LULA, 1991; SOUSA, 2005).

A morte do Padre Delfino foi noticiada nos jornais teresinenses. O jornal *O Dia* midiaticizou a imagem desse pároco como um homem culto e famoso por suas ações. Na coluna social da jornalista Elvira Raulino, ela informou com muito sentimentalismo a morte do sacerdote:

Delfino Silva, o famoso Padre Delfino de Timon, morreu, entristecendo a cidade, os seus amigos, os seus familiares. Era um homem culto. Estou triste. Um abraço de pesar ao seu irmão, Alderico Silva de Caxias.<sup>28</sup>

<sup>28</sup> RAULINO, Elvira. Delfino. *O Dia*. Teresina, ano 31, n. 8185, 17 nov. 1982. p. 7.

Noutra edição do jornal O Dia, na página de opinião, o Monsenhor Hélio Maranhão pôde expressar aquilo que seria a imagem do Padre Delfino perante a Igreja Católica, ou seja, a de um homem culto, determinado, empreendedor, popular entre os diversos setores da sociedade e bastante zeloso das questões eclesiais. O texto intitulado **“O Padre Delfino, assim eu conheci”** foi finalizado com o seguinte comentário:

Pe. Delfino, eu o conheci, homem de fibra, de cultura, de brio, de talento, de muita capacidade e de grandes virtudes. A presença dos jovens e sobretudo dos homens mais conscientes nas missas de Timon são testemunho do zelo pastoral e da piedade eucarística e mariana do Pe. Delfino, que todos consagraram pela antonomásia carinhosa de **Padezim** porque ele era o padre do povo, padre querido. Pe. Delfino sempre falou e muitas vezes expressou a muitas pessoas o desejo de deixar para o seu sucessor condições que ele não encontrou. A Paróquia teria sua casa paroquial, teria rendas próprias, teria meios que ele deixaria, como de fato deixou. Sou testemunha disso. Muita gente sabe disso. Ele falou certa vez em criar uma obra que perpetuasse o seu nome, seria a Fundação Pe. Delfino (grifo do autor).<sup>29</sup>

As ações religiosas e seculares do Padre Delfino, durante os 47 anos (1935-1982) vividos em Timon, mudaram o perfil sócio-urbano da cidade. O “espírito de mudança” desse pároco desencadeou em alguns setores da sociedade timonense, principalmente em seus inimigos políticos, a idéia de que ele estaria ligado aos incêndios que ocorriam constantemente na cidade. No relato do senhor Manoel Adriano dos Santos, ele chegou a afirmar que, no período entre as décadas de 1950 e 1970, havia boatos em Timon insinuando que o Padre Delfino

[...] queria mudar a cidade, porque mais era casa de palha. Aqui a cidade era muito pobre. Mais era casa de palha. Então tinha o fogo tantas horas do dia marcavam a hora, tantas horas, dia tal vai ter assim, assim [...]. Descobriram que era o pessoal dele [padre Delfino, que praticavam os incêndios]. Agora mandados por quem, que ninguém sabe. Eles vinham e jogavam cedo na casa. Às vezes passavam se disfarçando. Ninguém pode ficar o tempo todo com o olho aqui nessa casa contra o incêndio. Às vezes ele passava, se disfarçava e jogava. Quando tava esquentando o sol, aí explodia. Teve esses incêndios. (SANTOS, 2006).

Esse depoimento do senhor Manoel Adriano dos Santos ilustra bem o fato de que a percepção da realidade nunca é igual para todos aqueles que viveram numa mesma época, em um determinado lugar, pois a formação cultural dos indivíduos desencadeia múltiplas interpretações sobre a realidade que os cerca. Assim, a evocação do passado traz à tona

<sup>29</sup> MARANHÃO, Monsenhor Hélio. O Padre Delfino, assim eu conheci. **O Dia**. Teresina, ano 31, n. 8221, 1-3 jan. 1983. p. 2.

fragmentos do real experienciados pelos depoentes, até porque uma percepção totalizante do real constitui-se em algo inatingível, uma vez que a compreensão do vivido não se caracteriza como algo imutável, mas altera-se constantemente a partir das novas experiências dos indivíduos (HALBWACHS, 1990; BOSI, 1994).

Nesse sentido, o ex-prefeito Luiz Pires não interpretou os incêndios como um mecanismo de pressão política, mesmo estando ciente de que havia boatos envolvendo a figura de um de seus principais adversários políticos – o padre Delfino – naqueles atos criminosos. Já o senhor Manoel Adriano interpretou os incêndios como um recado da elite política dominante para toda a população, em especial, a economicamente desfavorecida, de que deveriam, de qualquer forma, reconstituir as suas casas, substituindo a taipa por paredes de tijolos cozidos e/ou, pelo menos, trocando a cobertura de palha por um telhado.

Essas narrativas díspares sobre um mesmo acontecimento demonstram toda a complexidade da história de Timon, contribuindo para a sua estigmatização como uma *cidade-sem-lei*, além de mostrarem a riqueza da História Oral. Em meio à linearidade dos documentos escritos oficiais,

[...] essa metodologia abre novas perspectivas para o entendimento do passado recente, pois amplifica vozes que não se fariam ouvir. Além de nos possibilitar o conhecimento de diferentes ‘versões’ sobre determinada questão, os depoimentos podem apontar continuidade, descontinuidade ou mesmo contradições no discurso do depoente. (FREITAS, 2002, p. 50).

Segundo a psicóloga social Ecléa Bosi,

A memória oral, longe da unilateralidade para a qual tendem certas instituições, faz intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí se encontra a sua maior riqueza. [...] Grande mérito dos depoimentos é a revelação do desnível assustador de experiência vivida nos seres que compartilharam a mesma época; a do militante penetrado de consciência histórica e a dos que apenas buscaram sobreviver. Podemos colher enorme quantidade de informações factuais, mas o que importa é delas fazer emergir uma visão do mundo. (BOSI, 2003, p. 15 e 19).

O Padre Delfino foi o grande chefe político de Timon entre as décadas de 1930 e 1960, porém, com a entrada de Napoleão Guimarães na política partidária, em 1965 – fazendo oposição ao grupo político do padre Delfino – acirrou-se o pleito municipal. A partir dessa data, a oligarquia Guimarães passou a “reinar” na cidade. Apesar disso, havia por parte dos timonenses, um grande respeito pelo padre Delfino. O próprio Napoleão titubeou ao relacionar os incêndios com a figura do padre:

[...] prenderam um rapaz que era ligado ao padre Delfino. Diziam que era ele. Mas não sei se era ele não. Esse rapaz era o Aureliano Matos, mas ele, não acho que tenha sido ele não. Não sei. Jogavam umas bombazinhas, quando se espantava era o fogo que saía na cumieira da casa. Isso na década de [19]50. Levaram esse rapaz preso, mas nunca foi comprovado não. (GUIMARÃES, 2006).

Nunca foi comprovado que os incêndios tinham o objetivo de forçar as pessoas a cobrirem suas casas com telha, porém, o certo é que, a partir dos anos 1980, começam mudanças significativas na arquitetura das casas. O pau-a-pique cede espaço ao adobe, e as palhoças começam a diminuir com a efervescência dos telhados – ambos propiciados pelo desenvolvimento das olarias, que se instalaram (e continuam até hoje) ao longo da avenida Boa Vista – na margem esquerda do rio Parnaíba -, no Bairro Sucupira, em direção ao norte da cidade. Ressaltamos que os prédios mais antigos do centro da cidade, de acordo com o depoimento do senhor Manoel Adriano dos Santos, como o centro Artístico Operário Timonense, foram cobertos com telhas oriundas do Piauí, transportadas através do rio Parnaíba.

Além dessas mudanças no material utilizado para a construção das casas, o Professor Jerry César nos conta que os timonenses começam a

[...] construir muros, separar quintais – que a maioria dos quintais eram abertos, eram separados por cerca. Então eu vejo, na minha memória está muito presente isso. Na década de [19]80 é o momento que as famílias começam a se fechar, isolar, mas, quantos quintais eu não vi com jirau, as brigas de jirau, a lama de jirau de um lado pro outro. Ali as pessoas brigando porque queimavam muito lixo. Ainda a sentina fedia, porque nem todo mundo tinha banheiro interno, era banheiro externo. Essas coisas estão muito presentes na minha infância. (ROCHA, 2005).

Essas transformações também ocorreram no âmbito do saneamento básico: pavimentação das ruas do centro e das principais ruas periféricas; instalação do sistema de abastecimento d' água – extraída de poços tubulares e não de rios, como comumente ocorre – e de energia elétrica, através da estação rebaixadora de Teresina, que trazia energia da Hidroelétrica de Boa Esperança. Timon foi a primeira cidade do Maranhão a receber energia elétrica da Boa Esperança devido a sua posição geográfica, próxima a Teresina.

Antes dessas mudanças ocorrerem, até a primeira metade da década de 1960, a aquisição de água em Timon dava-se através da compra de latas d' água ou da coleta manual no rio Parnaíba. O senhor Galiza lembra esses tempos, narrando em um tom nostálgico e saudosista:

O cabra comprava era na lata. Ia buscar no rio, na coleta. Era, ah, nesse tempo era bom demais. O cabra com qualquer coisa ele passava aqui em Timon. Porque tinha o jumento e botava tudo nele e passava o dia apanhando água. (GALIZA, 2006).

Essa rotina de comprar água (limpa) para beber e pegar água no rio Parnaíba para as demais utilidades era praticada pelos timonenses, inclusive os grandes comerciantes, como o ex-prefeito Napoleão Guimarães. Em seu depoimento, ele informa que

[...] Eu mesmo comprei muita água na carga. Eu morei naquela casa ali aonde hoje vive a família do Jaime Costa. Antes de eu descer pra loja, eu puxava dez latas d'água, no poço, pra botar ali numa timpa [sic!] ali pra lavar. Dez latas d'água eu puxava, mas, assim, essa água era pra uso da casa. Pra beber tinha que, tinha o sujeito que vendia a carga d'água, a água. Uma carga d'água, não lembro quanto era o preço, mas tinha gente que pagava até por mês a água. No jumento, pegava as ampulhetas (sic !)[ancoretas] tirava a rolha e já tinha levado a água pra botar nos potes. Os filtros, tinha os filtros que ele comprava em Floriano, de madeira, de vidro, não era propriamente um filtro. As pedras que parecia com cimento, mas não era cimento. Tinha uma grade, botava aquela pedra dentro e ficava pingando. A lama ficava, porque no inverno a água era lama, a água do [rio] Parnaíba. E esse pessoal, por exemplo, havia pessoas aqui nos bairros, aqui mesmo na cidade, aqui na rua da Chapada, essa rua aqui. E tinha um poço, um cacimbão. Ali ele vendia água para as pessoas, para os vizinhos. A lata d'água não sei quanto é que era. Muitas vezes ele dava pra puxar, outras vezes ele dava pra os caras puxar. Na maioria das vezes, o cara tinha que puxar. (GUIMARÃES, 2006).

Essas lembranças comuns – memória coletiva – dos senhores Galiza e Guimarães sobre a forma de aquisição de água em Timon, em “*outros tempos*”, remetem-nos ao artigo “*Em busca de uma cidade perdida*”, de Nascimento (2004). Nesse texto, ele faz uma relação entre história e memória, a partir das lembranças da cidade de Teresina. Por se tratar de uma cidade imaginária, “os limites temporais e espaciais são necessariamente fluidos”. Esse texto de Nascimento, juntamente com o nosso trabalho, pode ser relacionado com “*As cidades e a memória 5*”, do escritor ítalo-cubano Ítalo Calvino (1990). Tanto o viajante de Calvino quanto os entrevistados de Nascimento e também os nossos são levados a ver/lembrar uma cidade que não existe mais, uma vez que ocorreram mudanças em sua estrutura urbana e nos usos dos prédios e espaços que permaneceram incólumes no tempo. Nossos entrevistados e os de Nascimento afirmam, respectivamente, que Timon e Teresina de “*outros tempos*” eram muito melhores do que as cidades de hoje. Já o viajante de Calvino é “obrigado” a louvar a cidade dos cartões postais e preferí-la, em detrimento da atual “cidade moderna”. Calvino chama a atenção para o fato de que o louvor a esta “cidade do passado” só ocorre porque ela já não existe. Se ela ainda existisse, talvez não fosse louvada por seus contemporâneos.

Esse fenômeno remete a dois ditos populares: “*Santo de casa não faz milagre*” e “*Só damos valor a algo quando perdemos,*” isto é, a cidade dos velhos cartões postais não era admirada por seus contemporâneos porque era um “santo de casa”. As vivências tristes suplantavam as vivências alegres nos espaços públicos da cidade. Só as “outras cidades” eram boas, faziam “milagres”. Agora, como esta cidade não existe mais, está perdida, distante no tempo (modificou-se urbanisticamente), ela deixou de ser o “santo de casa” passando a ser um objeto de desejo, que faz “milagre”. Tal inversão ocorre porque a memória é seletiva – assim como disseram Halbwachs (1990) e Pollak (1989); ela oculta as lembranças de traumas e sofrimentos do passado para que os indivíduos retornem a uma *vida normal*. O passado para o ex-prefeito Napoleão Guimarães e, principalmente, para o agricultor João José Galiza, foi filtrado e reapareceu, no ato de lembrar, de forma equilibrada, perfeita.

A cidade de Timon desenvolveu-se lentamente, como a maioria das cidades do interior do Brasil, sem esgoto, sem saneamento, sem coleta de lixo. Não havia água encanada na maioria das casas. O sistema de abastecimento atendia apenas à região do centro e às proximidades do hospital Alarico Pacheco, onde foi construída uma caixa d’água. Os demais moradores tinham que se dirigir aos chafarizes públicos – construídos no primeiro governo de Napoleão Guimarães (1966-1969) – instalados no Mercado Central; no Bairro Formosa; na rua 30 com a 13; na rua 14, próximo à Igreja de N. S. do Perpétuo Socorro; na esquina da rua 103 com a 10, próximo ao campo do Poirão, dentre outros lugares. Geralmente, a estrutura física dos chafarizes contava também com uma lavanderia, onde inúmeras famílias, cotidianamente, iam encher suas “latas” e lavar suas roupas. Nesse período dos anos 1980, era uma “bênção” morar próximo de um chafariz, pois aliviava o cansaço das pessoas de todas as idades de ir e vir várias vezes por dia, todos os dias da semana, atrás de água para as necessidades básicas, como fazer a comida, beber e tomar banho.

As pessoas que moravam distantes dos chafarizes, além do cansaço de carregar as “latas d’água”, eram obrigadas a conviver com outros inconvenientes, como encontrar o chafariz fechado. O poeta Barripi nos relatou que

[...] aqui era muito dispendioso, que o chafariz era na Rua 15 e tinha um senhor vigia lá, que eu não sei como aquele caboco não levou foi umas pancadas. Quando dava domingo, todo mundo sem água e ele não abria o chafariz, não sei se mandado por Napoleão ou não, se fazia por conta própria. Domingo e feriado não abria o chafariz pra ninguém. E aí ficava todo mundo nessa pendenga de água. (BARROS, 2005).

Além dessa séria dificuldade, havia também o problema com o fornecimento de energia elétrica. Até o início da década de 1950, a população do centro da cidade recebia energia para iluminar suas casas através de um motor a óleo, ligado às dezoito horas e desligado às vinte e uma, fato comum na maioria das cidades piauienses até a inauguração da Hidroelétrica de Boa Esperança. O restante da população tinha que usar de criatividade para iluminar suas casas. Algumas pessoas usavam “[...] casca de pequi, por exemplo, botava, enchia de azeite de coco. Botava um castiçal de talo de coco e, botava um pavio” (SANTOS, 2006). Outras utilizavam velas, lamparinas a querosene e, quem dispunha de um pouco mais de recursos financeiros utilizavam o Petromax e o Aladim. O Petromax

[...] era um lampião assim. Tinha uma camisa, era a querosene, agora só que era bombeado na base da pressão. Aí quando destampava lá que tocava fogo, ia graduando, graduando. Aquilo era uma luz que matava a luz do sol. A luz do Petromax era mais forte, era uma senhora luz. E do Petromax, criaram o Aladim. Era o mesmo querosene, com manga, camisa, mas não tinha pressão de ar. A gente graduava, quando pegava, incandecia a camisa, ficava uma luz maravilhosa, só que uma camisa era uma noite. Todo cuidado era pouco. Quando ia olhar, o negócio já tinha caído a camisa todinha, era só uma cinza. O que ficava incandescente era cinza; feita lá de um material, não sei que material era. Só sei que quando tinha cuidado até que passava uma semana, duas, mas a luz era boa. Então foi isso que eu encontrei aqui quando cheguei em [19]69 até [19]70, até [19]80, [19]82, por aí assim chegou mesmo a energia. (BARROS, 2005).

O sistema permanente de abastecimento de energia elétrica de Timon foi implantado no governo municipal de Francisco Vitorino de Assunção (1951-1955), prefeito que

Conseguiu, com suas amizades em Teresina, que fosse aprovada na Assembléia Legislativa do Piauí uma lei que consentia a Usina Elétrica de Teresina fornecer energia e força para Timon. Comprou 500 m de cabos condutores trifásicos, transformadores, diversos materiais de eletricidade e doou à cidade luz e força elétrica de dia e de noite continuamente, melhorando extraordinário e recebido com muitos aplausos pelos seus habitantes. (LULA, 1991, p. 22).

O município de Timon não dispunha de recursos suficientes para construir uma subestação, mas o então prefeito Assunção conseguiu, habilmente, ligar Timon a Teresina, através de cabos instalados ao longo da Ponte Metálica e, com isso, receber energia de Teresina. Ressaltamos que essa “modernidade” ficou durante muitos anos restrita ao centro da cidade. A expansão do sistema de energia elétrica aos bairros periféricos ocorreu de forma

lenta a partir do final da década de 1970. No seu depoimento, o poeta Barripi, denuncia essa morosidade da administração pública timonense:

quando eu cheguei aqui [no bairro Parque Piauí II], não tinha [energia elétrica]. Já tinha lá no centro, pra cá não. Isso aqui foi de [19]60, [19]70, [19]78, e foi de [19]78 pra [19]79, que eles começaram a fazer o levantamento topográfico que é onde hoje estão fincados estes postes aí. Foi até um rapaz de São Luís que veio fazer esse levantamento, chamava-se Zé Maria. A convite mesmo do Napoleão, ele veio fazer mais isso, fez esse negócio, mas para fincarem esses postes, aí foi um deus-nos-acuda. Depois que botaram os postes ainda passou bem uns cinco ou dez anos pra chegar iluminação. Foi um trabalho muito demorado, mas até que conseguiu chegar. (BARROS, 2005).

Apesar de toda essa problemática na infra-estrutura urbana da cidade, ignora-se a existência de algum movimento social em Timon que lutasse contra as precárias condições de vida da população. Entretanto, no restante do país, sobretudo nas metrópoles, desde a segunda metade dos anos 1970, acompanhando o início da abertura política do governo Geisel, houve uma enorme expansão dos movimentos sociais urbanos (CARVALHO, 2004, p. 184). A liberação do regime autoritário em curso com a flexibilização dos canais de repressão e o controle do Estado, associados à crise econômica que se seguiu ao “fim do milagre”, propiciaram a emergência, no cenário político, de novos atores - um novo sindicalismo, movimento organizado dos bairros, e a ação de uma Igreja libertária, que se efetivava nas Comunidades Eclesiais de Base (ANDRADE, 1993, p. 33). As reivindicações dos movimentos sociais urbanos de bairros eram medidas elementares, como pavimentação de ruas, redes de água e de esgoto, energia elétrica, transporte público, segurança, serviços de saúde (CARVALHO, 2004, p. 184).

Além dessas “medidas elementares”, a população de Timon era carente de áreas de lazer propícias para o encontro dos cidadãos. Para suprir essa necessidade, foi construída, no segunda metade da década de 1960, a praça São José, em frente à Igreja- matriz de mesmo nome, no centro da cidade. A arquitetura original da praça constava de um abrigo adaptável para instalação de um bar, venda de revistas, engraxataria, um lago artificial, atrás do abrigo, e brinquedos para as crianças, bem como um monumento ao Cristo Redentor. Antes da edificação dessa praça, no entorno da Igreja São José, não havia urbanização, como lembra em seu depoimento o senhor Galiza:

[...] não tinha calçamento, não tinha nada, era só barro, era só barro. Aqui, acolá, eles mandavam roçar, limpar com a mão. Os presos, que tinha preso que no tempo, nesse tempo, o mato tava subindo, eles mandavam arrancar. Era só mesmo pra fazer a limpeza de mão. Não tinha calçamento, não tinha nada. E depois que eles fizeram lá, fizeram a pracinha, bem pequenininha, e agora tá bem grandona. (GALIZA, 2006).

O Prefeito que construiu essa praça, Napoleão Guimarães, relatou que

[...] não tinha nada ali, não tinha calçamento, era ‘lixo.’ Eu que fiz tudo ali. Ali não tinha nada, era uma praça como outra qualquer, que não tinha nenhum benefício. O largo da Igreja, que se chamava ‘olha o largo da Igreja,’ não era nem praça ‘olha o largo da Igreja.’ Era um largo, onde era malhador de gado. Tinha umas vacarias perto, o gado ficava ali pastando, tinha uns pés de figueira ali do outro lado. O gado ficava deitado nas sombras do pé de figueira. Foi quando nós fizemos a primeira praça de Timon, foi no primeiro mandato, foi no fim do primeiro mandato. (GUIMARÃES, 2006).

Percebemos, nos depoimentos de Galiza e Guimarães que, no entorno da Igreja de São José, não havia pavimentação. O largo da igreja e as ruas que o circundavam constituíam-se de muito mato, sendo que, nas áreas sem vegetação, produziavam-se nuvens de poeira sempre que havia ventos fortes e/ou quando passava um veículo automotor. Esse espaço geográfico também acumulava lixo e fezes de animais – cachorros, porcos, bois – que circulavam livremente pelo centro da cidade. Destacamos que, no entorno da Igreja de São José, residiam as famílias mais abastadas da cidade, bem como estava edificado o prédio da Prefeitura Municipal.

Com a construção da praça, os timonenses passaram a desenvolver várias práticas de sociabilidade – conversar com os amigos, namorar e brincar, as quais se acentuavam quando havia os eventos públicos, como os festejos de São José, que reuniam milhares de pessoas. A praça também era utilizada como ponto comercial. No período dos festejos religiosos, armavam-se barracas com vendas de comidas e bebidas, além de artigos religiosos, como terços e imagens de santos. Os ambulantes também aproveitavam essas festividades para vender seus produtos – bombons, caipirinha. Para alguns timonenses este era o único meio de vida, uma vez que a cidade não tinha condições de ofertar emprego para a sua população. Essas práticas até hoje estão em vigor em muitas cidades brasileiras, principalmente as do interior.

Desde sua fundação, em meados dos anos 1960, a Praça São José sofreu várias modificações, as quais desagradaram a muitos timonenses, dentre eles o poeta Barripi:

Aquela pracinha ali da Igreja, aquilo ali foi uma pracinha bem bonitinha, que acabaram com a praça, modificando, modificando, ficou a coisa mais horrorosa do mundo. Aquilo era uma praça bonita. Ali por detrás daquele abrigo tinha um lago artificial, tinha plantação de açaí, muitos pés de açaí. Era uma coisa linda. Aí quando entra o outro, aí vai deformando, deformando, até que ficou naquilo ali, numa coisa sem graça. (BARROS, 2005).

Para Halbwachs (1990), as transformações da cidade afetam os indivíduos, não importando se essas mudanças tornam a urbe mais moderna e civilizada. Até mesmo a problemática urbana que envolvia a Praça São José fazia parte do pequeno universo do poeta Barripi “[...] cujas lembranças se ligam a essas imagens, agora apagadas para sempre, sente que toda uma parte de si mesmo está morta com essas coisas e lamenta que elas não tenham durado, pelo menos tanto tempo quanto lhe resta para viver” (HALBWACHS, 1990, p. 137).

Essa indignação de Barripi – denunciando as possíveis deformações que esse logradouro teria sofrido ao longo de várias reformas, alterando assim o seu projeto arquitetônico original – só não tomou relevo porque, segundo a linha de raciocínio de Maurice Halbwachs (1990), ocorreu de forma individual. Se outras vozes acompanhassem o referido poeta, o seu canto de clamor poderia ser ouvido por toda a sociedade.

Ainda segundo Halbwachs (1990), podemos afirmar que a Praça São José caracteriza-se como um dos pontos de referência, os quais estruturam nossa memória e a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Em outras palavras, o referido logradouro constitui-se como um dos “*lugares da memória*,” estudados pelo pesquisador social francês Pierre Nora (1993), que incluem também “[...] o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costume, certas regras de interação, o folclore a música, e, porque não, as tradições culinárias” (POLLAK, 1989, p. 3).

O desenvolvimento urbano da cidade de Timon foi semelhante ao das demais cidades do interior do Brasil, ou seja, ocorreu de forma lenta devido aos poucos recursos financeiros das Prefeituras que se viam “engessadas” pela centralização política dos governos militares. A estrutura demográfica rural foi se convertendo progressivamente em urbana, a partir da década de 1950, com a euforia nacional promovida pelo nacional-desenvolvimentismo do governo do presidente Juscelino Kubitschek, que atraía as populações rurais às cidades para suprir a necessidade de mão-de-obra nas indústrias que estavam se instalando no Brasil, principalmente as estrangeiras. O controle político-administrativo das

idades estava nas mãos das elites agrárias e/ou eclesiásticas. Em Timon, onde os moradores desenvolviam uma vida simples ainda com muitas atividades ligadas à terra, destacaram-se as figuras do padre Delfino e do comerciante Napoleão Guimarães.

### 1.3 Os passos acanhados da educação

A educação é um outro aspecto de análise da cidade de Timon, a fim de que possamos entender como ocorreu o seu processo de estigmatização pelo olhar de Teresina.

No que se refere à educação, o depoimento do Professor Jerry César informa que, no final da década de 1970 e durante a década de 1980, havia mais escolas do que alunos em Timon. Entretanto, os senhores Manoel Adriano dos Santos e José de Ribamar Pinho Barros discordam dessa afirmação, dizendo que ali a oferta de vagas nas escolas não atendia à demanda populacional. Ao que parece, houve um equívoco no depoimento do Professor Jerry, pois nossa própria geração sentiu essa deficiência do ensino público, quando tivemos que suportar, a partir de 1986, quatro anos de frustrações: não havia vaga nas escolas. E assim como nós, muitas outras crianças ficavam ociosas, restando apenas brincar o dia inteiro nas ruas; trabalhar – vendendo dindin, bolos, cheiro-verde ou vigiando bicicletas nos estabelecimentos comerciais em torno da Rodoviária –; cometer pequenos furtos ou se envolver com drogas – cheirando loló e/ou cola, não muito diferente de outras crianças que residiam nas demais cidades do interior do Brasil.

Para que não ficassem sem estudo, algumas famílias matriculavam seus filhos em Teresina ou em escolas particulares *não-oficiais*, isto é, algumas professoras que haviam concluído o Pedagógico<sup>30</sup> montavam escolinhas em sua residência, sem registro e/ou autorização das secretarias Municipal e Estadual de educação para seu devido funcionamento. E, assim, muitas crianças foram iniciadas nas primeiras letras. O ensino era do tipo tradicional, com direito a decorar datas, nomes e números, apanhando de palmatória o aluno que não respondesse corretamente às perguntas orais da professora, procedimento este que contava com a permissão dos pais para ser realizado. Quanto a essa questão de matricular os

---

<sup>30</sup> O Pedagógico era um curso secundário que formava professores polivalentes para atuar no ensino de 1ª a 4ª série do antigo Primário. Atualmente existe o curso Normal Superior, que forma docentes para atuar nas primeiras séries do Ensino Fundamental, da Educação Básica. A existência desse curso contribui para o cumprimento do parágrafo quarto, artigo 87, da Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujo conteúdo exige que “Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível Superior ou formados por treinamento em serviço.”

filhos em Teresina e da existência das escolas particulares *não-oficiais*, o poeta Barripi relata que

[...] tinha que pagar uma taxa [nas escolas públicas de Teresina]. Era de graça, mas tinha que pagar uma taxa, e era compulsória. E eu paguei essa taxa e meu garoto chegou lá e a diretora falou que não tinha recebido o pagamento, tendo sido pago. E aí automaticamente eu tirei ele, botei lá no João Costa, no Clímaco de Almeida, e a menina estudou ainda, fez o ginásio. Nesse tempo era o ginásio, fez ali no Benjamin Batista. Mas colégio aqui era devagar, não dava conta da demanda[...] tinha escola particular de carta de abc, cartilha, mas era fora do padrão oficial. Era só como chamavam naquele tempo ‘desarnar’ a criança. Nome até feio, ‘desarnar,’ mas era o nome que chamavam. (BARROS, 2005).

Até meados da década de 1960, em Timon funcionava apenas o Ensino Primário, correspondente ao atual Ensino Fundamental I – 1ª a 5ª série. O Ensino Fundamental II de 6ª a 9ª série<sup>31</sup>, que correspondia ao Ginásio, foi implantado no período do governo de Napoleão Guimarães (1966-1969) através de um convênio com o governo do Estado do Maranhão. O então governador José Sarney criou o projeto “Ginásio Bandeirante,” ampliando assim o grau do ensino público ofertado em diversas cidades do interior do Maranhão. O Ensino Médio atual, na época chamado Segundo Grau Científico, foi introduzido em Timon no governo do Prefeito Luiz Pires, no início da década de 1980. A Prefeitura cedeu o terreno do Matadouro público, no bairro Formosa, para o governo estadual (gestão de João Castelo) construir a Unidade de Ensino de 2º grau Jacira de Oliveira e Silva. O nome dessa escola foi em homenagem à professora que muito lutou, juntamente com o seu marido Eurípides da Costa e Silva, pela criação do Ensino Secundário no município de Timon. No dia da inauguração da escola “[...] eu tava lá no jipe da dona Jacira de Oliveira e Silva com o esposo dela [...], seu Eurípides. Eles eram tios do João Castelo, João Rodolfo. Eu andava muito ali, fazendo campanhas”, lembra o depoente Jerry de Sousa Rocha (2005).

Com o funcionamento daquela Escola de 2º Grau ampliaram-se as perspectivas dos jovens estudantes – e de seus pais – de ascender social e economicamente. Isto se explica pelo fato de, na época, quem possuísse um diploma de 2º Grau e um curso de datilografia, geralmente, tinha uma maior probabilidade de conquistar um bom emprego e admiração pública. A preocupação com a qualificação profissional fazia parte do cotidiano do jovem estudante timonense. A memória dos *primeiros tempos de escola* do professor Jerry César de

<sup>31</sup> O Governo Federal ampliou o Ensino Fundamental de 8 para 9 anos a partir da Lei nº11.274, sancionada em 6 de fevereiro de 2006 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo a duração de 9 anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade.

Sousa Rocha não destaca essa preocupação com os estudos, mas a alegria das crianças quando iam para a escola encontrar e brincar com seus amigos, tornando até as atividades cívico-escolares um ato bastante prazeroso:

[...] quando eu passei a estudar mesmo, foi no Padre Delfino, na escola Padre Delfino. Que era fantástico! Era uma novidade você ficava naquela fila – ‘baita sol quente’ – cantava o hino nacional. Você [19]75, [19]76. A referência porque você tem o sítio do Pica-pau Amarelo. E, depois das cinco horas, o cabra ia assistir o Sítio do Pica-pau Amarelo. E cantava o hino do Marinheiro, o hino da Guarda Nacional, hino do Soldado, todas essas coisas, e era preenchido. Todo mundo daquela região, do bairro Santo Antonio, do Centro, de espaços mais distantes, estavam em escolas públicas. As escolas mais faladas aqui eram o Padre Delfino, o Bandeirante, o José Sarney, o Urbano Santos. Todas essas escolas eram bem cheias, eram lotadas. (ROCHA, 2005).

O ato de cantar hinos no pátio da escola, prática adotada em todos os estabelecimentos de ensino público brasileiros da época, era uma atividade prazerosa para muitos alunos; para outros, o que os deixava felizes era o fato de saberem que não havia tratamentos distintos das escolas para com os alunos, como recorda mais uma vez o Professor Jerry César:

[...] nós éramos bem atendidos, nós éramos, independente de [...]. Acho que não era o prestígio. O único prestígio era ‘é o filho da diretora, não é o filho da diretora’; ‘é o filho da professora, não é o filho da professora’. Talvez era a única diferença que se tinha, independente de quem se tratava, todo mundo era igual. Criança nessa época não tinha essa distinção. (ROCHA, 2005).

Assim como o crescimento urbano, o desenvolvimento da educação em Timon ocorreu de forma lenta. Até o final da década de 1980, existia apenas uma Unidade Escolar que oferecia o atual Ensino Médio. As práticas escolares eram iguais ao que ocorria em todo território nacional, como o uso da palmatória para castigar os alunos indisciplinados e o canto obrigatório do Hino Nacional antes do início das aulas. Havia poucos estabelecimentos de ensino público e, para não deixarem os filhos sem estudo, muitas famílias os matriculavam em escolas particulares improvisadas nas residências das professoras ou em escolas públicas de Teresina, momento em que muitos timonenses eram submetidos a constrangimentos por parte de alguns teresinenses, assunto discutido com maior profundidade no capítulo três desta dissertação.

#### 1.4 O raio X da saúde pública

Um outro aspecto que julgamos importante para caracterizar historicamente a cidade de Timon refere-se aos cuidados com a saúde pública.

Até o início da década de 1950, a pesquisa não indicou a existência de hospitais públicos nessa cidade. O atendimento médico oferecido pela Prefeitura Municipal era realizado semanalmente em prédios improvisados, essa precariedade dos serviços públicos de saúde permitia que se perpetuasse uma prática comum à maioria dos habitantes das cidades do interior do Brasil, principalmente os da zona rural: a auto-medicação com base no conhecimento popular sobre o uso de plantas medicinais e no curandeirismo, ou seja, a busca da cura através de uma medicina vulgar, na qual pessoas sem estudos científicos realizam tratamentos de saúde por meio de rezas e feitiçarias. Quando o timonense necessitava de tratamento médico especializado, dirigia-se à cidade de Teresina.

Com a construção do Hospital Getúlio Vargas no período do Estado Novo (1937-1945), a capital piauiense passou a atrair doentes não apenas de Timon mas de todo o interior do Piauí e do Maranhão. Isso ocorreu porque a instituição foi considerada o maior hospital de todo o Norte e Nordeste, possuindo dois andares, 250 leitos, salas de cirurgia e aparelhos técnicos modernos (NASCIMENTO, 2002).

O atendimento médico em Timon ganhou um reforço no início da década de 1950, com a construção do Posto de Saúde situado à Rua Miguel Simão, no centro da cidade, no governo municipal de Francisco Vitorino de Assunção. Era popularmente conhecido como o “hospital do Dr. Jurandir”. Os atendimentos eram diários, com consultas médicas gratuitas às quintas-feiras e aos sábados (LULA, 1991, p, 22). Ao construir esse Posto de Saúde, o então Prefeito Assunção tencionava que

[...] funcionasse como uma unidade de atendimento da Associação de Proteção e Assistência a Maternidade e a Infância de Timon, entidade por ele criada que funcionava em parceria com a Prefeitura Municipal, contando com um grupo de voluntários formados pelas senhoras: Maria Luisa Moura (presidente), Raimunda de Carvalho Sousa (secretária), Anita Portela Madeira (tesoureira) e Iracema Pires Leite (atendente de enfermagem e parteira domiciliar). As integrantes da diretoria eram, também, as auxiliares e executoras do atendimento prestado aos carentes que consistia em consulta médica, aplicação de injeções, curativos e distribuição de leite em pó. O atendimento médico foi iniciado pelo Dr. Assunção e seguindo-se a ele, os Drs.: João França Filho, Cronwel Wall de Carvalho, Afonso de Paiva Elvas e José de Ribamar de Castro Lima. (SOUSA, 2005, p. 36).

A partir do início da década de 1980, houve uma melhora no atendimento médico em Timon quando o então Prefeito Luiz Pires ampliou o Posto de Saúde do centro da cidade, construiu quatro minipostos de saúde nas localidades Buriti Cortado, Monteiro, Vertente, Veneza e cedeu terreno da Prefeitura para o governo do Estado construir o hospital Dr. Alarico Nunes Pacheco, com 50 leitos (LULA, 1991, p. 27). O hospital, de fato, foi construído e entregue para a sociedade timonense em 1981. A inauguração dessa obra do Governo do Estado do Maranhão, na gestão de João Castelo, contou com a participação do então Ministro da Saúde, Waldir Arcoverde. O fato foi noticiado pela imprensa de Teresina: “Em Timon, Waldir Arcoverde visitou um moderno hospital recentemente construído em convênio com o Governo Federal.”<sup>32</sup>

A principal forma de tratamento de saúde em Timon, até a década de 1980, era a auto-medicação, cuja base era o conhecimento popular sobre o uso de plantas medicinais e o curandeirismo. Quando os timonenses necessitavam de cuidados médicos especializados, dirigiam-se à cidade de Teresina. Esse deslocamento para a capital do Piauí em busca de tratamento de saúde, prática realizada até hoje mas com menor intensidade, foi um dos fatores que contribuiu para a representação de Timon como uma cidade-dormitório.

### 1.5 As práticas de sociabilidade

Quanto ao lazer em Timon, os festejos de Santo Antônio e São José eram os grandes acontecimentos da cidade, reunindo milhares de pessoas. Após a saída das missas, os católicos mantinham a sociabilidade participando de quermesses, de brincadeiras, de diálogos sobre política e, dançando ao som de grupos de forró e baião, como cita a professora Raimunda de Carvalho Sousa (2003) em seu depoimento. Além dessas festas públicas, os timonenses se divertiam nos balneários Pinto, Açude, Oitenta e Nove, Roncador, nas coroas do rio Parnaíba, jogando futebol, ou participando de festas em casas de famílias. Sobre essas festas particulares, o senhor Napoleão Guimarães (2006) acrescentou em seu depoimento que “Aqui tinha uns meninos que a gente chamava ‘Rádio Bailes’. Tocavam uma festa aqui, uma festa acolá, e era a diversão que tinha”. Outra atividade tradicional eram os leilões nas Associações de Moradores. Leiloava-se de tudo, desde frango assado até frutas, prática muito comum em cidades do interior nordestino. Era um momento de sociabilidade para toda a família. Os jovens também se divertiam, ao som das “radiolas de reggae”, nos clubes Caverna

---

<sup>32</sup> Arcoverde no Piauí. **O Estado**. Teresina, ano 12, n. 2450, 11 abr. 1981, p. 1.

(Bairro São Benedito), Time Som (Centro) e Mangelo (Bairro Parque União). Essa última danceteria tinha uma arquitetura rústica, com paredes de taipa e cobertura de palha, ostentando um único globo de luz e algumas lâmpadas roxas. O reggae era o ritmo do momento entre os jovens, apesar de muito marginalizado pela parte conservadora da sociedade, que associava os regueiros a ladrões, maconheiros, vagabundos. A marginalização desse estilo musical e de seus adeptos ocorria porque alguns usuários de drogas ilícitas e ladrões eram vistos comumente nos bailes de reggae. Assim essas pessoas acabavam “manchando” a imagem do ritmo musical.

O reggae é um ritmo musical característico da Jamaica, sendo que, no Brasil, ele é bastante popular no estado do Maranhão. A chegada a São Luís, remonta à década de 1970, trazido pelo discotecário Riba Macedo que, por sua vez, tinha sido apresentado ao ritmo por um cantor e vendedor de discos da cidade de Belém no Pará. O ritmo conquistou a juventude do Maranhão e, em especial, de São Luís. Antes denominada de *Atenas Brasileira, Ilha do Amor e Cidade dos Azulejos*, a capital maranhense passou a ser conhecida como a *Jamaica Brasileira*, numa alusão ao reggae e a sua terra de origem. As roupas utilizadas pelos fãs do reggae (até hoje) geralmente eram coloridas como a bandeira da Jamaica.

O reggae se difundiu por outros estados brasileiros, como o Piauí, porém, no Maranhão, existe uma característica particular de se dançar esse ritmo musical que o diferencia do restante do Brasil e do mundo: *em dupla* (“agarrados”), já que, nos demais lugares, as coreografias são individuais. Segundo o antropólogo Carlos Benedito Rodrigues da Silva (1995), a forma particular do maranhense de se movimentar ao som do reggae está ligada a duas hipóteses: 1) Nas décadas de 1970 e 1980, os bailes maranhenses eram embalados por ritmos variados, como o forró e o merengue. O reggae passou a ser colocado no intervalo de músicas mais agitadas, a famosa “música lenta”. Como as pessoas já tinham o hábito de dançar juntas nessas horas, o ritmo lento das músicas românticas teria motivado os casais a também dançarem o reggae dessa forma; 2) outra hipótese apontada por Silva está na realização periódica de concursos de dança pelos clubes, nas décadas de 1970 e 1980, os quais sempre premiavam duplas de dançarinos<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> Um estudo aprofundado sobre o reggae no estado do Maranhão pode ser encontrado em: SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. **Da terra das primaveras à ilha do amor: reggae, lazer e identidade cultural**. São Luís: EDUFMA, 1995. Neste livro podem ser lidos raros depoimentos de disk-jóqueis e proprietários de radiolas (grandes sistemas de som mecânico semelhantes aos sound-systems jamaicanos), que revelam como o reggae chegou ao Maranhão, em meados da década de 1970. Também podem ser consultados os sites <<http://paginas.terra.com.br/arte/massivereggae/danca.htm>> e <<http://www.guiasaoluis.com.br/turismo/dancas/reggae.htm>>

Em Timon, também dançava-se a dois o reggae (prática comum até hoje). Além desse ritmo musical *jamaico-brasileiro*, o forró também atraía pessoas de todas as idades aos clubes e às serestas. Os forrozeiros frequentavam, dentre outros lugares, o Baguaçu Country Clube, o Centro Artístico Operário Timonense e o Alvorada Clube. Esse último espaço cultural estava edificado à rua Coronel Falcão, na área onde se situa atualmente a Biblioteca Municipal Odilo Costa Filho. A arquitetura do clube constituía-se de forquilhas de madeira e cobertura de telha brasílica. O então prefeito Napoleão Guimarães, no seu terceiro mandato (1983-1988), solicitou o terreno à diretoria do clube, para construir o atual Centro Administrativo Municipal e, em troca, a Prefeitura construiu outra sede – maior e melhor estruturada – à Avenida Viana Vaz. Atualmente esse prédio sedia o Lions Clube de Timon.

Um dos espaços de lazer mais freqüentados pelos homens de Timon eram as casas de prostituição, conhecidas popularmente como cabarés, onde além de encontros amorosos, os homens ingeriam bebidas alcoólicas enquanto conversavam sobre futebol, política, mulheres, dentre outros assuntos. Os cabarés localizavam-se em três pontos da cidade: no entorno da atual Rodoviária, na área onde está situado o atual colégio Higino Cunha e na chamada região do CCC (cabaré, cemitério, cadeia). A arquitetura das casas de prostituição, como o *Sonho Azul* e o *Pé de Rifle*, era a mesma dos prédios residenciais, o que as diferenciavam eram as cores escuras das paredes, geralmente azul ou vermelho.

Quanto ao lazer infantil, eram em geral brincadeiras livres como caçar pássaros nas “quintas,” preparar armadilhas para pegar preás, colher frutas (as quintas estavam cheias de inúmeras árvores frutíferas), subir em árvores, tomar banho – escondido dos pais – numa lagoa que ficava localizada na região do atual loteamento Boa Vista, além de várias brincadeiras de rua, como *bombaquim*, *anel*, *cai no poço*, *tum-tum*, *guerra-guerreou*, *queima*, *salva latinha*, *cola-fica*, *cola-ajuda*, *reman-reman*, *corre-corre lacutia*, *triângulo*, *peteca*, *tata*, *meu e teu e só meu*, *futebol*, dentre outras. Muitas dessas brincadeiras, comuns no interior do Brasil, praticamente desapareceram na atualidade.

Destacamos que a falta de recursos financeiros das famílias de baixa-renda, levava as crianças a produzirem os seus próprios brinquedos: faziam carrinhos com latas de sardinha; bolas, com meias ou com saco; espadas, com pedaços de pau e/ou de cano. As meninas faziam roupas para as suas bonecas, além de brincar de casinha, amarelinha, pular corda, andoleta, ciranda, mavé-mavé.

A rua significava um espaço de sociabilidade por excelência para as crianças e também para os adultos, que ficavam conversando à noite com seus vizinhos, principalmente quando faltava energia elétrica – uma prática recorrente.

A socialização também ocorria nos “Rosários” realizados nas residências das “beatas” da Igreja Católica. Enquanto as mulheres ficavam dentro de casa rezando e pedindo graças a um santo de devoção, os homens ficavam do lado de fora, conversando, e as crianças, brincando, mas na expectativa de chegar logo a “hora do bolo,” pois, sempre após os Rosários, a família anfitriã oferecia café e bolos para os participantes desse evento religioso.

As práticas de lazer da sociedade timonense eram semelhantes às de outras cidades do interior do Nordeste brasileiro, ou seja, os moradores de Timon se divertiam em festas religiosas, nos festejos de santos e rosários; nos balneários, estimulando o turismo rural; em festas particulares, como os bingos dançantes; nas danceterias, ao som de reggae ou forró; nos cabarés, realizando encontros amorosos ou travando diálogos eufóricos sobre os mais variados temas; distraíndo-se nas ruas com brincadeiras tradicionais da cultura brasileira como o bombaquim e a ciranda. Essas práticas de lazer caracterizavam uma cidade pacata, de vida simples, sem a correria e o estresse das metrópoles, inversa à imagem de cidade violenta.

## 1.6 O andar cambaleante da economia

Como uma cidade pequena do interior maranhense, podemos observar que havia poucas opções de ensino e lazer em Timon devido, sobretudo, à questão econômica. Os depoimentos permitem afirmar que as pessoas que não trabalhavam em Teresina, exerciam cargos na Prefeitura Municipal e nas demais atividades do funcionalismo público, todavia, este não era um dos melhores empregos, pois o próprio ex-prefeito Napoleão Guimarães relatou que “[...] a Prefeitura, quando vai muito é o salário mínimo. Nessa época, nem salário mínimo eu pagava. Por quê? Porque não tinha recurso. Não se pode pagar o que não se tem (2006).” Portanto, se um dos maiores empregadores, a Prefeitura Municipal, não oferecia bons salários e não havia empresas ou indústrias, então é cabível afirmar que a maior parte da sociedade timonense não possuía boa condição financeira.

Algumas pessoas trabalhavam de forma autônoma nos pequenos comércios, chamados *quitandas* e/ou *bodegas*, onde se vendiam alimentos, utensílios domésticos e também bebidas. A relação entre consumidores e vendedor era quase afetiva, isto é, criavam-se vínculos de amizade que transcendiam as relações comerciais. Comprar fiado era uma prática constante, graças a essa amizade e à consciência dos quitandeiros quanto aos poucos recursos de que dispunham os seus clientes. Alguns estabelecimentos comerciais não possuíam um nome de fantasia, sendo conhecidos pelos nomes e/ou apelidos de seus

proprietários como, por exemplo, o do *Antão*, do *Chico Holanda*, do *Afonso*, do *Domingos Medina*, do *Manoel Engraga*. Em áreas como a Avenida Teresina, o Bairro Guarita e o Mercado central havia comércios de grande porte com produtos alimentícios e utilidades domésticas. Além desses, havia o comércio de tecidos, de cereais e de produtos do extrativismo vegetal, como o babaçu<sup>34</sup>.

Um quarto do território maranhense é coberto pelo babaçu, palmeira nativa, que a partir da década de 1950, tornou-se um dos principais produtos do extrativismo vegetal no estado. Esse fenômeno ocorreu em virtude de um processo de alteração da economia maranhense que, desde o final do século XIX, passava por crises ligadas à agricultura (principalmente o algodão e o açúcar) e à indústria. Nesse sentido, o babaçu e também o arroz contribuíram para diversificar a economia maranhense reabilitando-a no cenário comercial brasileiro e internacional<sup>35</sup>.

Em Timon, Napoleão Guimarães foi um dos grandes nomes do comércio atacadista de tecidos, cereais e produtos do extrativismo vegetal. Seu estabelecimento comercial abastecia o mercado consumidor local e interestadual, com vendas para o Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia e até São Paulo. Sobre seu empreendimento comercial, Napoleão relata:

[...] quando foi no dia cinco de maio de [19]52, eu me estabeleci numa loja de tecidos, aqui em Timon. Comprando em Recife, nos armazéns, os grossistas em Recife [...] eu passei também em [19]59 a comprar gênero. Comprava babaçu e arroz. Montei fábrica de beneficiar arroz. Babaçu eu comprava com recursos próprios [...] no município de Timon, Matões, Parnarama, nos municípios vizinhos [a Timon]. Como eu comprava com recursos próprios – o gênero não estava financiado por ninguém – eu podia oferecer a quem desse o melhor preço. Eu vendia pra Teresina, pra Fortaleza, pra Recife, vendia pra Salvador. Aquele que me desse o melhor preço é que eu vendia o babaçu. O arroz, eu tinha máquina, pilava. Também vendia. Até pra São Paulo a gente chegou a vender. Nessa época, o nosso arroz era muito fraco aqui, era uma mercadoria muito fraca. Vendia mais para o Nordeste, para a Bahia, vendia para o Ceará. O Ceará também era um grande comprador. (GUIMARÃES, 2006).

A atividade agrícola, na zona rural, ocupava uma parte da população. Produziam em suas roças produtos como frutas e verduras, vendidos nos mercados do centro e no São José (próximo à atual Ceasa). Outra atividade econômica era a dos biscateiros, que trabalhavam de

<sup>34</sup> Apesar de existir em outros estados do Nordeste, inclusive na Amazônia, é no Maranhão que se concentram os maiores babaçuais. Desta palmeira praticamente tudo pode ser aproveitado. Seu fruto é utilizado na fabricação de óleo, carvão, leite, ração para o gado, nos trabalhos de artesanato. Na zona rural suas folhas são usadas para cobrir casas. Transformam-se também em cestos e esteiras e fornecem celulose para a industrialização de papel (NASCIMENTO, 2001).

<sup>35</sup> Para maiores informações sobre a economia maranhense consulte: NASCIMENTO, Maria Nadir. **Geografia do Maranhão**. São Paulo: FTD, 2001, p. 47-75; MARANHÃO. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Apontamentos sobre São Luís**: ilha do Maranhão. São Luís: MEC, 1993.

porta em porta, vendendo bolos, peixe, verduras, galináceos e perfumes. A maioria das pessoas que possuíam emprego formal trabalhavam em Teresina, para onde se dirigiam de bicicletas, de ônibus ou até de barcas pelo rio Parnaíba, um dos meios de transporte mais usados, constituindo outra atividade econômica.

Essa migração diária para Teresina – para trabalho, lazer, educação (secundária e superior), tratamento médico ou compras – foi enfatizada por todos os entrevistados, sendo descrita por Venâncio Lula como uma atividade intensa no final da década de 1980:

O movimento de pessoas entre Timon e Teresina é muito intenso. Diariamente milhares de pessoas se locomovem de Timon para Teresina. São os comerciantes para os seus estabelecimentos, os comerciários para seus empregos, os operários para as suas oficinas, fábricas ou construções, estudantes para os seus colégios etc. Para facilitar estas idas e vindas, a cidade de Timon está servida por 14 lanchinhas que navegam no rio Parnaíba diuturnamente. Dispõe ainda de uma linha regular com mais de 30 ônibus da empresa ‘Dois Irmãos’ que circulam, uns pela ‘ponte nova’ (Eng. Luís Noronha), e outros pela ‘ponte Velha,’ assim mesmo, mais de 5.000 pessoas andam a pé ou de bicicleta, aproveitando a ponte metálica que os timonenses apelidaram com o nome de ponte velha. (LULA, 1991, p. 16).

Esse movimento humano diário entre Timon e Teresina constitui-se numa migração pendular, ou seja,

movimentos de vaivém que pessoas fazem diariamente, da periferia para a cidade e vice-versa. Em sua grande maioria, são movimentos de trabalhadores residentes em cidades satélites ou subúrbios para a metrópole, de onde trabalhadores retornam no fim da jornada. (SANTOS, 1999, p. 183).

O movimento populacional diário acontece de forma intensa entre centros urbanos, ocasionando também inúmeros problemas: o vaivém diário do movimento pendular exige, via de regra, uma infra-estrutura de transportes coletivos urbanos e interurbanos bem aparelhados para atender à demanda, que necessita dos espaços geográficos, onde ocorrem intensamente tais mobilidades populacionais. Os trabalhadores que moram nos bairros de periferia e nas cidades-dormitórios são os que migram diariamente para centros urbanos maiores. Esses fluxos populacionais acontecem do local onde moram para os locais onde trabalham. Diante dessas informações, constatamos que a cidade de Timon configura-se perfeitamente como uma *cidade-dormitório* em relação à Teresina, porém, é necessário esclarecer que um dos principais fatores que contribuiu para a intensificação do fluxo diário de timonenses para a

cidade de Teresina, durante a década de 1980, além da carência de empregos, foi o crescimento populacional de Timon, como pode ser observado no quadro a seguir:

**QUADRO 4:** TIMON – Evolução da população urbana e rural 1980-1991

| Ano  | População total | População urbana |       | População rural |       |
|------|-----------------|------------------|-------|-----------------|-------|
|      |                 | Nº absoluto      | %     | Nº absoluto     | %     |
| 1980 | 74.403          | 55.527           | 74,63 | 18.876          | 25,37 |
| 1991 | 107.939         | 90.814           | 84,13 | 16.625          | 15,87 |

Fonte: IBGE Agência Timon – MA CENSO DEMOGRÁFICO 2000.

Analisando o quadro acima, percebemos que, entre 1980 e 1991, houve um significativo crescimento da população urbana de Timon, em detrimento da população rural. Além disso, observamos que o município de Timon, assim como a maioria dos municípios brasileiros, apresentava uma situação preocupante em todos os setores da vida social, pois a evolução dos movimentos populacionais, em especial o fenômeno do êxodo rural, provocou o surgimento de novos bairros na periferia da cidade-sede, geralmente com péssimas condições de sobrevivência, como a Vila do BEC e o Cajueiro, dentre outros. Assim, o crescimento populacional da cidade de Timon e a falta de incentivos e de garantias para a instalação de indústrias e outros serviços, para absorver a mão-de-obra gerada por esse crescimento demográfico, intensificou o fluxo de pessoas que migravam diariamente para Teresina (MENDES, 2004).

O processo migratório diário de Timon para Teresina contribuiu para que se acostumassem a considerar Timon como *cidade-dormitório*, mas o efeito mais forte dessa realidade deu-se no desempenho econômico daquela cidade. A desproporcionalidade entre o ritmo de crescimento populacional e o crescimento sócio-econômico contribuíram para o aumento do desemprego, da marginalidade e da violência, não somente em Timon, mas em todas as cidades brasileiras, inclusive Teresina, a qual vivencia até hoje esses problemas típicos de uma cidade em expansão e movimento.

## CAPÍTULO II

### TIMON: UMA CIDADE SOB O OLHAR DO OUTRO

#### 2.1. As cidades se unem: a representação do outro

A interação entre Timon e Teresina se intensificou a partir do final do século XIX, com a conclusão da estrada de ferro *Caxias – Cajazeiras*, símbolo do progresso. Nas primícias do século XX, segundo o depoimento do marinheiro aposentado Mano Velho<sup>36</sup>, a movimentação na estrada de ferro que ligava São Luís a então cidade de Flores

Era maior. O movimento da estrada de ferro era comparada com a navegação, era mais rápido. Nesse tempo a ponte do Parnaíba ainda não tava emendada aqui, mais ou menos em 35. Aí a carga que vinha pelo trem chegava mais rápido do que a que vinha pela marítima. Botava num trem, lá em São Luís, desembarcava do navio, embarcava no trem, com dois dias tava em Timon. Depois era transportado todo por canoa, as Canoas levava 30 volumes, 40 volumes para Teresina. (1984, p. 72 da transcrição).

Depreendemos do testemunho de Mano Velho que a construção da estrada de ferro que ligaria as duas capitais do Meio-Norte, São Luís a Teresina, ocorreu em três etapas: a primeira, em 1895, ligando Caxias a São José das Cajazeiras(Timon); a segunda, em 1909, ligando Flores(Timon) a São Luís; e a terceira, em 1938, quando é concluída a ponte rodoferroviária João Luís Ferreira. Ressaltamos que a declaração de Mano Velho refere-se a essa ponte quando ela era apenas ferroviária, isto é, não possuía ainda o assoalho para a passagem dos carros.

Segundo a linha de raciocínio de Michel de Certeau (2000), de que os *sujeitos ordinários* conseguem libertar-se (pelo menos parcialmente) da *sociedade disciplinar* através da ressignificação de suas práticas, entendemos que alguns timonenses, a partir da linguagem,

---

<sup>36</sup> Antonio Pereira da Silva, mais conhecido por Mano Velho, negro, pobre, analfabeto, nasceu em 1913, no município de Caxias, no Maranhão. Aos doze anos de idade, em 1924, mudou-se, com sua mãe, da cidade de Caxias para Timon. Ali, ele fez de tudo: foi menino de recado dos proprietários das casas ricas; espantava os passarinhos das roças; buscava lenha no mato; carregava água do rio Parnaíba para vender; trabalhou como zelador na Companhia de Fiação dos Tecidos Piauienses, em Teresina. Depois que sua mãe morreu, ele continuou nos mesmos afazeres para ter direito a roupa e comida. Foi escolhido pelo Núcleo de História Oral da Fundação Cepro para ser entrevistado(em 25 de fevereiro de 1984, por Geraldo Almeida Borges) por causa de sua experiência como marinheiro, na época em que o rio Parnaíba servia como principal rota de acesso ao litoral piauiense; durante o período de navegação a vapor no Piauí, no qual Mano Velho participou de 1928 a 1948. A partir dessa última data, continuou ligado ao rio, vivendo dele como canoeiro, até 1975, quando se aposentou com a idade de 64 anos. Nesse trabalho de pesquisa, utilizamos as informações de Mano Velho referentes à cidade de Timon em seus múltiplos aspectos, nas décadas de 20 e 30 do século XX.

ressignificaram o consumo de três *mercadorias* que lhes foram disponibilizadas pelo Estado brasileiro: as três pontes, respectivamente, João Luís Ferreira, Engenheiro Luís Noronha e Presidente José Sarney, que ligam os estados do Maranhão e do Piauí, a partir de suas cidades Timon e Teresina. Essas pontes, com nomes de personagens da elite política e intelectual brasileira foram rebatizadas, respectivamente, como *Ponte Velha*, *Ponte Nova* e *Ponte da Amizade*. Os timonenses, dentro da ótica de Certeau, burlaram a ordem vigente, se apropriaram da lei que lhes foi imposta e, silenciosamente, instauraram pluralidade e criatividade naquilo que era tido como uno.

Com base no depoimento de Mano Velho, além da estrada de ferro *Caxias-Cajazeiras*, também podemos explorar o fenômeno do transporte fluvial, nas primeiras décadas do século XX, que ligava as cidades de Timon e Teresina. Havia um intenso fluxo de canoas e balsas – repletas de gente e gêneros de toda espécie, para embarque e desembarque na estação ferroviária de Flores – entre os dois lados do rio Parnaíba. Todavia,

De 1852 a 1930, quando a vida de Teresina agitava-se no grande entorno do velho largo do Amparo, depois Praça Deodoro, e a vila vizinha [Timon] não passava do largo de São José para a beirada do Parnaíba – uma, muito atenta ao que a outra fazia – notava-se uma maior cumplicidade entre ambas. Parece haver, no presente, formas diferentes de como Teresina e Timon se enxergam mutuamente. (SANTOS NETO, 2002, p. 80).

Diante desta afirmação de Santos Neto, percebemos que no período de 1852 a 1930, as relações comerciais e sociais entre os habitantes de ambas as cidades não se assinalavam por diferenças acentuadas. Elas existiam (ainda existem) – são cidades pertencentes a diferentes estados; uma é capital, a outra um simples aglomerado urbano do interior, mas, como ambas estavam no começo de sua formação, tais diferenças não chegaram a prejudicar a boa convivência dessas cidades irmãs. Entretanto, com o passar dos anos, a arquitetura de Teresina foi ganhando melhoramentos urbanísticos – ruas calçadas, belas construções arquitetônicas, transporte público, sistema de água canalizada, iluminação pública<sup>37</sup>-- enquanto que em Timon o processo de urbanização ocorreu de forma lenta e gradual. O senhor Mano Velho nos informa que, na década de 1920,

---

<sup>37</sup> Para saber mais sobre o processo de modernização de Teresina no período de 1937 a 1945, Cf. NASCIMENTO, Francisco Alcides. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial (1937-1945)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

[...] não tinha água encanada. Aí eu pegava um jumentinho, botava uma cangalha e umas ancoretas, passava o dia todinho, botando água do rio Parnaíba, naquelas casas de família. E assim me compreendo. Só não tive sorte no colégio [...] (p. 23 da transcrição). Neste tempo [1924, quando o depoente chegou em Timon] não tinha escola. Foi o tempo que minha mãe morreu e eu fiquei aí no mundo, na casa de uns e de outros (p. 16 da transcrição). [Em Timon] Tinha muita caça, tinha peba, tatu, cutia, perto de casa; às vezes da cozinha se via um peba, um tatu, um veado. Tinha até um lugar chamado 'Baixão do Coco', era lugar da gente caçar; isso o povo fazia pra se manter. Às vezes, o sujeito chamava o outro; *vambora fazer uma caçada amanhã no 'Baixão do Coco'*, levava três, quatro cachorros. Chegava lá, entrava num buraco de pau, ou mesmo de cupim, que fazia no chão. Aí, a gente caçava, quando dava no bichinho, matava, comia, isso era um de comer substancioso, era dado pela ajuda do Pai. (1984, p. 27 da transcrição).

A partir da leitura e análise de estudos referenciais sobre Timon, dos timonenses Venâncio Lula (1990) e Raimunda de Carvalho Sousa (2005), bem como do testemunho de Mano Velho, percebemos que não havia um sistema de canalização e distribuição de água nem esgoto naquela cidade. O abastecimento de água era realizado de forma manual pelos moradores de todas as classes sociais, com água do rio Parnaíba. Também as poucas escolas que funcionavam na cidade não atendiam à demanda populacional.

Essa realidade educacional timonense refletia uma tendência nacional, uma vez que, durante a chamada República Velha (1889-1930), o Brasil foi governado por oligarquias rurais que não tinham interesse em instruir a população. Esses políticos desejavam concentrar, o máximo possível, o poder em suas mãos, fato observado na Constituição republicana de 1891, que mantinha a exigência da alfabetização para o voto, introduzida em 1881, no final do Império brasileiro. Além de excluir da participação política os analfabetos, a maior parte da população, principalmente de baixa renda, a Constituição republicana destituía o governo da obrigação, estabelecida na legislação imperial, de fornecer instrução primária (corresponde ao período escolar de 1ª a 4ª séries do atual Ensino Fundamental) pública e gratuita ao povo brasileiro. O historiador José Murilo de Carvalho fez uma reflexão sobre esse período, considerando que

A exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária, que constava do texto imperial. Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconhecia-se este direito. Era uma ordem liberal, mas profundamente antidemocrática e resistente a esforços de democratização. (CARVALHO, 1987, p. 45).

O liberalismo antidemocrático da Constituição republicana de 1891, vigente durante toda a República Velha, evidenciava-se de forma explícita no fato de, ao contrário da Constituição imperial, não garantir a gratuidade das escolas primárias e nem a elas se referir diretamente; bem como tinha como base a idéia de que a busca pela educação deveria ser um ato da virtude, do esforço do indivíduo e não uma iniciativa do Estado (CURY, 1998, p. 9-14).

Diante do exposto, podemos considerar que “a falta de sorte no colégio,” do senhor Mano Velho, foi decorrente não de uma carência de virtude ou de esforço individual. Ele foi vítima, assim como milhares de brasileiros durante as primeiras décadas da República, de uma política nacional que não valorizava a educação, contribuindo, direta ou indiretamente, para a construção de um pensamento, no meio rural, onde vivia a maior parte da população brasileira até a década de 1960, que concebia a educação como algo secundário, principalmente entre os pequenos agricultores, tanto em Timon quanto na maioria das cidades do interior do Brasil, porque o campo, segundo esse pensamento, “não exigia mentes pensantes” mas, braços fortes para lidar com a terra e destreza para caçar animais. Fica, portanto, evidenciado que a cidade de Timon, no limiar do século XX, apresentava-se hegemonicamente constituída com aspectos rurais, participando, dessa forma, do quadro geral que caracterizava a maioria das cidades brasileiras, nesse mesmo período, sem muita diferença entre campo e cidade.

O campo, no senso comum, geralmente está associado a uma forma natural de vida, de sossego, “inocência” ou lugar de atraso, ignorância e limitação. À cidade associou-se a idéia de centro de realizações, de saber, comunicações, como lugar de barulho, mundanidade e ambição (WILLIAMS, 1989, p. 11). Essa concepção de cidade apóia-se nos diferentes usos que os habitantes fazem do lugar onde moram. O consumo diferenciado das cidades propicia a fragmentação do espaço, gerando áreas comerciais, industriais, administrativas, residenciais, de lazer, dentre outras. O geógrafo Roberto Lobato Corrêa (2000) também comunga com essa idéia de cidade como “espaço fragmentado”, considerando que

Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado. (2000, p. 7).

O espaço urbano de Timon, desde a formação do povoado até o início da década de 1960, resumia-se ao atual centro da cidade, contando apenas com algumas funções administrativas do governo municipal, além de poucas atividades religiosas e um incipiente comércio de gêneros alimentícios. A cidade não possuía calçamento até a década de 1960 (LULA, 1991, p. 24), as casas eram dispersas, e as ruas, sem nenhuma urbanização, eram cobertas de mato, o que tornava difícil distinguir o campo da cidade.

Na década de 1980, aquela que um dia foi “cidade irmã” de Teresina, devido à proximidade e ao início comum de suas formações na segunda metade do século XIX, não passava de uma “prima pobre,” como afirma o Professor Fonseca Neto (2002 p. 80), “[...] parece haver, no presente, formas diferentes de como Teresina e Timon se enxergam mutuamente.”

Esse novo olhar de Teresina, visto aqui como do *Outro*, foi constituindo simbolicamente a identidade de ambas as cidades. Os atuais estudos sociais de Stuart Hall (2000), Tomaz Tadeu da Silva (2000) e Kathy Woodward (2000) afirmam que a identidade é construída a partir da diferença, isto é, a definição daquilo que “eu sou” depende daquilo que “eu não sou,” porque se todos os seres humanos fossem iguais não seria necessário definir identidades.

A afirmação ‘sou brasileiro’, na verdade, é parte de uma extensa cadeia de ‘negações’, de expressões negativas de identidade, de diferenças. Por trás da afirmação ‘sou brasileiro’ deve-se ler: ‘não sou argentino’, ‘não sou chinês’, ‘não sou japonês’ e assim por diante, numa cadeia, neste caso, quase interminável. (SILVA, 2000, p.75).

Portanto, identidade e diferença são inseparáveis, pois uma depende da outra. A identidade constrói a diferença, e a diferença constrói a identidade. Assim, o *diferente* pode ser concebido como o *outro* que define o *eu*. Esse *eu* não é apenas individual, mas também coletivo, em se tratando de classe, etnia, sexualidade ou nacionalidade. Este último aspecto será aqui utilizado para se pensar a cidade, ou seja, a nação reflete o território<sup>38</sup> – que pode ser de um país, de um estado ou de uma cidade –, e o território reflete a nação.

Segundo o dicionário Aurélio (2000), a palavra “território” significa “sm. 1. Extensão considerável de terra. 2. A área dum país, província, etc. [...] 4. jur. Base geográfica do Estado (solo, rios, lagos, baías, portos, etc.), sobre a qual exerce ele a sua soberania.” De acordo com essa definição, o termo “território” aparece como uma área geralmente delimitada

<sup>38</sup> Sobre o conceito de território e a produção territorial e regional brasileira. Cf. FAÇANHA, Antônio Cardoso. **Desmistificando a geografia:** espaço, tempo e imagens. Teresina: EDUFPI, 2004, p. 157-164.

e com um conteúdo estático. Nesse trabalho, concebemos “território” não como algo estático, mas como um elemento da natureza que está em constante movimento, propiciado pela dialética que ela realiza com o ser humano. Isto é, o homem transforma a natureza e também é transformado por ela. São essas ações humanas, esses usos da terra que marcam a identidade cultural dos povos que habitam um determinado território. Nesse sentido, nação e território, tornam-se reflexo um do outro, pois como afirma o antropólogo Marc Augé (1994), um determinado povo pode possuir origens diversas porém, é o sentimento de pertencer a um lugar que o congrega e une.

Nação e território são construídos simbolicamente pelo olhar do *Outro*, além de estarem estreitamente associados a sistemas de representação. Existem múltiplas concepções sobre o conceito de representação. Na história da filosofia ocidental, o conceito de representação tem-se apresentado em duas dimensões – a representação externa, por meio de sistemas de signos como a pintura, por exemplo, ou a própria linguagem; e a representação interna ou mental – a representação do “real” na consciência (SILVA, 2000, p. 90).

O historiador francês Roger Chartier (1990) concebe a representação ora como algo que permite “ver uma coisa ausente”, ora como “exibição de uma presença”. A noção de representação é vista por este pesquisador como a *pedra angular* da Nova História Cultural, e o seu centro é o conceito de *apropriação*, que ele entende como sendo as interpretações que constroem sentidos a partir da prática de leitura da realidade que circunda os indivíduos. Chartier propõe que o objetivo da apropriação seja “uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que, são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (1990, p. 26).

Na relação de representação, entendida por Chartier como relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquela por este, por lhe estar conforme, a distinção fundamental entre representação e representado, entre signo e significado é pervertida pelas formas de teatralização da vida social. Nessa concepção, a identidade do ser é percebida pela aparência da representação, isto é, as coisas só existem pelos signos que a exibem (CHARTIER, 1990, p. 21).

A representação produz a identidade do ser, porém, destacamos que não existe uma identidade fixa, imutável. Stuart Hall (2001) – um dos expressivos teóricos dos estudos sobre identidade – informa que uma mudança estrutural está fragmentando e deslocando as identidades culturais de classe, sexualidade, etnia, raça, nacionalidade. Se antes essas identidades eram sólidas localizações, nas quais os indivíduos se encaixavam socialmente, hoje elas se encontram com fronteiras menos definidas provocando no indivíduo uma crise de

identidade; constituída por um duplo deslocamento: descentração dos indivíduos tanto do seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos. Essas mudanças estruturais do mundo moderno estão minando a “estabilidade do sujeito” e, com isso, produzindo o “sujeito pós-moderno”, composto não de uma única identidade fixa, essencial ou permanente, mas de várias, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas.

Nessa perspectiva teórica, é aqui analisada as representações de *cidade-sem-lei* e *cidade-dormitório*, atribuídas a Timon pela imprensa teresinense, ou seja, como se deu a produção dessas representações.

## 2.2 O olhar da mídia

As representações de *cidade-dormitório* e *cidade-sem-lei*, atribuídas à cidade de Timon, foram construídas historicamente a partir do olhar da mídia impressa teresinense, mais especificamente os jornais O Dia e O Estado, publicados na década de 1980, quando a pesquisa indica o crescimento do número de matérias que trataram de cenas de violência ocorridas na cidade, contribuindo dessa maneira para a propagação de uma estereotipia sobre Timon. Esses periódicos não tinham que se omitir de publicar notícias sobre aquela cidade maranhense, entretanto, chama a atenção o fato de que o pequeno espaço que lhe reservavam era preenchido constantemente com matérias relacionadas à violência, nas páginas policiais, e aos problemas de infra-estrutura urbana, que contribuíram para representar Timon como uma cidade suja, pobre, sem nenhum saneamento básico e com administradores municipais arbitrários.

### 2.2.1 A estrutura urbana midiaticizada

Como já referido os problemas e/ou a falta de infra-estrutura urbana de Timon recebiam destaque nos jornais teresinenses. Um dos principais acontecimentos noticiados no ano de 1980 foram os efeitos causados pela construção da Avenida Piauí, na margem esquerda do rio Parnaíba. O projeto de construção dessa avenida visava estabelecer uma ligação entre a ponte rodoferroviária João Luís Ferreira (“ponte velha”) até a ponte Engenheiro Luís Noronha (“ponte nova”), na zona sul da cidade de Timon.

Entretanto, centenas de famílias moravam na margem esquerda do rio Parnaíba, justamente no local da construção da referida avenida. Essas famílias tiveram que ser

removidas para que esse empreendimento do poder público municipal pudesse ser realizado. A retirada desses moradores foi bastante noticiada pelos jornais de Teresina, que apresentavam manchetes sensacionalistas como **“Prefeito pode despejar mais de 500 famílias”**. O jornal O Dia informava que

O prefeito de Timon, Luiz Pires, anuncia para a segunda-feira, logo as primeiras horas, desapropriação total da margem esquerda do Rio Parnaíba, onde será construída uma avenida. 500 famílias estão sendo despejadas sem qualquer tempo para providenciar mudança<sup>39</sup>.



**FIGURA 3:** 500 Famílias vão ser desabrigadas.<sup>40</sup>

Na terça-feira, 22 de janeiro de 1980, o jornal O Dia estampou a manchete **“Desapropriação em Timon amedronta famílias”**, cujo conteúdo destacava o desespero dos moradores que habitavam aquela margem do rio Parnaíba, na iminência de terem desapropriadas suas moradias, e a repercussão desse fato nas capitais do Piauí e do Maranhão, como pode ser observado a seguir:

Até a tarde de ontem os cerca de 500 casebres que a Prefeitura de Timon pretende desapropriar ainda estavam na margem esquerda do Parnaíba, mas, alguns moradores, desesperados, resolveram botar abaixo as humildes construções de taipa antecipando-se à ação dos tratores que, segundo o prefeito, vão varrer toda uma área de 40 metros a partir da beira do rio. [...] A ameaça de desapropriação de 500 famílias em Timon tem grande repercussão em Teresina e também em São Luís, onde os jornais dedicam manchetes com o assunto, inclusive falando sobre a impopularidade que o prefeito Luiz Pires pode causar ao governador João Castelo.<sup>41</sup>

<sup>39</sup> Prefeito pode despejar mais de 500 famílias. **O Dia**. Teresina, ano 28, n. 7165, 20-21 jan. 1980. p. 9.

<sup>40</sup> 500 Famílias vão ser desabrigadas. **O Estado**. Teresina, ano 10, n. 2087, 20-21 jan. 1980. p. 1.

<sup>41</sup> Desapropriação em Timon amedronta famílias. **O Dia**. Teresina, ano 28, n. 7166, 22 jan. 1980. p. 10.

Essa informação de despejo das famílias, com uma foto mostrando os casebres, na margem do rio Parnaíba, com a possibilidade de serem demolidos, provavelmente causava terror e indignação nos leitores dos jornais O Dia e O Estado. Nesse momento, o olhar do teresinense para o outro (Timon) era de solidariedade para com aqueles desfavorecidos pela história.

A presença da fotografia no jornal exibiu a ausência do objeto retratado (casebres de taipa) e construiu um real mediatizado (a idéia de que em Timon todas as moradias seguiam aquele padrão de construção) o qual foi registrado na memória coletiva de alguns teresinenses que tiveram contato com aquela imagem. A cidade de Timon estava sendo representada, na mídia impressa teresinense, por 500 famílias prestes a verem seus casebres demolidos. Tais signos que exibiam a cidade de Timon podem ter contribuído para a formulação de uma identidade de lugar carente de políticas públicas, como o acesso à moradia de qualidade. E, contraditoriamente, o prefeito Luiz Pires passou a ser visto como um administrador público que queria trazer, “a qualquer custo”, o progresso para Timon.

Essa ação do prefeito Luiz Pires, vista como “limpeza urbana”, de fato ocorreu em 1980. Ela assemelha-se a outras ações de administradores municipais no Brasil e em outros países, como, por exemplo, o barão de Haussman, com suas reformas urbanas na capital francesa, na década de 1870, que serviram de modelo para o prefeito Pereira Passos na remodelação do Rio de Janeiro nos primeiros anos da República, cuja capital, para ser (re)urbanizada, também passou pelo problema social de remoção e demolição de prédios. Para alargar as ruas e avenidas de acordo com o modelo urbano importado da Europa, a população humilde foi expulsa do centro da cidade, havendo com isto um “aburguesamento” do espaço urbano, e, segundo o historiador Nicolau Sevcenko,

O resultado mais concreto desse processo de aburguesamento intensivo da paisagem carioca foi a criação de um espaço público central na cidade, completamente remodelado, embelezado, ajardinado e europeizado, que se desejou garantir com exclusividade para o convívio dos ‘argentários’. A demolição dos velhos casarões, a essa altura já quase todos transformados em pensões baratas, provocou uma verdadeira ‘crise de habitação’, conforme a expressão de Bilac, que elevou brutalmente os aluguéis, pressionando as classes populares todas para os subúrbios e para cima dos morros que circundam a cidade. (2003, p. 47-48).

Sem nenhuma indenização financeira, a população de baixa renda do Rio de Janeiro foi obrigada a se deslocar “[...] para os mangues, para os morros [ampliando a ocupação deles

e dando visibilidade ao fenômeno de ocupação do solo urbano denominado de favela], para bairros afastados e sem recursos, como Saúde e Gamboa” (SOUZA, 1994, p. 17).

Em relação a Timon, o prefeito resolveu indenizar os despejados, porém, o valor da compensação era suficiente apenas para pagar um mês de aluguel em outro ponto da cidade. Segundo Luiz Pires, a Prefeitura não poderia pagar uma indenização maior, pois as habitações não estavam regularizadas e, além disso, ocupavam terrenos da União. Esta última justificativa surtiu efeito negativo contra o prefeito de Timon. Segundo o tenente Antônio Pereira, chefe da agência local da Capitania dos Portos na época, “a desapropriação das casas existentes na margem do Rio Parnaíba só deveria ser afastada pela Prefeitura após consultas ao Serviço de Patrimônio da União.”<sup>42</sup> Diante disso, o Procurador da República no Piauí, Samir Haddad, interveio em favor das famílias que iriam ser desapropriadas em Timon, conforme noticiavam os jornais *O Dia* e *O Estado* em matérias sobre a questão, com as seguintes manchetes, respectivamente: **“Procurador pode intervir em Timon”** e **“Federais podem impedir o despejo de favelados”**.<sup>43</sup>

Apesar da repercussão desse fato em toda a região Meio - Norte do Brasil, e inclusive com intervenção federal, através das ações do Procurador da República no Piauí, Samir Haddad, o projeto de construção da avenida Piauí foi adiante. Pois havia a justificativa de que essa avenida contribuiria para o desenvolvimento urbanístico da cidade; somada aos interesses político-econômicos de proprietários de terra, preocupados com a valorização de seus terrenos. O próprio Luiz Pires afirmou, em depoimento:

[...] quando foi pra fazer a avenida, houve um acordo. Todos os proprietários abriram mão, não quiseram indenização [...] Eles concordaram, desistindo da indenização, porque ia valorizar os terrenos – a compensação era esta. Tinha o João Claudino, Napoleão, tinha o Celso Martins Cunha, tinha outro aí, o pessoal de Jerônimo. Agora tinha o Leal que era bem aqui nessa Avenida do SAAE, esse aqui não. Ai foi quando eu agi de acordo com a lei. Baixei um decreto desapropriando o terreno dele, todinho logo. (2006).

Para agravar a situação, os destroços das casas demolidas foram jogados no rio Parnaíba, o que causou indignação tanto em Timon quanto em Teresina.

Esse ato da administração municipal de Timon foi usado pelos chargistas do jornal “*O Dia*”, que absorveram a indignação das sociedades timonense e teresinense, expressando sua revolta através de críticas à arbitrariedade do governo, como se observa numa charge em

<sup>42</sup> Desapropriação em Timon ainda não foi acionada. *O Dia*. Teresina, ano 28, n. 7167, 23 jan. 1980. p. 9

<sup>43</sup> Cf. Procurador pode intervir em Timon. *O Dia*. Teresina, ano 28, n. 7169, 25 jan. 1980. p. 8. Veja também: Federais podem impedir o despejo de favelados. *O Estado*. Teresina, ano 10, n. 2091, 25 jan. 1980. p. 7.

que foi desenhada a Prefeitura Municipal de Timon, de onde “ouve-se” uma voz, que a imagem nos leva a acreditar que seja do Prefeito, proferindo um comentário ecologicamente incorreto: “ *Implantar a taxa do lixo pra quê? Se temos o rio Parnaíba como depósito!*”, como pode ser observado abaixo:



FIGURA 4: O rio como depósito de lixo.<sup>44</sup>

Em nosso ponto de vista, essa charge produziu um duplo efeito: refletiu a indignação de timonenses e teresinenses quanto aos atos arbitrários da Prefeitura Municipal de Timon e pode ter contribuído para a construção da idéia de que em Timon as pessoas não se preocupariam com a limpeza da cidade e nem com a natureza, pois jogariam lixo em todo lugar, inclusive no rio Parnaíba, que seria concebido pela população como um grande depósito de lixo. A charge representaria não apenas a Prefeitura mas, num sentido amplo, toda a cidade de Timon. Esse discurso midiático contribuiu para a estigmatização da cidade, como um lugar atrasado – em relação à Teresina, onde existia coleta sistemática de lixo – logo seus moradores também seriam atrasados, “incivilizados”.

Outro fato que exemplifica a estigmatização de Timon refere-se ao caso de uma manchete de duplo sentido publicada pelo jornal “O Estado”: “*Irmão mata o outro pensando ser veado.*” O sentido de que a vítima pudesse ser homossexual, em uma sociedade marcada pelo preconceito, que não permite a livre orientação sexual, chamava a atenção do leitor, predispondo, em nosso ponto de vista, aquelas pessoas mais conservadoras a se sentirem felizes com o a eliminação de um possível “anormal” da face da Terra. Essa percepção, oriunda da leitura da manchete, frustrava-se quando se tinha acesso ao conteúdo da notícia, que apresentava uma outra realidade, como pode ser observado num trecho dessa matéria:

<sup>44</sup> O rio como depósito de lixo. **O Dia**. Teresina, ano 29, n. 7182, 8 fev. 1980. p. 4.

Quando participava de uma caçada a 10 quilômetros de Timon, o operário Antônio Vasconcelos, foi assassinado por seu irmão Francisco Vasconcelos, com um tiro de espingarda 20. O acusado disse na delegacia que tinha saído juntamente com seu irmão [...] para caçar veados [...] Quando por volta das 17 horas, onde estavam, já começava a escurecer, o acusado viu umas folhas se agitarem, pensando se tratar de um veado, Francisco Vasconcelos disparou o tiro atingindo seu irmão que gritou e teve morte no local.<sup>45</sup>

O riso promovido pela charge e pela manchete de duplo sentido diminuiu a tensão social que envolvia aquele problema político-administrativo da remoção de casas para a construção de uma avenida e aquela tragédia familiar na cidade de Timon, porém, em nossa compreensão, também serviu para constranger o timonense. Em algumas situações, o humor pode ter resultados inesperados como o de humilhar. Nesses casos,

[...] o riso é acompanhado de insensibilidade, pois rimos da desgraça dos outros. Não é puro o prazer de rir. Mistura-se a ele uma segunda intenção de humilhar, e com ela, certamente, de corrigir, pelo menos exteriormente. O riso é sobretudo um castigo, uma forma de castigar. Feito para humilhar, deve causar à vítima dele uma impressão penosa. A sociedade vingasse através do riso das liberdades que se tomaram com ela. O riso não atingiria seu objetivo se carregasse a marca da solidariedade e da bondade. (BERGSON apud FONSECA, 1999, p. 22).

Em nossa infância, no início dos anos 1990, em conversas com moradores jovens e adultos de Timon, fomos informados que muitos deles, desde meados da década de 1980, sofriam constrangimentos em escolas, lojas e locais de trabalho de Teresina, por parte de alguns teresinenses que sentiam prazer em ridicularizar os problemas de infra-estrutura urbana de Timon. Essa ridicularização se estendia à representação midiaticizada de Timon como uma cidade-sem-lei, desenvolvida a partir da enunciação constante, na imprensa escrita de Teresina, de práticas de sociabilidade violenta ocorridas em Timon.

## 2.2.2 A violência enunciada

Durante a década de 1980, as páginas policiais dos jornais O Dia e O Estado, produzidos em Teresina, foram recheadas por notícias de atos violentos realizados em Timon. Ressaltamos porém, que todas as cidades do Brasil e do mundo sofrem com problemas de violência, e não apenas Timon. Segundo a historiadora Claudete Maria Miranda Dias (2005, p. 139-141), a violência se apresenta nas relações sociais, familiares, amorosas e de trabalho, ou seja, nos diversos setores da vida e está historicamente ligada a diferentes processos de

<sup>45</sup> Irmão mata o outro pensando ser veado. **O Estado**. Teresina, ano 11, n. 2401, 10 fev. 1981. p. 12.

dominação como a Colonização, ou a sistemas sócio-econômicos como o Escravismo, o Feudalismo e o Capitalismo. A questão da violência nas cidades torna-se um problema quando se percebe a existência constante de roubos, assaltos, assassinatos, em suma, de ameaças à integridade material, física e moral dos indivíduos em sua vida cotidiana. Essa linha de raciocínio também é compartilhada pelo sociólogo Luís Antônio Machado da Silva, que concebe a *violência urbana* como sendo algo que

[...] refere-se, primeiro, à constatação da existência maciça de saques à propriedade privada (assaltos, roubo) e ameaças à integridade física, em situações relacionadas à vida cotidiana; e ao mesmo tempo, segundo, a modelos de conduta subjetivamente justificados, no âmbito destas situações. (SILVA, 1993, p. 131).

O que diferencia as cidades, no que se refere à *violência urbana*, é o grau de intensidade desses acontecimentos e as formas como eles são realizados. Geralmente, nas grandes cidades, existem altos índices de criminalidade devido à complexidade da vida cotidiana (MORAIS, 1981, p. 28-45), ao contrário das pequenas cidades, onde a vida simples tornaria as relações sociais menos propensas a práticas de sociabilidade violenta. Entretanto, não é uma tarefa simples identificar uma “*violência urbana*”, uma vez que uma interpretação de um ato como violento é muito subjetiva. A sua classificação vai depender do contexto histórico-social em que ele está inserido, posição que pode ser percebida nas palavras do filósofo brasileiro Nilo Odalia:

O ato violento não traz em si uma etiqueta de identificação. O mais óbvio dos atos violentos, a agressão física, o tirar a vida de outrem, não é tão simples, pois pode envolver tantas sutilezas e tantas mediações que pode vir a ser descaracterizado como violência. [...] Matar em defesa da honra, qualquer que seja essa honra, em muitas sociedades e grupos sociais, deixa de ser um ato de violência para se converter em ato normal – quando não moral – de preservação de valores que são julgados acima do respeito a vida humana. (ODALIA, 2004, p. 23).

Além de ser necessário observar o contexto histórico-social, para se classificar um ato como violento, deve-se singularizar esse ato, pois existem múltiplas formas de violência ou *práticas de sociabilidade violenta*. Sem se preocupar com a singularização das ações humanas, os jornais de Teresina, O Dia e O Estado, publicavam a maioria das notícias sobre Timon nas páginas policiais, como pode ser observado no quadro a seguir:

**QUADRO 5:** Matérias sobre Timon veiculadas nos jornais O Dia e O Estado (1980-1989)

| <b>Jornal</b><br><b>Tipo de</b><br><b>matéria</b><br><b>ANO</b> | <b>O Dia</b> |                        |              | <b>O Estado</b> |                        |              |
|-----------------------------------------------------------------|--------------|------------------------|--------------|-----------------|------------------------|--------------|
|                                                                 | <b>PSV*</b>  | <b>Outros Assuntos</b> | <b>TOTAL</b> | <b>PSV*</b>     | <b>Outros assuntos</b> | <b>TOTAL</b> |
| <b>1980</b>                                                     | 19           | 22                     | 41**         | 02              | 01                     | 03***        |
| <b>1981</b>                                                     | 09           | 21                     | 30           | 29              | 16                     | 45           |
| <b>1982</b>                                                     | 24           | 18                     | 42           | 46              | 25                     | 71           |
| <b>1983</b>                                                     | 35           | 21                     | 56           | 56              | 21                     | 77           |
| <b>1984</b>                                                     | 69           | 21                     | 90           | 52              | 22                     | 74           |
| <b>1985</b>                                                     | 65           | 16                     | 81           | 34              | 77                     | 111          |
| <b>1986</b>                                                     | 60           | 11                     | 71           | 50              | 19                     | 69           |
| <b>1987</b>                                                     | 40           | 20                     | 60           | 75              | 15                     | 90           |
| <b>1988</b>                                                     | 45           | 25                     | 70           | 56              | 05                     | 61           |
| <b>1989</b>                                                     | 57           | 31                     | 88           | 55              | 09                     | 64           |
| <b>TOTAL</b>                                                    | 423          | 206                    | 629          | 455             | 210                    | 665          |

Fonte: Quadro produzido a partir das pesquisas realizadas nos jornais O Dia e O Estado encontrados no Arquivo Público do Piauí.

(\*) Práticas de sociabilidade violenta realizadas em Timon e/ou realizadas em Teresina por timonenses.

(\*\*) Jornais dos meses de janeiro a abril do ano de 1980.

(\*\*\*) Jornais do mês de janeiro de 1980.

O quadro acima mostra que o tema da violência se destacava nos jornais teresinenses, em detrimento de outros assuntos, como esporte, cultura e educação, referentes à cidade de Timon. Sobre práticas de sociabilidade violenta foram contabilizadas 423 notícias no jornal O Dia e 455 no jornal O Estado, totalizando 878 matérias ao longo de dez anos. Os outros assuntos veiculados nesses dois jornais somam menos da metade desse montante, apenas 416 casos.

Por que o tema da violência aparecia mais nos jornais teresinenses? Na cidade de Timon não havia outros acontecimentos que merecessem destaque na imprensa local? Havia muitos casos de violência, cotidianamente, naquela cidade maranhense e esses assuntos interessariam uma maior parte da população de Timon e também de Teresina? Quem decide o que é, e o que não é, de interesse da população? O que pode e o que não pode ser veiculado nos jornais? Os jornalistas dos referidos jornais, desconheciam a existência de outros fatos que poderiam ser noticiados? Essas indagações nos levam a concluir que houve uma manipulação da realidade a partir do processo de ocultamento de uma realidade não-violenta em Timon, haja vista o fato de que, antes de os jornalistas saírem em busca das informações, são realizadas as chamadas reuniões de pauta, onde se decide a estrutura da edição e os assuntos que serão veiculados naquele determinado dia, portanto, não se trata de desconhecer

outros assuntos, já que os jornalistas, seguindo a linha editorial dos meios de comunicação nos quais trabalham, fazem a cobertura apenas dos eventos que já foram predeterminados na reunião de pauta. Essa manipulação da realidade timonense, segundo o jornalista Perseu Abramo (2003), seguiu um *padrão de ocultação*, que ele considera como sendo

[...] o padrão que se refere à ausência e à presença dos fatos reais na produção da imprensa. Não se trata, evidentemente, de fruto do desconhecimento, e nem mesmo de mera omissão diante do real. É, ao contrário, um deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade. Esse é um padrão que opera nos antecedentes, nas preliminares da busca da informação, isto é, no ‘momento’ das decisões de planejamento da edição, da programação ou da matéria particular daquilo que na imprensa geralmente se chama de pauta. A ocultação do real está intimamente ligada àquilo que freqüentemente se chama de *fato jornalístico*. A concepção predominante – mesmo quando não explícita – entre empresários e empregados de órgãos de comunicação sobre o tema é a de que existem *fatos jornalísticos* e *fatos não-jornalísticos* e que, portanto, à imprensa cabe cobrir e expor os fatos jornalísticos e deixar de lado os não jornalísticos. Evidentemente, essa concepção acaba por funcionar, na prática, como uma racionalização *a posteriori* do *padrão de ocultação* na manipulação do real. (ABRAMO, 2003, p. 25-26. Grifos do autor).

Essa *manipulação do real* discutida por Perseu Abramo foi detectada no jornal O Dia, antes da década de 1980, mais especificamente em 1976. O referido periódico publicou duas matérias com manchetes sensacionalistas: **“Quem quer morrer em Timon?”**<sup>46</sup> e **“Timon continua um município sem lei”**.<sup>47</sup> Na primeira, denunciavam as arbitrariedades da polícia de Timon, a qual não estaria cumprindo com o seu dever de proteger a sociedade e prender os criminosos, ocupando-se em realizar torturas e todos os tipos de humilhações contra indivíduos acusados de crimes pelos quais ainda não haviam sido julgados e que eram reconhecidos no meio popular como sendo pessoas de boa índole.

A matéria **“Timon continua um município sem lei”** proporcionava ao leitor timonense e/ou teresinense uma reflexão sobre os problemas de segurança naquele município, com o intuito, direto ou indireto, de sensibilizar a sociedade, instigando-a a se organizar para reivindicar melhorias para aquela cidade do leste maranhense. Entretanto, essa mesma matéria banalizava as práticas de sociabilidade violenta realizadas em Timon, como pode ser observado a seguir:

<sup>46</sup> PÁDUA, Antônio de. Quem quer morrer em Timon? **O Dia**. Teresina, ano 25, n. 4475, 6 maio 1976. p. 7.

<sup>47</sup> Timon continua um município sem lei. **O Dia**. Teresina, ano 25, n. 4479, 11 maio 1976. p. 7.

[...] A pergunta de advertência feita na página publicada recentemente por O Dia sobre as ocorrências constantes e graves, que inquietam os timonenses pacatos e responsáveis, feita nos termos: ‘quem quer morrer em Timon?’, está confirmada mais uma vez pelos fatos recentes ali acontecidos e aqui narrados. Tiros, facadas e espancamentos praticados por elementos que não vão presos e são dados todos por desconhecidos. A passagem de uma pessoa que quase morre a 28 metros de profundidade. Os inúmeros afogamentos que em relação com a população de Teresina, ocorrem em percentagem 10 vezes maior. Os atropelamentos são muitos também. Um velhinho de 76 anos veio de Nazaré do Bruno somente ser atropelado em Timon.[...] As tocas, como são chamadas pela polícia os locais de refúgio dos marginais, muitas vezes casas abandonadas, muitas vezes palhoças situadas na periferia da cidade, são muito comuns em Timon, como uma prova da inexistência de ação policial na cidade.[...] <sup>48</sup>

Analisando o conteúdo da matéria acima, podemos considerar que as críticas às ações da polícia de Timon puderam ser publicadas, *sem censura*, porque no cenário político nacional, estava havendo um retorno à democracia, de forma “lenta, gradual e segura”, a partir do governo do penúltimo presidente do Regime Militar, o general Ernesto Geisel (1974-1979). A censura prévia à imprensa foi gradualmente suspensa entre 1975 e 1978; inicialmente para os jornais de grande circulação como o *Estado de São Paulo*, e, depois de 1978, para os da imprensa alternativa. Porém, isso não significou o fim do controle e das perseguições políticas, que ainda continuaram, como por exemplo, em 1976, foi proibida a apresentação pela TV de uma gravação do Balé Bolshoi pelo fato de ser uma Companhia russa e, assim, pudesse fazer apologia ao comunismo da União Soviética (HABERT, 2003, p. 40-68).

Uma outra consideração a tecer sobre a matéria citada é que, no trecho “Um velhinho de 76 anos veio de Nazaré do Bruno somente ser atropelado em Timon”, percebemos um sensacionalismo desenfreado, visto que ninguém sai de sua casa, excetuando-se os casos de suicidas, somente para ser atropelado. Os acidentes de trânsito ocorrem por fatalidade e/ou por imprudência de motoristas, geralmente com maior incidência nos trânsitos complexos de grandes cidades, o que não é o caso de Timon, onde havia pouca circulação de veículos nas ruas, característica de uma paisagem típica das pequenas cidades do interior do Brasil.

Ressaltamos que a linha editorial sensacionalista não era um privilégio da imprensa escrita teresinense no ano de 1976, já que também estava presente na imprensa nacional e se perpetuou durante a década de 1980, fato atestado por Abramo (2003, p. 23): “uma das principais características do jornalismo no Brasil, hoje [final da década de 1980], praticado pela maioria da grande imprensa, é a manipulação da informação”. Nesse sentido, as matérias

---

<sup>48</sup> Ibid., p. 7.

sensacionalistas publicadas no jornal O Dia sobre práticas de sociabilidade violenta em Timon destacavam assassinatos, ***“Homem encontrado morto em Timon”***, como pode ser observado no trecho abaixo:

Francisco Pereira de Oliveira, vulgo chibeu, foi assassinado a golpes de faca peixeira anteontem pôr volta das 22 horas nas proximidades de uma garagem de ônibus, à Avenida Presidente Médici, em Timon. O criminoso é desconhecido da polícia daquela cidade, uma vez que após praticar o crime evadiu-se do local sem deixar pista.<sup>49</sup>

O jornal O Estado também destacava os assassinatos na cidade de Timon, em manchetes como ***“Morte no início do carnaval”***, cujo conteúdo da notícia ressaltava o possível medo que estaria se generalizando por toda a população motivado por uma suposta falta de segurança, anunciada por esse meio de comunicação, como pode ser observado no trecho abaixo:

O carnaval de 1981 começou com uma morte no interior, exatamente na cidade de Timon, onde a violência está apavorando os moradores. O operário Francisco Matos Fontinele, foi assassinado ontem com cinco facadas no peito esquerdo, pelo estivador Manoel Carlos de Sousa.<sup>50</sup>

Além dos homicídios, o jornal O Dia destacava também os roubos e assaltos, com manchetes do tipo ***“Lanceiros presos no centro”***:

Os lanceiros José Genésio Almada, ‘O Pretinho’ e Bartolomeu Gomes Barreto foram presos e autuados em flagrante pelo delegado do 1º Distrito Policial José da Silva Torres, depois de terem sido presos no centro comercial de Teresina praticando lances [...] Os dois lanceiros disseram que vinham agindo há muito tempo em Teresina, e que logo após um golpe fugiram para a cidade de Timon e somente depois de comerem (sic!) todo o produto do lance (furto) voltavam a agir.<sup>51</sup>

Noutra matéria, com a manchete ***“Brasília puxada é encontrada em Timon”***, aquele mesmo jornal noticiava as ações de ladrões de carro, “puxadores”, na gíria policial, que estavam atuando de forma constante e impunemente nas cidades de Timon e Teresina, no início da década de 1980. A constância desses roubos chamava a atenção dos delegados de Timon e de Teresina, como pode ser observado abaixo:

<sup>49</sup> Homem encontrado morto em Timon. **O Dia**. Teresina, ano 28, n. 7154, 8 jan. 1980. p. 8.

<sup>50</sup> Morte no início do carnaval. **O Estado**. Teresina, ano 11, n. 2417, 28 fev. 1981. p. 1.

<sup>51</sup> Lanceiros presos no centro. **O Dia**. Teresina, ano 28, n. 7162, 17 jan. 1980. p. 8.

‘creio que este puxador de carros, desta vez, quer botar uma oficina de veículos’. A declaração é do delegado Luís Evangelista do 3º DP [de Teresina], referindo-se a Brasília de cor branca, sem placa [roubada em Teresina], encontrada ontem pelos agentes desta delegacia, na localidade Piçarreira a cinco quilômetros da cidade de Timon.<sup>52</sup>

Essas duas matérias referem-se a pequenos e grandes furtos que eram realizados em Teresina, sendo que, depois, os ladrões fugiam com os produtos do roubo para a cidade de Timon. Percebemos aí, a construção de um discurso representando Timon como uma *cidade-sem-lei*, uma terra onde os criminosos agiriam impunemente, e que, por isso, atrairia bandidos de outras regiões com o intuito de dividir os seus “lucros” e planejar novos crimes.

A veiculação de matérias no jornal O Dia destacando Timon como uma cidade desprovida de segurança pública eficiente, ocorre desde meados da década de 1970, com manchetes sensacionalistas do tipo “**Timon continua um município sem lei**”. Num trecho dessa matéria, o referido periódico afirmou, de forma arbitrária, uma vez que houve generalização na exposição das idéias, a existência de grande quantidade de esconderijos de marginais em Timon, onde os criminosos residiriam tranqüilamente, como pode ser observado abaixo:

Recentemente o delegado Moura, do 1º DP de Teresina, foi diretamente para Timon na certeza de encontrar a toca [refúgio] de um marginal, o golpista de carradas de cereais. São dezenas de casos desta natureza, em que a Polícia do Piauí encontra antro de ladrões em Timon, residindo ali tranqüilamente.<sup>53</sup>

No início da década de 1980 a imagem de Timon como uma *cidade-sem-lei* continuava sendo construída nos meios de comunicação escrita de Teresina. O jornal O Estado, na coluna Ronda Policial, assinada pelo jornalista Pedro Silva, noticiava várias matérias curtas enunciando o possível clima de insegurança naquela cidade maranhense. Como exemplo, citamos a manchete “**Timon**” que destaca a possível fragilidade da Polícia daquele município: “Com várias tocas de ladrões espalhadas em quase todas as ruas de Timon, o delegado Paulo Augusto já não sabe como combater os marginais, que a cada dia aumentam mais”<sup>54</sup>. Noutra manchete, “**Timon sem lei**”, o jornalista Pedro Silva representa, arbitrariamente, Timon como um lugar que esconderia os piores criminosos do Brasil e, por esse motivo, todas as práticas de sociabilidade violenta imagináveis poderiam ser encontradas

<sup>52</sup> Brasília puxada é encontrada em Timon. **O Dia**. Teresina, ano 29, n. 7186, 13 fev. 1980. p. 8.

<sup>53</sup> Cf. Nota 34.

<sup>54</sup> SILVA, Pedro. Timon. **O Estado**. Teresina, ano 14, n. 3055, 22-23 maio 1983. p. 8.

excessivamente naquela cidade: “Todo tipo de malandragem que possa existir, há em Timon-MA. As principais ‘tocas’ dos mais audaciosos ladrões estão ali”<sup>55</sup>

Essa representação negativa da cidade de Timon era reforçada por outros acontecimentos violentos, a exemplo dos casos de acidentes de trânsito, como anunciado na matéria com a manchete “**Atropelamento de carro mata anciã em Timon,**” na qual o jornal O Estado noticiava que

A anciã Maria da Conceição Assunção [...] foi anteontem atropelada e morta por uma caçamba [...] na avenida Presidente Médici em Timon [...] A velhinha, que foi jogada pelo veículo, que desenvolvia alta velocidade segundo populares que assistiram o acidente, ficou com suas vísceras e miolos expostos no meio do asfalto, sendo conduzida por um homem que passava no momento em uma camioneta, levando-a para o Pronto Socorro do HGV [Hospital Getúlio Vargas em Teresina], onde foi removida para o necrotério [...]<sup>56</sup>

Tradicionalmente, os jornais são entendidos – pela maioria das pessoas – como possuidores da função de informar a verdade, comunicando fatos do cotidiano local, nacional e internacional, mesmo que eles desagradem aos leitores (ou a uma parcela deles), uma instituição ou um grupo social. Esse ponto de vista concebe a notícia como um espelho da realidade e defende a “objetividade” como um elemento chave da atividade jornalística. Tal objetividade, entretanto, pode ser questionada, como fazem os estudos dos jornalistas Clóvis Rossi (1986) e Alfredo Vizeu (2002). O primeiro é contra o ponto de vista que concebe a notícia como um “espelho da realidade,” pois, segundo ele, entre o fato e a sua publicação no jornal, existe um processo de filtragem – o enfoque dado às matérias, tamanho do texto, tamanho do título – que sempre resulta em uma versão e nunca no “espelho da realidade”:

Afinal, entre o fato e a versão que dele publica qualquer veículo de comunicação de massa há a mediação de um jornalista (não raro, de vários jornalistas), que carrega consigo toda uma formação cultural, todo um background pessoal, eventualmente opiniões muito firmes a respeito do próprio fato que está testemunhando, o que leva a ver o fato de maneira distinta de outro companheiro com formação background e opiniões diversas. (ROSSI, 1986, p. 10).

O jornalista Alfredo Vizeu entende que, no jornalismo, a linguagem não é apenas um campo de ação, mas a sua dimensão constitutiva. É a condição pela qual o sujeito constrói um real, um real mediatizado. Nesse sentido, a enunciação jornalística é bastante singular em

<sup>55</sup> SILVA, Pedro. Timon sem lei. **Teresina**, ano 14, n. 3066, 5-6 jun. 1983. p. 8.

<sup>56</sup> Atropelamento de carro mata anciã em Timon. **O Estado**. Teresina, ano 11, n. 2401, 10 fev. 1981. p. 12.

função desse campo deslocar-se sempre como um lugar que retrata e cria o lugar do outro, a partir de leis e regras determinadas.

A notícia ajuda a constituir a realidade como um fenômeno social compartilhado, uma vez que no processo de definir um acontecimento, a notícia define e dá forma a esse acontecimento. Desse modo, a notícia está permanentemente definindo e redefinindo, constituindo e reconstituindo fenômenos sociais (VIZEU, 2002, p. 2). Partindo desse pressuposto, percebemos que a narração do acidente de trânsito, na matéria citada, além de informar, produziu um discurso. Os detalhes desse atropelamento, juntamente com o de outras notícias congêneres – tais como *“Degolaram homem a facadas e tocaram fogo no cadáver”*<sup>57</sup>; *“Carbonizado corpo de anciã”*<sup>58</sup>; *“Jovem é assasssinada pelo namorado com 25 facadas”*<sup>59</sup>; *“Corpo sem cabeça jogado na estrada”*<sup>60</sup>; *“Estudante é morto a facadas e pauladas por delinqüentes”*<sup>61</sup>; *“Menor é espancada e estuprada”*<sup>62</sup> – contribuíram para a construção de um imaginário de medo entre os habitantes de Teresina sobre a vizinha cidade maranhense.

A partir da análise do quadro 5, comentado anteriormente, percebemos que, durante a década de 1980, a maioria das notícias sobre Timon veiculadas nos jornais teresinenses O Dia e O Estado destacavam o tema da violência. Acreditamos que essa constante associação da cidade com o tema da violência, contribuiu para esse imaginário de medo, como pode ser observado no quadro a seguir:

<sup>57</sup> Degolaram homem a facadas e tocaram fogo no cadáver. **O Dia**. Teresina, ano 34, n. 6970, 14 mar. 1985. p. 1.

<sup>58</sup> Carbonizado corpo de anciã. **O Dia**. Teresina, ano 35, n. 8172, 26 jul. 1986. p. 12.

<sup>59</sup> Jovem é assassinada pelo namorado com 25 facadas. **O Dia**. Teresina, ano 37, n. 8855, 4 nov.1988. p. 12.

<sup>60</sup> Corpo sem cabeça jogado na estrada. **O Estado**. Teresina, ano 17, n. 4346, 26 jun. 1987. p. 1.

<sup>61</sup> Estudante é morto a facadas e pauladas por delinqüentes. **O Estado**. Teresina, ano 18, n. 4756, 13 out. 1988. p. 14.

<sup>62</sup> Menor é espancada e estuprada. **O Estado**. Teresina, ano 19, n. 4946,12 maio 1989. p. 12.

**QUADRO 6:** Manchetes sobre violência em Timon veiculadas nos jornais teresinenses 1980-1989

| <b>Jornal</b>   | <b>Manchete</b>                                          | <b>Período</b>   |
|-----------------|----------------------------------------------------------|------------------|
| <b>O Dia</b>    | Carro de Prefeito atropela e mata menino em Timon        | 23, 24 mar. 1980 |
|                 | Timon: ainda a cidade sem lei e delegado                 | 1, 2 maio 1981   |
|                 | Tirroteio em Timon                                       | 30, 31 maio 1982 |
|                 | Mais um motorista é trucidado em Timon                   | 27, 28 fev. 1983 |
|                 | Comerciante é morto a tiros em Timon                     | 14 jun. 1984     |
|                 | Menor apanha do Prefeito de Timon                        | 1 mar. 1985      |
|                 | Motorista de Teresina morto em Timon                     | 20 mar. 1986     |
|                 | População de Timon está desprotegida                     | 5, 6 jul. 1987   |
|                 | Morre mais um baleado em Timon                           | 5 mar. 1988      |
|                 | Mais um traficante é morto a faca em Timon               | 23 ago. 1989     |
| <b>O Estado</b> | Menor morre atropelado em rua de Timon                   | 14 fev. 1980     |
|                 | Crime de Timon é rotina da violência                     | 6 jun. 1981      |
|                 | Achado em Timon o carro do secretário roubado no domingo | 30 set. 1982     |
|                 | Motorista de táxi é agredido em Timon                    | 29 jul. 1983     |
|                 | Cadáver é encontrado carbonizado em Timon                | 6 jan. 1984      |
|                 | Incendiaram o carro da delegacia de Timon                | 6 nov. 1985      |
|                 | Detento é morto na delegacia de Timon                    | 10 jul. 1986     |
|                 | Mulheres são espancadas pela polícia em Timon            | 19 ago. 1987     |
|                 | Timon: um mês sem delegado aumenta a violência           | 15 jan. 1988     |
|                 | Traficantes de drogas assassinam mais um em Timon        | 29 ago. 1989     |

Fonte: Jornais O Dia e O Estado 1980-1989, encontrados no Arquivo Público do Piauí.

Esse discurso do medo – assim como qualquer outro discurso produzido nos jornais – ocorre(u) a partir da enunciação jornalística, na qual o jornalista dá conta daquilo que aconteceu recentemente e, portanto, daquilo que ainda não acedeu à memória coletiva e que poderá gravar-se nela, em primeira mão, precisamente pelo fato de o jornalista enunciar (RODRIGUES, 1996).

A repetição de enunciados sobre assassinatos, furtos e acidentes de trânsito ocorridos na cidade de Timon e noticiados na imprensa teresinense produziram uma identidade ligada à performatividade (SILVA, 2000), ou seja, a simples menção a um acidente de trânsito – que Rossi (1986) considera que pode haver objetividade por parte do repórter, quando este não está envolvido pessoalmente ou algum amigo ou parente – que, supostamente, se está apenas descrevendo contribui para definir ou reforçar a identidade de algo/alguém.

O conceito de performatividade desloca a ênfase na identidade como descrição, como aquilo que é – uma ênfase que é, de certa forma, mantida pelo conceito de representação – para a idéia de ‘tornar-se,’ para uma concepção da identidade como movimento e transformação. (SILVA, 2000, p.92).

Nessa perspectiva, a cidade de Timon “tornou-se” uma *cidade-sem-lei* no imaginário social dos teresinenses, a partir da excessiva repetição de enunciados sobre violência urbana, em detrimento de raros casos de notícias sobre fatos não violentos. Esse olhar da mídia pode ser exemplificado pelas notícias sobre violência em cidades como Rio de Janeiro, onde a maior parte das notícias se relacionam à violência urbana, amedrontando os cidadãos. Muitos brasileiros são influenciados pela representação da mídia sobre esta cidade e assim, evitam visitá-la, sem fazer o devido discernimento da notícia e da realidade. Esse exemplo serve para se compreender melhor o que se passou em Timon.

## CAPÍTULO III

### A CIDADE VIOLENTA: ESTIGMA OU REALIDADE?

Percebemos, empiricamente, que uma parcela significativa dos nossos colegas e amigos que moram em Timon desde a década de 1980 foram vítimas de constrangimentos<sup>63</sup> ao realizarem alguma atividade em Teresina, como estudos, trabalho, compras e/ou tratamento de saúde. Na visão de alguns teresinenses, não se desenvolvia nenhum tipo de atividade econômico-social em Timon, e as práticas de sociabilidade violenta seriam realizadas “natural” e excessivamente por todos os moradores da cidade. Como exemplo reproduzimos, a seguir, comentários que eram comuns na linguagem oral de alguns teresinenses:

‘Em uma escola do centro de Teresina..  
 Professor(a) – onde você mora?  
 Aluno 1- No Saci.  
 Professor(a) – onde você mora?  
 Aluno 2 – Na Vila Operária.  
 Professor(a) – onde você mora?  
 Aluno 3 – Em Timon.  
 Professor(a) – em Timon? Lá não é muito perigoso não?’  
 ‘Em Timon, mata-se uma pessoa hoje e deixa-se duas amarradas para matar amanhã.’  
 ‘Timon é uma cidade sem lei.’

Acreditamos que esses comentários foram produzidos basicamente, dentre outros fatores contribuintes, pela constante enunciação de notícias sobre violência em Timon veiculadas na imprensa teresinense. O efeito negativo da veiculação dessas matérias contribuiu para consolidar a estigmatização de *cidade-dormitório* e *cidade-sem-lei*, enfim, do outro relativamente a Teresina. E, por extensão, os timonenses carregariam consigo esses estigmas e estariam sujeitos a constrangimentos (quase) todas as vezes que se identificassem como moradores de Timon, em solo teresinense.

O sociólogo Erving Goffman (1988) explica que o termo *estigma* foi criado entre os gregos antigos para “evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava”. Eram sinais físicos que distinguiam os *amaldiçoados*. Ao longo da história do mundo ocidental, surgiram outras significações, porém, a idéia de *depreciação de um sujeito* perdurou até os dias atuais. Goffman explica também que as sociedades

---

<sup>63</sup> Muitos teresinenses lhes destinavam olhares de censura e piadas de mau gosto como, “Em Timon, mata-se uma pessoa hoje e deixa-se duas amarradas para matar amanhã”.

classificam as pessoas e formam os grupos de acordo com suas características comuns, todavia, um indivíduo de um determinado grupo social pode apresentar uma característica física, mental e/ou moral que o destaque em relação ao grupo a que supostamente pertence. Essa característica, que Goffman chama de *atributo*, não é em si estigmatizadora, mas sim o sentido negativo que é dado, historicamente, a esse atributo. Nesse sentido, podemos considerar que a expressão *cidade-dormitório* não carrega(va) em si nenhum sentido pejorativo, entretanto, a conotação que foi dada a essa expressão – de cidade suja, feia, sem nenhum saneamento básico – é que a tornou um estigma que deteriorou a *identidade social real* de Timon.

A estigmatização da cidade estendeu-se aos seus moradores tornando-os, contra a sua vontade, motivo de troça por parte dos teresinenses. Na explicação de Goffman,

Quando normais e estigmatizados realmente se encontram na presença imediata uns dos outros, especialmente quando tentam manter uma conversação, ocorre uma das cenas fundamentais da sociologia porque, em muitos casos, esses momentos serão aqueles em que ambos os lados enfrentarão diretamente as causas e efeitos do estigma. O indivíduo estigmatizado pode descobrir que se sente inseguro em relação à maneira como os normais o identificarão e o receberão. (GOFFMAN, 1988, p. 23).

Seguindo a trilha de raciocínio deixado pelo sociólogo Erving Goffman, conjectura-se que os leitores teresinenses dos jornais O Dia e O Estado se consideravam “normais” em relação aos estigmatizados timonenses, mesmo sabendo que em Teresina também havia graves problemas urbanísticos e de segurança,<sup>64</sup> porque moravam em uma capital de um Estado brasileiro, ou seja, o simples fato de morar em Teresina, sem observar as suas deficiências em relação a emprego, segurança e habitação, daria aos seus habitantes uma “superioridade” (status social) em relação às cidades circunvizinhas do interior e de menor porte. Nesse sentido, Timon seria automaticamente inferiorizada, em relação à Teresina, simplesmente por ser uma cidade interiorana e de pequeno porte. Além disso, essa “inferiorização” estaria sendo justificada pelas marcas identitárias construídas pelo **olhar do outro**: a imprensa escrita de Teresina.

Contrariando o **olhar do outro**, que marca(va) identitariamente Timon como sendo uma *cidade-sem-lei*, está o **olhar de si**, dos timonenses, representados pelos sete entrevistados, os quais foram unânimes em afirmar que, até a década de 1980, Timon não era

<sup>64</sup> Atualmente ainda existem áreas na periferia sem calçamento, sem água canalizada, sem luz elétrica, além de um acentuado grau de criminalidade – roubos, assaltos.

concebida por eles como uma cidade perigosa para se viver. Pelo contrário, o poeta Barripi – que mora em Timon desde 1965 – considera-a

[...] uma cidade maravilhosa, sempre maravilhosa. [...] sobre a questão de banditismo, naquele tempo agente andava Timon todinho, de noite, à noite todinha e não encontrava ninguém pra lhe ofender. Coisa que hoje, de dia a gente tem, tem certos lugares aqui que de dia você tem medo de ir, devido falta de segurança mesmo. E naquele tempo não, você andava despreocupado, brincava. Eu mesmo bebi cachaça por aqui, quase morro. Chegava aqui às vezes três quatro horas da manhã de pé, não tinha ninguém pra cobrir [sic!]. (BARROS, 2005).

O senhor Manoel Adriano também comunga com essa idéia de Timon como uma cidade tranqüila, ao narrar que

[...] nesse tempo não tinha maconha, não tinha nada disso, ninguém se ouvia falar. Hoje fala-se de maconha, fala de tanta droga que a gente não sabe nem o nome [...] nesse tempo não tinha, a gente podia dormir no meio da rua, o camarada podia dormir no meio da rua que a gente mangava ‘Ei rapaz, tu dormindo no meio da rua, rapaz !’ Era uma caçoada [...] Aqui não era muito violenta. (SANTOS, 2006).

Se a cidade não era violenta, como afirma o senhor Manoel, então qual o motivo para a má fama ? Estaria no fato de existir uma certa rivalidade entre alguns teresinenses e os moradores de Timon ? Quem responde a essas perguntas é o senhor José de Ribamar de Pinho Barros:

[...] sendo Teresina a metrópole, a capital, o pessoal de lá tinha essa ‘rinha’ [sic!] com Timon, porque às vezes, vinha gente de lá, encher a cara aqui, pensando que era a ‘casa da avó’. E, quando iam ‘mijar fora do caco’, usando a expressão comum, levavam uma taca danada, mas [os timonenses] não matavam, davam só uma taca mesmo, pro sujeito respeitar. O cara vinha lá de longe bagunçar a terra alheia. Então, isso aconteceu muitas vezes, e, aí ficou essa pecha, que Timon era uma cidade sem lei. Mas esses mesmos, que diziam isso – e talvez ainda dizem -, eles se esquecem que muito das vezes, vinha de lá, traziam o indivíduo de lá pra matar aqui em Timon, gente de Teresina mesmo, vinha aqui só desovar. E essa pecha de Timon, cidade sem lei, era justamente isso. (BARROS, 2005).

O relato de Barros apresenta uma versão repleta de ressentimento em relação ao passado timonense. Em sua explicação sobre o motivo de Timon ter a fama de cidade violenta, ele apresenta exemplos isolados de conflitos entre pessoas, que ocorrem em qualquer cidade do Brasil e do mundo, na qual um dos lados envolvidos estaria realizando arruaças por

estar sob efeito de bebidas alcoólicas, ou seja, não se trata de conflitos de identidade<sup>65</sup> envolvendo “timonenenses” e “teresinenses”. Assim, na ânsia de *regenerar* a imagem estigmatizada de Timon como uma *cidade-sem-lei*, o poeta Barripi acabou generalizando a possibilidade de ter existido uma rivalidade entre timonenses e teresinenses: “[...] sendo Teresina, a metrópole, a capital, o pessoal de lá tinha essa rinha com Timon”.

A expressão “casa da avó,” usada pelo depoente para se referir a Timon, relaciona-se ao senso comum de que os filhos não têm liberdade na casa dos pais, pois são constantemente repreendidos e censurados. Já na casa dos avós, essa repressão seria mínima, uma vez que eles seriam mais amorosos com seus netos e, portanto, permitiriam a realização de todas as suas vontades.

O relato de Barros expressa incisivamente aquilo que seria o equívoco de alguns teresinenses que iam visitar Timon, pensando que lá fosse a “casa da avó”. Barros explica que Timon não se constitui como uma casa de parentes, em que se poderia fazer tudo, mas uma “terra alheia”. Ao proferir a expressão “terra alheia”, percebemos que ele estava inebriado por um dos principais elementos que promovem a identidade cultural dos povos: o sentimento de pertencer a um lugar, sentimento que, se não elimina, pelo menos diminui consideravelmente as diferenças de raça, de credo, de classe, de gênero que compõem os membros de um grupo social. Isto porque “[...] as origens do grupo são, muitas vezes, diversas, mas é a identidade do lugar que o funda, congrega e une [...]” (AUGE, 1994, p. 45).

Essa união que representa uma cultura local ou nacional, em muitos casos ocorre pela supressão forçada da diferença cultural (HALL, 2001), desenvolvendo a lealdade e a identificação dos membros de um grupo. Nesse sentido, os moradores de Timon tornavam-se “timonenses”, defensores de sua “pátria” local, todas as vezes – dentre outros momentos – que a sua cidade fosse desrespeitada por um “estrangeiro”.

Isso sugere que a ordem social é mantida por meio de oposições binárias, tais como a divisão entre ‘locais’ (insiders) e ‘forasteiros’ (outsiders). A produção de categorias pelas quais os indivíduos que transgridem são relegados ao status de ‘forasteiros’, de acordo com o sistema social vigente, garante um certo controle social. A classificação simbólica está, assim, intimamente relacionada à ordem social. Por exemplo, o criminoso é um ‘forasteiro’ cuja transgressão o exclui da sociedade convencional, produzindo uma identidade que, por estar associada com a transgressão da lei, é vinculada ao perigo, sendo separada e marginalizada. A produção da identidade do ‘forasteiro’ tem como referência a identidade do ‘habitante do local.’ (WOODWARD, In: SILVA, 2000, p. 46).

<sup>65</sup> Um estudo sobre o conceito de identidade desenvolvido a partir da análise dos conflitos identitários envolvendo sérvios e croatas pode ser encontrado em WOODWARD, Kathry. **Identidade e diferença:** uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 7-72.

Com base nessa argumentação teórica, podemos identificar o forasteiro como sendo o morador de Teresina excluído da sociedade timonense – quando visitava Timon – por ter cometido o “crime” de arruaça. Essa ofensa teve como resposta – depois que não era mais possível estabelecer um diálogo com esses desordeiros – uma agressão física, porém, o depoente destaca que os timonenses não matavam os estrangeiros: “Davam só uma taca mesmo, pro sujeito respeitar”.

Ao nosso ver, esses teresinenses fustigados em Timon passaram a compor, consciente ou inconscientemente, o rol dos elementos que contribuíram para a difusão da idéia da *cidade-sem-lei*. Essa “propaganda” ocultava os muitos casos em que “criminosos” de Teresina cometiam homicídios em Timon. Tal ocultamento teria contribuído para estigmatizar este município como uma cidade violenta.

Segundo os depoimentos, eram raros os casos de assassinatos em Timon, sendo os crimes mais comuns as agressões físicas geradas por desentendimento de casais e/ou por desordem de pessoas alcoolizadas em festas, as quais não utilizavam armas de fogo, somente “armas brancas” (facas, pedaços de pau). As lesões corporais mais graves, e até assassinatos, estavam restritas aos conflitos entre gangues. Um dos motivos mais freqüentes para o desentendimento desses grupos, geralmente formado por jovens e adolescentes de baixa renda, ocorria quando um membro de uma gangue rival invadia o território de outra. Um desses grupos mais conhecidos em Timon, na década de 1980, era a “turma dos pilãozeiros,” que atuavam na região do bairro Guarita, próximo à Ponte Metálica. O poeta Barripi relata que

[...] lá nos pilãozeiros, tinha um tempo que eles afrontavam até a polícia, justamente nessa época, ‘era de 80’. De [19]70 pra [19]80, quem mandava lá eram os pilãozeiros. Bebião lá faziam um fuá danado. Agora entre eles lá dificilmente tinha morte. As vezes tinha troca de tapas, aquilo mesmo, mas dificilmente, ou melhor, eles ainda mataram lá uns pilãozeiros, mas gente que já tinha mágoas deles lá, que entre eles lá não. Era uma tranqüilidade. (BARROS, 2005).

Em paralelo às informações dos entrevistados, posicionamos o registro das ocorrências policiais do 1º Distrito Policial de Timon (o único na cidade no período em estudo), durante toda a década de 1980, como pode ser observado no quadro a seguir:

**QUADRO 7:** Perfil das ocorrências policiais de Timon na década de 1980

| Ocorrências              | 1981       | 1982       | 1983       | 1984       | 1985       | 1986       | 1987       | 1988       | 1989       |
|--------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Furto                    | 60         | 109        | 49         | 56         | 59         | 81         | 165        | 87         | 61         |
| Furto bicicleta          | 53         | 64         | 37         | 68         | 23         | 29         | 44         | 61         | 30         |
| Arrombamento             | 50         | 55         | 30         | 51         | 53         | 61         | 52         | 67         | 46         |
| Lesão corporal           | 12         | 41         | 35         | 40         | 33         | 94         | 73         | 127        | 47         |
| Lesão corp. grave        | 07         | 08         | 01         | 04         | 01         | 03         | 06         | –          | 01         |
| Acidente trânsito        | 15         | 30         | 19         | 24         | 17         | 58         | 43         | 40         | 37         |
| Acidente trâns. fatal    | 07         | 14         | 04         | 14         | 06         | 54         | 36         | 19         | 20         |
| Assassinato              | 05         | 15         | 03         | 10         | 10         | 14         | 22         | 34         | 10         |
| Ameaça de morte          | 09         | 11         | 03         | 10         | 06         | 27         | 22         | 48         | 06         |
| Tentativa assassinato    | 02         | 13         | 14         | 06         | 05         | 09         | 21         | 20         | 10         |
| Estupro                  | –          | 02         | 02         | –          | 04         | 04         | 10         | 10         | 01         |
| Difamação                | 02         | –          | 02         | 05         | 01         | 04         | 02         | 03         | 03         |
| Sequestro                | 02         | 02         | 01         | –          | –          | 02         | 04         | 02         | 01         |
| Estelionato              | 02         | 03         | 02         | 01         | –          | 02         | 06         | 08         | 01         |
| Incêndio                 | 01         | 06         | 02         | –          | –          | 07         | 04         | 06         | 01         |
| Danos materiais          | –          | 03         | 02         | 01         | 02         | 04         | 01         | 03         | 01         |
| Ameaças                  | –          | 03         | 01         | –          | –          | –          | 02         | –          | –          |
| Achamento cadáver        | –          | 02         | –          | –          | –          | 07         | 01         | 01         | –          |
| Suicídio                 | –          | 01         | –          | –          | 01         | 01         | 01         | 01         | 01         |
| Afogamento               | –          | 01         | 01         | 01         | –          | –          | –          | 01         | 02         |
| Sedução de menor         | –          | –          | 01         | 05         | 02         | 03         | 03         | 01         | –          |
| Distúrbio                | –          | –          | 01         | 04         | 04         | 07         | 04         | 05         | –          |
| Invasão domicílio/terras | –          | –          | –          | –          | –          | 08         | 01         | 08         | 02         |
| Desacato                 | –          | –          | –          | –          | –          | 03         | –          | 03         | 02         |
| Assalto                  | –          | –          | –          | –          | –          | 03         | 02         | 12         | 05         |
| <b>Total</b>             | <b>227</b> | <b>383</b> | <b>210</b> | <b>300</b> | <b>227</b> | <b>485</b> | <b>525</b> | <b>567</b> | <b>288</b> |

Fonte: 1º DP Timon – Livros de ocorrências policiais (1981-1989)

A partir da análise desses registros oficiais sobre a violência em Timon durante a década de 1980, podemos considerar que: 1) esses dados corroboram os depoimentos colhidos, quando afirmam serem raros os casos de assassinato (a maior incidência teria ocorrido em 1988, com apenas 34 casos registrados para uma população de aproximadamente 107.939 habitantes) e que o crime mais comum, que chegava ao conhecimento público, eram as agressões físicas (a maior incidência também ocorreu em 1988 com 127 casos registrados); 2) além das lesões corporais, os acidentes de trânsito, os arrombamentos, os furtos em geral e de bicicleta em destaque constituíam o perfil das práticas de sociabilidade violenta registradas naquele órgão de segurança pública; 3) a partir de 1986, aumentaram os registros das ocorrências policiais dos mais variados tipos; 4) o aumento da criminalidade pode estar

associado a vários fatores, dentre eles, o crescimento populacional<sup>66</sup> e a pouca oferta de emprego; 5) a quantidade de práticas de sociabilidade violenta registradas no 1º Distrito Policial de Timon durante a década de 1980 não sustenta a identidade – criada pelo olhar do outro – de Timon como uma cidade-sem-lei, ou seja, o total de registros criminais divididos por um ano resulta em menos de uma ocorrência por dia, durante todos os anos da década de 1980.

---

<sup>66</sup> Em 1980, a população de Timon era de 74.403 habitantes. Em 1991 aumentou para 107.939. Houve um crescimento de 33.536, sendo a média anual de 3.353. (IBGE, 2000).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura demográfica rural brasileira foi se convertendo progressivamente em urbana, a partir da década de 1950 com a euforia nacional promovida pelo nacional-desenvolvimentismo do governo do presidente Juscelino Kubitschek, que atraía as populações rurais às cidades para suprir a necessidade de mão-de-obra nas indústrias que estavam se instalando no Brasil, principalmente as estrangeiras. O controle político-administrativo das cidades estava nas mãos das elites agrárias e/ou eclesiásticas. Em Timon destacou-se a figura do padre Delfino e do comerciante Napoleão Guimarães. Os timonenses, nos anos 1950, desenvolviam uma vida simples ainda com muitas atividades ligadas à terra, mas, a partir da década de 1960, houve um impulso significativo no desenvolvimento urbano de Timon, semelhante ao das demais cidades do interior do Brasil. Ou seja, ocorreu de forma lenta devido à escassez de recursos financeiros das Prefeituras, que se viam “engessadas” pela centralização política dos governos militares.

Um dos aspectos relevantes para o estudo do desenvolvimento urbano das cidades é a questão educacional. Em Timon, o desenvolvimento da educação, assim como o crescimento urbano, ocorreu de forma lenta. Até o final da década de 1980 existia apenas uma unidade escolar que oferecia o atual Ensino Médio. As práticas escolares eram semelhantes às que ocorriam em todo o território nacional, como o uso da palmatória para castigar os alunos indisciplinados e o canto obrigatório do Hino Nacional antes do início das aulas. Havia poucos estabelecimentos de ensino público e, para não deixarem os filhos sem estudo, muitas famílias os matriculavam em escolas particulares, improvisadas nas residências das professoras ou em escolas públicas de Teresina, momento em que muitos timonenses eram submetidos a constrangimentos por parte de alguns teresinenses.

Aspecto igualmente importante para a análise do desenvolvimento urbano das cidades é o que se refere aos cuidados com a saúde pública. Em Timon, a principal forma de tratamento de saúde, até a década de 1980, era a auto-medicação, baseada no conhecimento popular sobre o uso de plantas medicinais e no curandeirismo. Quando os moradores de Timon necessitavam de cuidados médicos especializados, eles se dirigiam à cidade de Teresina. Esse deslocamento, prática realizada até hoje, com menor intensidade, foi um dos fatores que contribuiu para a representação de Timon como uma *cidade-dormitório*.

Quanto às sociabilidades afetivas realizadas em Timon, as práticas de lazer de seus moradores eram comuns às de outras cidades do interior do Nordeste brasileiro, ou seja, a sociedade timonense se divertia em festas religiosas, nos festejos de santos e rosários; nos

balneários, estimulando o turismo rural; em festas particulares, como os bingos dançantes; nas danceterias, ao som de reggae ou forró; nos cabarés, realizando encontros amorosos ou travando diálogos eufóricos sobre os mais variados temas; distraíndo-se nas ruas através de brincadeiras tradicionais da cultura brasileira, como o bombaquim e a ciranda, práticas de lazer típicas de uma cidade pacata, de vida simples, distante da correria e do estresse das metrópoles.

Em se tratando de uma cidade pequena do interior maranhense, podemos afirmar que em Timon havia poucas opções de ensino, serviços médicos e lazer devido, sobretudo à questão econômica. Durante a década de 1980, houve um significativo crescimento da população urbana de Timon, em detrimento da população rural. O município de Timon, assim como a maioria dos municípios brasileiros, apresentava uma situação preocupante em todos os setores da vida social, pois a evolução dos movimentos populacionais, em especial o fenômeno do êxodo rural, provocou o surgimento de novos bairros na periferia da cidade-sede, geralmente com precárias condições de sobrevivência, como a Vila do BEC e o Cajueiro, dentre outros. O crescimento populacional da cidade e a falta de incentivos e de garantias para a instalação de indústrias e outros serviços, para absorver a mão-de-obra gerada por esse crescimento demográfico, intensificou o fluxo de pessoas que migravam diariamente para Teresina (MENDES, 2004).

O processo migratório diário de Timon para Teresina contribuiu para que se passasse a considerar Timon como *cidade-dormitório*, mas o efeito mais forte dessa realidade deu-se no desempenho econômico da cidade.

A expressão *cidade-dormitório* refere-se a um espaço geográfico localizado na periferia de uma região metropolitana. Tais cidades não dispõem de ofertas de emprego suficientes para os seus munícipes, tendo estes, em sua maioria, que se deslocarem cotidianamente (migrações pendulares) para os grandes centros comerciais e/ou industriais, em busca de trabalho. Uma famosa cidade brasileira, Niterói, durante muito tempo recebeu essa denominação.

Timon configura-se perfeitamente como uma *cidade-dormitório*, devido a sua proximidade e dependência com relação a Teresina, a capital do Piauí, entretanto, questionamos o sentido conotativo daquela expressão, por estar imbuído do significado de uma cidade feia, suja e habitada por pessoas sem nenhum tipo de qualificação profissional que, juntamente com o estereótipo de *cidade-sem-lei*, estigmatizou essa cidade.

A pesquisa não indicou o início dessa estigmatização, porém, foi na década de 1980 que ela se acentuou devido sobretudo às constantes comparações que eram realizadas por

timonenses e teresinenses sobre suas respectivas cidades, no aspecto do desenvolvimento urbano-social. A diferença entre essas cidades promoveu um novo olhar *sobre si* e *sobre o outro*. No caso de Teresina, esse novo olhar, visto aqui como do *Outro*, foi constituindo simbolicamente a identidade de ambas as cidades. Os atuais estudos sociais de Stuart Hall (2000), Tomaz Tadeu da Silva (2000) e Kathryn Woodward (2000) afirmam que a identidade é construída a partir da diferença, isto é, a definição daquilo que “eu sou”, depende daquilo que “eu não sou,” porque se todos os seres humanos fossem iguais, não seria necessário definir identidades. Nesse sentido, procuramos demonstrar que a identidade de Timon foi construída a partir da diferença do seu outro, a cidade de Teresina, sendo que o olhar desse outro representou Timon com os estereótipos de *cidade-dormitório* e *cidade-sem-lei*.

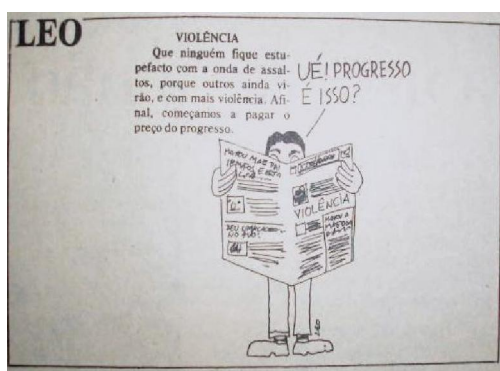
Em nossa infância, no início dos anos 1990, em conversas com moradores jovens e adultos de Timon, fomos informados que muitos deles, desde meados da década de 1980, sofriam constrangimentos em escolas, lojas e locais de trabalho de Teresina, por parte de alguns teresinenses que sentiam prazer em ridicularizar os problemas de infra-estrutura urbana de Timon. Essa ridicularização se estendia à representação midiaticizada de Timon como uma cidade-sem-lei, desenvolvida a partir da enunciação constante, na imprensa escrita de Teresina, de práticas de sociabilidade violenta realizadas naquela cidade.

Os estigmas atribuídos a Timon pelo olhar de Teresina foram construídos pela representação depreciativa da cidade de Timon nos jornais piauienses, cabendo aqui o conceito de *performatividade*, de Judith Butler (1999). Esse conceito desloca a ênfase na identidade como descrição, como aquilo que é – uma ênfase que é de certa forma, mantida pelo conceito de representação – para a idéia de *tornar-se*, numa concepção da identidade como movimento e transformação. As notícias sobre crimes, mortes e problemas urbanísticos de Timon, embora pareçam ser simplesmente descritivas (sem nenhum juízo de valor), funcionaram, em um sentido mais amplo, como performatividade, na medida em que sua repetida enunciação acabou produzindo um *fato* (as marcas identitárias de *cidade-dormitório* e *cidade-sem-lei*) quando supostamente apenas deveriam descrevê-lo.

Consideramos que, nos anos 1980, houve um acentuado grau de *dizibilidade* pelos jornais teresinenses, que tornou *visível* a “naturalização” da violência em Timon. Entretanto, os registros criminais sobre a violência nesse município negam essa “naturalização” e, além disso, essa idéia não é compartilhada pelos entrevistados timonenses dessa pesquisa. Ao contrário, eles afirmam que a cidade era pacífica na década de 1980. Em meio a essas discordâncias, o que se pode ter certeza é que a violência estigmatizadora de Timon não difere da existente em outras cidades.

Reiteramos que a violência de Timon não é pior que a de Teresina ou de qualquer outra cidade, uma vez que existem múltiplas formas de violência e que estas são comuns a todas as sociedades. E, mesmo que restringindo à sua face mais comum, que é a da agressão física, que atinge diretamente o homem tanto naquilo que possui, seu corpo, seus bens, quanto naquilo que mais ama, seus amigos, sua família, não se poderia negar que a violência, em qualquer que seja sua intensidade, está presente em todos os espaços das cidades, nos bairros sofisticados e nas favelas. Ela se estende do centro à periferia da cidade, e seus longos braços a tudo e a todos envolvem, criando o que se poderia chamar, ironicamente, de uma “democracia na violência” (ODALIA, 2004, p. 9-10).

Nesse sentido, questionamos o fato de que alguns teresinenses comparavam Teresina com Timon, empiricamente e até com dados sócio-econômicos do IBGE (1983), dizendo que essa última cidade seria muito perigosa para se viver devido aos “altos índices de criminalidade” e que a primeira reuniria condições para se habitar aprazivelmente e com segurança. Entretanto, um dos meios de comunicação dessa capital piauiense, o jornal O Estado, questionou os dados oficiais do IBGE (1983) que apontava Teresina como uma cidade com poucos índices de violência. Esse jornal chegou a noticiar que “A violência em Teresina já chegou a um estágio tão elevado, que já não há como controlar, pois diariamente nos mais diferentes bairros são registrados casos de violência.”<sup>67</sup> Através de charges e matérias curtas, durante todo o ano de 1983, o jornal O Estado criticava a falsa paz que estava sendo atribuída oficialmente a Teresina, apontando a insegurança que acompanhava o habitante dessa urbe, como pode ser observado nas charges a seguir:



**FIGURA 5:** Violência em Teresina I <sup>68</sup>



**FIGURA 6:** Violência em Teresina II <sup>69</sup>

<sup>67</sup> SILVA, Pedro. Violência. *O Estado*. Teresina, ano 14, n. 309, 15 jul. 1983. p. 12.

<sup>68</sup> Violência. *O Estado*. Teresina, ano 14, n. 3023, 13 abr. 1983. p. 3.

<sup>69</sup> Violência em Teresina. *O Estado*. Teresina, ano 14, n. 3033, 26 abr. 1983. p. 3.



**FIGURA 7:** Teresina é um paraíso<sup>70</sup>



**FIGURA 8:** Teresina: uma cidade pacata<sup>71</sup>

A incoerência da representação de Timon como uma *cidade-sem-lei*, no imaginário social de Teresina, juntamente com a esigmatização de *cidade-dormitório*, contribuiu, direta ou indiretamente, como um contraponto necessário para marcar o progresso da capital piauiense, ou seja, quem tivesse dúvidas sobre o desenvolvimento da “Cidade Verde” bastava olhar para o “atraso” na margem esquerda do rio Parnaíba. Isso contribuiu para forjar as atitudes e os olhares dos teresinenses sobre sua vizinha cidade do Maranhão.

Em Timon, os governos municipais se acomodaram com a proximidade da capital piauiense e seu progresso, não lutando efetivamente pelo desenvolvimento daquela cidade maranhense. A preocupação dos políticos locais visava apenas aos seus interesses, em detrimento da população, e todos os melhoramentos que eram reivindicados em São Luís para a cidade camuflavam segundas intenções, algo que se percebe desde os “primórdios” de Timon, quando era apenas um povoado, elevado à categoria de Vila em 1855, mesmo sem ter as condições necessárias para tal empreendimento, como até hoje acontece no Brasil com os novos municípios. Ou seja, os políticos locais não se preocupavam com melhoria urbanística da cidade, mas com as vantagens que iriam ganhar com essa mudança político-administrativa.

Esses estereótipos não foram combatidos pela elite política local timonense uma vez que, de certa forma, por mais contraditório que possa parecer, eles desviavam as atenções dos timonenses de seus graves problemas sociais. Assim, os timonenses, por exemplo, não precisavam se revoltar pela falta de hospitais, pois podiam se tratar em Teresina.

A pesquisa não identificou movimentos sociais que reivindicassem melhorias urbanas para a cidade: os timonenses não se organizavam para tentar resolver seus problemas urbano-sociais, entretanto, no que diz respeito às ofensas proferidas por teresinenses contra timonenses, estes se uniam para “lavar sua honra”. Sobre essa questão, o poeta Barripi nos

<sup>70</sup> Teresina é um paraíso. **O Estado**. Teresina, ano 14, n. 3034, 27 abr. 1983. p. 3.

<sup>71</sup> Teresina uma cidade pacata. **O Estado**. Teresina, ano 14, n. 3135, 27 ago. 1983. p. 3.

relatou que “[...] chegou um caboco que disse que Timon era cagador de Teresina. Rapaz, esse caboco, quase matam. Esse escapou por milagre! Mas o que que eles estavam procurando? Era beijo? Não. Era taca. E achou.” (BARROS, 2005).

Percebemos assim que a terra, o lugar de morada, unia os timonenses. Esse sentimento de *pertencer a um lugar tranquilo, onde eram raros os casos de homicídio* constitui-se como uma das marcas identitárias que os timonenses efetivamente partilhavam – até meados da década de 1980 – e que os faziam se reconhecer como membros de uma comunidade. Essa marca identitária, apontada pelos entrevistados, juntamente com a informação dos baixos índices de criminalidade em relação à população total durante a década de 1980, auferida nos livros de ocorrência do Primeiro Distrito Policial, negam o estereótipo de cidade-sem-lei atribuído a Timon.

Portanto, podemos considerar que Timon foi apenas – e continua sendo, mas com menor intensidade – uma cidade que se desenvolveu à sombra de Teresina, porém não apresentando altos índices de práticas de sociabilidade violenta, como as notícias jornalísticas faziam supor. Além disso, não se pode conceber a idéia de que em Timon todas as pessoas eram/são desqualificadas profissionalmente, pois a cidade gerou várias figuras ilustres que se destacaram no Meio - Norte do Brasil, como o intelectual Higino Cunha, o empresário de telecomunicação Paulo Guimarães e o poeta popular Barripi, que possui várias publicações. Enfim, a cidade representa hoje não só “um dormitório,” mas também o berço de uma cultura e um desenvolvimento promissor.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### HEMEROGRÁFICAS

JORNAL O DIA, Teresina, jan – dez., 1980-1989.

JORNAL O ESTADO, Teresina, jan.- dez., 1980-1989.

SANTOS NETO, Antonio Fonseca dos. **Uma espécie de ‘cara metade’ de Teresina, Timon, antiga São José das Flores.** O Dia. Teresina, 2002. (Fascículo especial 150 anos de Teresina p. 80).

\_\_\_\_\_. **Misantropo fecundo:** um bem-te-vi radical a olhar a idade da imperatriz. O Dia. Teresina, 2002. (Fascículo especial 150 anos de Teresina p. 81).

### ORAIS

BARROS, José de Ribamar de Pinho. Depoimento concedido a Raimundo Nonato Lima dos Santos. Timon, 16 ago. 2005.

GALIZA, João José. Depoimento concedido a Raimundo Nonato Lima dos Santos. Timon, 27 maio 2006.

MANO VELHO (Antonio Pereira da Silva). Depoimento concedido a Geraldo Almeida Borges. Teresina: Núcleo de História Oral da Fundação CEPRO, 25 fev. 1984. Arquivo Público do Piauí Casa Anísio Brito. (Caixa de Depoimentos Avulsos).

GUIMARÃES, Napoleão. Depoimento concedido a Raimundo Nonato Lima dos Santos. Timon, 11 jun. 2006.

PIRES, Luís de Sousa. Depoimento concedido a Raimundo Nonato Lima dos Santos. Timon, 10 jun. 2006.

ROCHA, Jerry César de Sousa. Depoimento concedido a Raimundo Nonato Lima dos Santos. Timon, 25 jul. 2005.

SANTOS, Manoel Adriano dos. Depoimento concedido a Raimundo Nonato Lima dos Santos. Timon, 21 maio 2006.

SOUSA, Raimunda de Carvalho. Depoimento concedido a Raimundo Nonato Lima dos Santos. Timon, 9 fev. 2003.

#### DOCUMENTOS, CENSOS DEMOGRÁFICOS E INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos demográficos:** 1950, 1960, 1970, 1980, 2000, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores sócio-econômicos de Teresina.** 1983.

MARANHÃO. Secretaria de Segurança Pública - SSP-MA. 1º Distrito Policial de Timon. **Livros de Ocorrências Policiais (1981-1989).**

MARANHÃO. Decreto-Lei nº 862, de 5 de agosto de 1868. Estabelece o Código de Postura para a Vila de São José das Cajazeiras. **Coleção das leis provinciais do Maranhão:** 1868-1870. p. 46-47, 1868.

MARANHÃO. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Apontamentos sobre São Luís:** ilha do Maranhão. São Luís: MEC, 1993.

**Raízes do Reggae em Festival no Maranhão.** Disponível em: <<http://www.guiasaoluis.com.br/turismo/danca/reggae.htm>> Acesso em: 13 abr. 2007.

#### OBRAS DE REFERÊNCIA

LULA, Venâncio. **Vila de flores.** Brasília. 1991.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão.** São Luís, 1870.

SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. **Timon:** uma flor de cajazeira - do povoamento à vila. Timon: [s. n], 2007.

SOUSA, Raimunda de Carvalho. **Timon**: sua história, sua gente. Timon: Fundação Municipal de Cultura, 2005.

## HISTÓRIA

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUSA, Laura de Melo e. (Org). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 83-154.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

CHARTIER, Roger. **A História cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

COSTA, Luís César Amad. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1999.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **Que História é essa?**. Teresina: EDUFPI, 2005.

HABERT, Nadine. **A década de 70**: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. (Série Princípios).

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 659-726.

MEIRELLES, Mário Martins. **História do Maranhão**. 2. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980. p. 386-389.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial (1937-1945). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

\_\_\_\_\_. Em busca de uma cidade perdida. In: PINHEIRO, Áurea da Paz. **História, cidade e memória**: Teresina 150 anos. Teresina: EDUFPI, 2004. p. 317-328.

NORA, Pierre. **Entre a memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, n. 10. p. 7-28, 1993.

PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60**: rebeldia, contestação e repressão política. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

RIBEIRO, Paulo Roberto Rios. A revolução de marcha à ré. A greve de 51: ruptura e continuidade do poder político oligárquico no Maranhão. In: PINHEIRO, Áurea da Paz. **Cidade, História e memória**. Teresina: EDUFPI, 2004, p. 371-390.

RODRIGUES, Marly. **A década de 50**: populismo e metas desenvolvimentista no Brasil. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.

\_\_\_\_\_. **A década de 80**: Brasil: quando a multidão voltou às praças. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

ROUANET, Sergio Paulo. A cidade iluminista. In: SCHIAVO, Cléia; ZETTEL, Jayme. (Coord.). **Memória, cidade e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997. p. 5-8.

SCHMIDT, Mário Furley. **Nova história crítica**. v. 4. São Paulo: Nova Geração, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira república. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, Iara Lis Schiavianatto Carvalho. **A república do progresso**. São Paulo: Atual, 1994. (A vida no tempo).

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e História cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. (Org.) Rio de Janeiro: Campus, 1997.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na História e na Literatura**. São Paulo: Schwarcz, 1990.

## HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA

ARAÚJO, Maria Celina. Como a história oral chegou ao Brasil: entrevista com Aspásia Camargo. **História oral**: revista da associação brasileira de história oral. São Paulo: n. 2, p. 167-179, jun. 1999.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOM MEIHY, José Carlos S. **Manual de História oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

BURKE, Peter. **O mundo como teatro**: estudos de Antropologia histórica. São Paulo: Difel, 1992. p. 15-26, p. 235-251.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. **História oral**: revista da associação brasileira de história oral. São Paulo: n. 1, p. 19-29, jun. 1998.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas; FFLCH; USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Caminhos da História).

NEVES, Lucília de Almeida. Os desafios da história oral – ensaio metodológico. In: PINHEIRO, Áurea da Paz (Org.). **Cidade, História e memória**. Teresina: EDUFPI, 2004. p. 273-294.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**: estudos históricos. Rio de Janeiro. v. 2, n. 3, 1989.

\_\_\_\_\_. **Memória e identidade social:** estudos históricos. Rio de Janeiro. v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira. Variações sobre a técnica do gravador na informação viva. In: **Textos CERU**, n. 4. São Paulo: CERU, 1991.

SANTOS, Antônio César de Almeida. **Fontes orais:** testemunhos, trajetórias de vida e história. Disponível em: <[http://www.pr.gov.br/arquivopublico/pdf/palestra\\_fontes\\_praos.pdf](http://www.pr.gov.br/arquivopublico/pdf/palestra_fontes_praos.pdf)>. Acesso em: 13 maio. 2005.

## SOCIOLOGIA

ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. Estado, poder local e organizações populares no nordeste (1978-1985). In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; BARREIRA, Irllys Alencar F. (Org.). **Brasil urbano:** cenário da ordem e da desordem. Rio de Janeiro: Notrya; Fortaleza: SUDENE: Universidade Federal do Ceará, 1993. p. 33-47.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOPES LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade - a era da informação:** economia, sociedade e cultura. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103-133.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MORAIS, Regis. **O que é violência urbana.** São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

ODALIA, Nilo. **O que é violência.** São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos).

SILVA, Arnaldo Eugenio Neto da. **A bruxa má de Teresina:** um estudo do estigma sobre a Vila Irmã Dulce como um “lugar violento” (1998-2005). Teresina: UFPI, 2005. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas.

SILVA, Luís Antônio Machado da. Violência urbana: representação de uma ordem social. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; BARREIRA, Irllys Alencar F. (Org). **Brasil urbano: cenário da ordem e da desordem**. Rio de Janeiro: Notrya; Fortaleza: SUDENE: Universidade Federal do Ceará, 1993. p. 131-142.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 73-102.

WOODWARD, Kathry. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 7-72.

## **GEOGRAFIA, COMUNICAÇÃO SOCIAL E ANTROPOLOGIA**

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ABREU, Irlane Gonçalves de. Cidade: conceitos e interpretações. **Scientia et Spes**. Teresina, ano 1, n. 1, p. 77-83, 2002.

AUGÉ, Marc. O lugar antropológico. In: **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 3. ed. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papirus, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CUTRIM, Messias; ARAGÃO, Augusto; MIRANDA, Graziely. **A dança e a música jamaicana: como se dança agarradinho o reggae roots no Brasil**. Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/arte/massivereggae/daca.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2007.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. **Desmistificando a geografia: espaço, tempo e imagens**. Teresina: EDUFPI, 2004.

GARCIA, Hélio Carlos; GARAVELLO, Tito Marcio. **Geografia do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Anglo, 1991. (Coleção Anglo).

MENDES, Dolores de Souza. **Processo de migração pendular Timon-MA - Teresina-PI**. Teresina: 2004.

NASCIMENTO, Maria Nadir. **Geografia do Maranhão**. São Paulo: FTD, 2001.

RODRIGUES, A. D. **O discurso mediático**. Lisboa, 1996. (mimeo).

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos).

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos).

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. In: **Temas de geografia do Brasil**. São Paulo: Atual, 1999.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. **Da terra das primaveras à ilha do amor**: reggae, lazer e identidade cultural. São Luís: EDUFMA, 1995.

VIZEU, Alfredo. **A produção de sentidos no jornalismo**: da teoria da enunciação a enunciação jornalística. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 13 set. 2005.

## OUTROS

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 30-31.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Leis nacionais da educação: uma conversa antiga. **Revista Educação e Filosofia**. Uberlândia: Centro de Ciências Humanas e Artes. Departamento de Filosofia. v. 12, n. 24, p. 9-27, jul-dez, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI**: o minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FONSECA, Joaquim da. **Caricatura**: a imagem, gráfica do humor. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

MONLEVADE, João. Financiamento da educação na constituição federal e na LDB. In: BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB interpretada**: diversos olhares se entrecruzam. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 233-243.

# APÊNDICE

## APÊNDICE – A

### ROTEIRO DE ENTREVISTA – I (TEMÁTICA)

Tema/título: Cidade e Identidade: um estudo sobre a constituição histórica da cidade de Timon-MA.

Ficha Técnica do Entrevistado

Nome completo:

Idade:

Profissão:

Endereço:

Local e data da entrevista:

1. Biografia sucinta do entrevistado.
2. Descrição de como era a cidade de Timon, na década de 1980, sob o aspecto urbanístico – *servirá para se definir o perfil geral (identidade) da cidade e demonstrar as suas múltiplas identidades* –; da segurança – *confirmará ou negará o estigma de “cidade violenta” de Timon* –; da educação; da saúde; do comércio; do trabalho e, do lazer – *esses últimos aspectos devem confirmar ou negar a idéia de cidade-dormitório de Timon*.
3. Comentários, pensando na década de 1980, sobre a questão de que no imaginário social de timonenses e teresinenses, paira a idéia de que Timon é uma “cidade violenta” e uma *cidade-dormitório*.
4. Classificação da cidade de Timon na década de 1980.
5. Considerações finais do entrevistado sobre o tema.
6. Permissão do entrevistado para uso e publicação da entrevista.

## APÊNDICE – B

### ROTEIRO DE ENTREVISTA – II (TEMÁTICA)

Tema/título: Timon: um estudo sobre a construção dos estigmas de cidade-dormitório e cidade-sem-lei (década de 1980)

Ficha Técnica do Entrevistado

Nome completo:

Idade:

Profissão:

Endereço:

Tempo em que mora em Timon

Local e data da entrevista:

### QUESTIONÁRIO

1. Me fale sobre a história de sua vida – de sua infância até hoje (resumo biográfico).  
– *Conhecer o entrevistado/ justificar suas falas.*
2. No final da década de 1980 e durante toda a década de 1990, eu ouvi de muitos teresinenses, que a cidade de Timon era extremamente violenta. Isso é verdade?  
– *Desmistificar ou não, o estigma de que Timon é uma “cidade-sem-lei.”*
3. Que tipo de práticas de violência eram realizadas em Timon durante as décadas de 1970 e 1980?  
– *Singularizar os tipos de violência praticadas em Timon. Exemplo: assaltos, furtos, agressões físicas, estupro, arrombamento, acidente de trânsito, incêndio.*
4. Durante as décadas de 1970 e 1980, o número de práticas de violência, realizados em Timon, era maior do que o número de práticas de violência realizados em Teresina?
5. – Seguindo o raciocínio de que a identidade é formada a partir da diferença. “O outro (Timon) só é mais violento, porque o eu (Teresina) é menos violento”.
6. Que tipo de trabalho era desenvolvido em Timon durante as décadas de 1970 e 1980?  
– *Se haviam muitas atividades econômicas realizadas em Timon, então esta cidade não poderá ser considerada como dormitório.*
7. Atualmente, muitos timonenses – a maioria – se deslocam para Teresina em busca de trabalho, educação, saúde, lazer e, alguns teresinenses vêm para Timon para trabalharem. Nas décadas de 1970 e 1980, que motivos levaram os timonenses a se deslocarem para Teresina?  
– *Se o principal motivo for trabalho, então se confirmará que Timon foi (ou continua sendo) uma cidade-dormitório.*
8. Durante as décadas de 1970 e 1980, o que os timonenses faziam – em suas diferentes faixas etárias – para se divertir?  
– *As atividades culturais são um dos principais fenômenos que dão identidade a uma cidade.*
9. Como era a cidade de Timon no aspecto urbanístico, durante as décadas de 1970 e 1980?  
– *A paisagem urbana ajuda a definir o perfil da população de uma cidade.*
10. Considerações finais do entrevistado sobre o tema.
11. Permissão do entrevistado para uso e publicação da entrevista.

## APÊNDICE – C

### PASSEANDO PELA HISTORIA DE TIMON E TERESINA

É preciso falar sobre Timon. Sobre sua história, sua gente. Do tempo das Cajazeiras, das mil flores, das idas e vindas pelo velho monge. Rio este que separa e une duas províncias, duas pólis, duas culturas, duas gentes.

São cidades meninas, que nasceram e cresceram juntas.

Uma, antes mesmo de nascer – por muitos desejada -, teve o seu destino traçado nas penas dos visionários, que queriam ver o Piauí crescer, se desenvolver e ser conhecido e respeitado pelo restante da nação tupiniquim.

Depois de várias tentativas frustradas, eis que um baiano resolve ser o pai desta criança piauiense.

Porém, as famílias da Mocha não queriam um novo rei (ou rainha), estavam felizes com o seu vale engravado nos sertões.

Apesar disso, contrariando a tradição, o jovem baiano sacou uma adaga celeste, que trazia em sua algibeira, e, na calada da noite, ceifou, num golpe súbito; a capital sertanica do Piauí. O sangue encobriu todo o Canindé e, foi nestas águas rubras que o jovem Saraiva desceu com destino à Chapada do Corisco.

Seria nestas terras planas, na margem direita do velho monge que nasceria o novo rei, ou melhor, dizendo, a nova rainha que desbancaria a Princesa dos Sertões maranhenses. E, como vocativo esta recém-nascida, nada melhor do que homenagear a mãe de todo o povo verde-amarelo. De Teresa Cristina nascia Teresina.

Mas antes mesmo de engatinhar já queriam vê-la correndo.

Foi neste momento que perceberam, que no outro lado do rio Parnaíba, havia um **feto** que muito lutava pra nascer, pra ser gente.

Alguns homens da margem esquerda, felizes com a instalação da nova rainha do Piauí, quiseram antecipar a sua paternidade e, após em triênio de nascimento de Teresina, foi concebido prematuramente a bela criança São José do Parnaíba. Esta, não nasceu em berço esplendido, mas, sobre folhas de babaçu, numa floresta de Cajazeiras. A sua graça foi em homenagem ao santo de devoção de seus pais – o carpinteiro que recebeu Maria e cuidou do filho de Deus – e aquele ser aquático que lhes dá alimento, trabalho, lazer, vida. Porém, a apressada concepção desta criança lhe deixou com a saúde frágil, ela não estava pronta pra nascer.

Todo o seu alimento, suas roupas, seus brinquedos vinham de Matões. Algo que fez gerar uma contenda política entre matoenses, cajazeirenses e ludovicenses, em torno do destino desta criança que um dia se chamaria Timon. Em meio a esta briga de gigantes, as duas crianças que ficavam localizadas em lados opostos do rio Parnaíba, começaram a brincar juntas.

Uma era rica (nasceu pra ser rainha), a outra era pobre.

Uma era o centro, a outra a periferia. Mas não importava essas diferenças, elas eram crianças, isso as unia. Essa união contagiou os seus progenitores.

O pai da jovem Teresina ficava hospedado no engenho Boa vista – na margem esquerda do Parnaíba – enquanto os pais da bela São José das Cajazeiras (houve uma substituição do termo Parnaíba por Cajazeiras, porque os outros homens da margem esquerda queriam homenagear aquela árvore que lhes dava cotidianamente sombra, flores e frutos) adornavam a menina rainha.

As crianças foram crescendo. Seus traços pueris foram cedendo espaço para uma puberdade desenfreada. Cedo conheceram a maternidade; tiveram vários filhos. Boa parte desta prole trabalhava nos portos, de um lado e de outro do Velho Monge, carregando e descarregando os vapores que subiam e desciam no leito de suas águas. O contato era cotidiano.

Havia várias barcas que transportavam centrípetamente mercadorias e gentes entre as duas pólis.

Do lado de cá, o Porto das Cajazeiras desenvolveu uma força magnética que atraiu muitas pessoas para o seu entorno.

Seriam estas gentes fugitivas da seca?

Ou seriam pessoas que apenas procuravam um lugar para dormir enquanto trabalhavam na cidade verde?

Se isto for verdade, porque estas pessoas não se instalaram na tal vila Operária?

Anacronismo?

Não sei.

Só sei que da força política dos engenhos cajazeirenses nasce definitivamente a Flores vila. E, como presente pra brindar esta vitória final tão sofrida, em torno do processo de criação da Vila, recebemos em 1895 a estrada de ferro Caxias – Cajazeiras, a primeira do Maranhão.

Salve a modernidade, salve o progresso, salve a revolução industrial.

A pequena vila de Flores passou a figurar no rol das cidades celestes da jovem República brasileira.

De súbito, o perfume das flores, misturado com o vapor que saía das Marias-fumaças se espalhou por toda a região meio norte do Brasil.

Dessa mistura, resultou um néctar que embebeceu os teresinenses deixando-os entorpecidos e viciados pelos desígnios da *Bele Époque française* no Brasil.

As barcas não paravam, viviam apinhadas de mercadorias e de gentes.

Todos queriam conhecer aquele belo monstro mecânico.

A estação Senador Furtado recebia as “ilustres” famílias de Flores e também de Teresina.

Os outros?

Aqueles outros? Os muitos outros sem faces, sem nomes, se amontoavam na Parada Luís Domingues. Afinal de contas eles não poderiam ficar de fora do progresso, pois também eram “os pés e as mãos” da jovem República. E, para evitar um levante desses filhos bastardos, os senhores das letras, das câmaras e dos latifúndios presenteavam-lhes com um passeio pelas ondas do progresso, mesmo que fosse em uma ínfima jangada de pedra.

Até as três primeiras décadas do século XX não se sabe de nenhuma contenda envolvendo os filhos das jovens Flores e Teresina.

A dependência era mútua. É claro que não se esquece que uma era a rainha do Piauí, enquanto a outra era uma simples camponesa do leste maranhense.

Mas os seus filhos não esqueciam que elas eram cidades irmãs – mesmo pertencendo a províncias diferentes -, pois foram criadas juntas. Tudo era alegria, até aquele dia, em que tudo afinal, vira monotonia.

Foi então que o céu se abriu e um raio foi lançado nas águas caudalosas do Parnaíba, das profundezas deste rio surgiram colunas de concreto que abarcaram em si uma supra-estrutura de milhares de toneladas de ferro. Esta superfície metálica suturou as duas urbes, as duas províncias do meio norte do Brasil. O projeto estava concluído. Finalmente os trilhos do progresso ligariam a ilha do *Mara* com a capital saraivana.

Este elo metálico também marcou definitivamente a diferença de status entre estas duas cidades.

A jovem rainha resolveu seguir o seu destino. Os seus filhos ilustres revestiram-na de melhoramentos urbanísticos.

Mas antes dessa cidade ser verde, ela era coberta de cinza. E foi com muitas cinzas que eles expulsaram o atraso – do centro da urbe, jogando-o para a periferia – e, abriram espaço para o progresso.

O entorno da Aquidabã fervia cultura. Já havia o 4 de Setembro, depois o invento dos irmãos Lumiere também pôde ser visto e admirado no São Luis/Royal.

Os jovens estudantes ficavam inebriados com as películas mágicas. O enlevo destas imagens em movimento empolgou os corações discentes de tal maneira, que eles mesmos queriam extravasar as suas emoções nos palcos da vida. Essa paixão pela ribalta também foi estimulada pelo Leão XIII, pelo Sagrado Coração de Jesus, pelo São Francisco de Sales e pelo Liceu Piauiense. As representações ocorriam no templo-mor de cultura piauiense. Mas antes dele, havia o Santa Teresa e o Concórdia, que ofertavam graças, ao grande Dionísio.

Do outro lado do rio, a jovem Flores exalava o perfume que entorpecia seus munícipes.

A dormência impedia-lhes de andar, de crescer, de gritar.

Só ouviam o canto dos pássaros e, de vez em quando, o apito das Marias-Fumacas que ainda paravam na Senador Furtado.

Mas não era só isso não, o porto ainda era o grande ganha pão.

E, no mercado central de cá, vendia-se de tudo: arroz, farinha, feijão, temperos verdes, temperos secos tinha de montão.

Mas vamos parar as rimas que disso não sou bom não.

Quero agora falar das lavadeiras, que cantavam brejeiras, sem nenhuma solidão.

O seu canto aliviava o cansaço com o néctar cristalino do Velho Monge pra aliviar a sede e preparar a comida.

A vida urbana resumia-se ao atual centro da então cidade das Flores.

Flores estas que foram ceifadas por um decreto do “Pai dos Pobres”, que não permitia mais no Brasil, a existência de cidades homônimas. As Flores do Rio Grande do Sul continuaram brotando, pois eram mais antigas.

Já as Flores maranhenses tiveram que ser reunidas, formando um grande buquê, para homenagear o jornalista-historiador, João Lisboa, o nosso “Timon maranhense”. As alfinetadas das penas deste pensador desagradavam uns e agradavam outros. O seu verbalismo polêmico desconcertou a sociedade florense.

Mas a polêmica maior não girava em torno das idéias, mas, em torno do nome.

As gentes não foram consultadas.

A arbitrariedade dos Senhores deixou o povo em povorosa. Foram muitos protestos, passeatas. Discute daqui, discute dali. Nada adiantou. Foi em vão.

Mais uma vez os interesses dos detentores do poder hegemônico, prevaleceram.

Das Flores nasceu Timon.

O nome da cidade era novo, mas seus gestores eram velhos e suas idéias eram arcaicas.

A cidade parou, estagnou (!?)

(...)

**Robson Lima**  
( Pseudônimo de Raimundo Nonato Lima dos Santos)